

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA  
CENTRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM GESTÃO  
E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA**

**Janderson Casanova**

**Gestão curricular em uma escola estadual mineira: desafios no contexto do projeto político pedagógico sob a perspectiva das manifestações artísticas**

**Juiz de Fora  
2026**

**Janderson Casanova**

**Gestão curricular em uma escola estadual mineira: desafios no contexto do projeto político pedagógico sob a perspectiva das manifestações artísticas**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública, da Faculdade de Educação, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Gestão e Avaliação da Educação Pública.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Carolina Alves Magaldi

**Juiz de Fora**

**2026**

Casanova, Janderson.

Gestão curricular em uma escola estadual mineira : desafios no contexto do projeto político pedagógico sob a perspectiva das manifestações artísticas / Janderson Casanova. -- 2026.

155 f. : il.

Orientadora: Carolina Alves Magaldi

Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação/CAEd. Programa de Pós-Graduação em Gestão e Avaliação da Educação Pública, 2026.

1. Artes Integradas. 2. Gestão Curricular. 3. Multidisciplinaridade.  
I. Magaldi, Carolina Alves, orient. II. Título.

**Janderson Casanova**

**Gestão curricular em uma escola estadual mineira: desafios no contexto do projeto político pedagógico sob a perspectiva das manifestações artísticas**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão e Avaliação da Educação Pública da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Gestão e Avaliação da Educação Pública. Área de concentração: Gestão e Avaliação da Educação Pública

Aprovada em 13 de abril de 2026.

BANCA EXAMINADORA

**Prof(a) Dr(a). Carolina Alves Magaldi** - Orientador  
Universidade Federal de Juiz de Fora

**Prof(a) Dr(a). Elisabeth Gonçalves de Souza**  
CEFET/RJ

**Prof(a) Dr(a). Bernard Martoni Mansur Corrêa da Costa**  
Colégio Militar de Juiz de Fora

Juiz de Fora, 17/03/2026.



Documento assinado eletronicamente por **Carolina Alves Magaldi, Professor(a)**, em 13/04/2026, às 15:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **ELISABETH GONCALVES DE SOUZA, Usuário Externo**, em 13/04/2026, às 17:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Bernard Martoni Mansur Corrêa da Costa, Usuário Externo**, em 14/04/2026, às 07:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no Portal do SEI-Ufjf ([www2.ufjf.br/SEI](http://www2.ufjf.br/SEI)) através do ícone Conferência de Documentos, informando o código verificador **2908881** e o código CRC **9305B3DE**.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço aos meus pais por todas as batalhas, que sempre estiveram presentes como mecanismo da sobrevivência, Nilo Antônio Casanova (*in memoriam*) e Maria de Fátima Casanova. Obrigado à irmã Vanessa Casanova pelo incentivo.

Obrigado ao Agente de Suporte Acadêmico Prof. Dr. Leonardo Ostwald Vilardi pelo apoio durante toda a pesquisa, obrigado pela orientação à Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Carolina Alves Magaldi.

Obrigado à Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) por todas as etapas da minha qualificação acadêmica. Viva a Universidade Pública brasileira, democrática, autônoma e inclusiva.

## RESUMO

A gestão curricular em uma determinada unidade escolar, estabelece uma variedade de desafios e condicionantes inerentes à sua implementação pedagógica. Diversos fatores internos e externos à escola são cruciais à propositiva de um currículo. As normativas institucionais de uma escola, por meio de suas práticas pedagógicas e educacionais, são fundamentais para a identidade e norteamento no processo de ensino e aprendizagem. As Artes são elementos integrantes e indispensáveis nos documentos norteadores da educação brasileira. No contexto de prática, a unidade escolar em questão, o Instituto Estadual de Educação de Juiz de Fora (IEE/JF), demanda uma abordagem de descolamento da metodologia tradicional em sala de aula, sendo as Artes Integradas uma alternativa possível para uma educação convergente ao plano cultural. O recorte de inserção das diversas manifestações artísticas, em diferentes áreas do conhecimento, é direcionado aos anos do Ensino Fundamental II (6º, 7º, 8º e 9º anos), do turno da tarde, com a proposição de efetivar no currículo a presença prática das Artes Integradas. Pedagogicamente e por diretrizes curriculares legais, a Arte pode compor o processo educativo, portanto, quais elementos justificam os obstáculos à permanência perene das manifestações artísticas no ambiente escolar? Analisar os meandros da gestão curricular, propor e implementar a construção coletiva e integrada das manifestações artísticas, de forma prática e efetiva neste ambiente escolar, pode transformar os métodos tradicionais de ensino e aprendizagem, através de uma gestão curricular acentuada na presença das Artes Integradas. As múltiplas ideias podem emergir práticas inovadoras, lúdicas, que tragam o exercício da sensibilidade em um ambiente mais humanizado, sendo esse um propósito fundamental na escola, além da abordagem da ciência, a valorização e o cultivo do humanismo, estimulando maior protagonismo do educando. O percurso da pesquisa abrange o contexto conjuntural da escola e seus desdobramentos, a análise conceitual e documental, a coleta e análise de dados e, respectivamente um Plano de Ação Educacional. Neste Percurso, autores(as) como: Miguel Arroyo, John Dewey, Demerval Saviani e Maria do Céu Roldão compuseram parte desse estudo. Os resultados da pesquisa deste estudo de caso, intenta promover reflexões acerca de Arte e educação.

**Palavras-chave:** Artes Integradas; Gestão Curricular; Multidisciplinaridade.

## ABSTRACT

Curriculum management within a specific school unit establishes a variety of challenges and constraints inherent to its pedagogical implementation. Several factors, both internal and external to the school, are crucial to the proposal of a curriculum. A school's institutional regulations, through its pedagogical and educational practices, are fundamental to the identity and guidance of the teaching-learning process. The Arts are integral and indispensable elements in the guiding documents of Brazilian education. In the context of practice, the school unit in question, the Instituto Estadual de Educação de Juiz de Fora (IEE/JF), demands an approach that departs from traditional classroom methodology, with Integrated Arts being a possible alternative for an education aligned with the cultural sphere. The scope of inserting diverse artistic manifestations across different areas of knowledge is directed at the final years of Elementary School (6th, 7th, 8th, and 9th grades) during the afternoon shift, with the goal of institutionalizing the practical presence of Integrated Arts in the curriculum. Pedagogically and according to legal curricular guidelines, Art can compose the educational process; therefore, what elements justify the obstacles to the permanent presence of artistic manifestations in the school environment? Analyzing the intricacies of curriculum management, as well as proposing and implementing the collective and integrated construction of artistic manifestations in a practical and effective manner within this school environment, can transform traditional teaching-learning methods through a curriculum management emphasized by the presence of Integrated Arts. Multiple ideas can foster innovative and playful practices that exercise sensitivity in a more humanized environment, a fundamental purpose of the school which, beyond the scientific approach, values and cultivates humanism, stimulating greater student agency. The research path encompasses the school's situational context and its developments, conceptual and documentary analysis, data collection and analysis, and, respectively, an Educational Action Plan. Throughout this journey, authors such as Miguel Arroyo, John Dewey, Dermeval Saviani, and Maria do Céu Roldão contributed to this study. The results of this case study intend to promote reflections on Art and education.

**Keywords:** Integrated Arts; Curriculum Management; Multidisciplinarity.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	– Porcentagem de jovens de 15 anos que relatam ter acesso e participar frequentemente de atividades artísticas e culturais na escola (2022) .....	28
Fotografia 1	– Fachada principal IEE/JF .....	39
Fotografia 2	– Entrada principal IEE/JF .....	40
Fotografia 3	– Piso da entrada principal IEE/JF.....	41
Fotografia 4	– Salão nobre Antônio Carlos IEE/JF .....	41
Fotografia 5	– Piso da biblioteca IEE/JF .....	42
Fotografia 6	– Porta de uma sala de aula 1º andar IEE/JF .....	43
Fotografia 7	– Corredor do 2º andar das salas de aulas IEE/JF.....	43
Figura 2	– Faixa salarial de professores de redes estaduais e municipais de ensino .....	58
Figura 3	– Diferença salarial dos professores entre o Piso Nacional da categoria e o valor pago em Minas Gerais .....	61
Figura 4	– Diversas partes interessadas contribuem para criar um ecossistema local de educação em artes e cultura .....	74
Quadro 1	– Perfil dos profissionais entrevistados na unidade escolar ..	93
Quadro 2	– Resultado do questionário aplicado ao corpo docente da instituição de ensino .....	115
Gráfico 1	– Distribuição das respostas dadas pelos docentes à questão 1 do questionário aplicado .....	116
Gráfico 2	– Distribuição das respostas dadas pelos docentes à questão 2 do questionário aplicado .....	117
Gráfico 3	– Distribuição das respostas dadas pelos docentes à questão 3 do questionário aplicado .....	118
Gráfico 4	– Distribuição das respostas dadas pelos docentes à questão 4 do questionário aplicado .....	119
Gráfico 5	– Distribuição das respostas dadas pelos docentes à questão 5 do questionário aplicado .....	120
Quadro 3	– Dados da pesquisa e ações propositivas .....	123
Quadro 4	– Ações a serem executadas 5W2H .....	125

Figura 5	– Calendário Escolar 2026 .....	129
Quadro 5	– Projeto de fotografia através do celular .....	132
Quadro 6	– Selfies entre estudantes .....	135

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AC	Análise de Conteúdo
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CAED	Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação
CONSED	Conselho Nacional de Secretários de Educação
EJA	Educação de Jovens e Adultos
FBSP	Fórum Brasileiro de Segurança Pública
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IEE/JF	Instituto Estadual de Educação de Juiz de Fora
INEP	Instituto Nacional e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPHAN	Instituto do Patrimônio Nacional e Artístico Nacional
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MDHC	Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MJSP	Ministério da Justiça e Segurança Pública
OCDE	Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
PAE	Plano de Ação Educacional
PISA	Programa Internacional de Avaliação de Estudantes
PNE	Plano Nacional de Educação
PPGP	Programa de Pós-graduação em Gestão e Avaliação da Educação Pública
PPP	Projeto Político Pedagógico
SAEB	Sistema de Avaliação da Educação Básica
SEE/MG	Secretaria Estadual de Educação de Minas Gerais
SINAN	Sistema de Informação de Agravos de Notificação
SNAVE	Sistema Nacional de Acompanhamento e Combate à Violência nas Escolas
SUS	Sistema Único de Saúde
TALE	Termo de Assentimento Livre e Esclarecido
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TFD	Teoria Fundamentada em Dados
UNDIME	União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a

Cultura

UFJF

Universidade Federal de Juiz de Fora

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>12</b>
<b>2</b>	<b>CONTEXTO DA GESTÃO CURRICULAR SOB A PERSPECTIVA DAS MANIFESTAÇÕES ARTÍSTICAS</b> .....	<b>17</b>
2.1	PROPOSIÇÕES DAS ARTES INTEGRADAS NA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC) .....	20
2.2	PROPOSIÇÕES DAS ARTES NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM NO CURRÍCULO REFERÊNCIA DE MINAS GERAIS .....	28
2.3	UMA UNIDADE ESCOLAR DE TRADIÇÃO HISTÓRICA .....	35
<b>2.3.1</b>	<b>O Projeto Político Pedagógico (PPP) do Instituto Estadual de Educação</b> .....	<b>45</b>
<b>2.3.2</b>	<b>Diretrizes do Regimento Escolar</b> .....	<b>52</b>
<b>2.3.3</b>	<b>Entre a Teoria das Diretrizes e o contexto de prática no processo de ensino e aprendizagem</b> .....	<b>56</b>
<b>3</b>	<b>DESENHO METODOLÓGICO: REFERENCIAL TEÓRICO, COLETA E ANÁLISE DE DADOS</b> .....	<b>66</b>
3.1	ARTES INTEGRADAS E MANIFESTAÇÕES ARTÍSTICAS COMO INSTRUMENTOS DE VIVÊNCIA NA ESCOLA .....	66
<b>3.1.1</b>	<b>Gestão curricular, perspectivas e desafios</b> .....	<b>75</b>
<b>3.1.2</b>	<b>A multidisciplinaridade como possibilidade</b> .....	<b>81</b>
3.2	METODOLOGIA APLICADA .....	84
3.3	IMPRESSÕES E ANÁLISES DAS PESQUISAS .....	94
<b>3.3.1</b>	<b>Participação/ Projeto Político Pedagógico</b> .....	<b>94</b>
<b>3.3.2</b>	<b>Gestão curricular e artes integradas</b> .....	<b>103</b>
<b>3.3.3</b>	<b>Autonomia escolar: sem liberdade institucional não existe emancipação da educação, não existe arte sem independência</b> .....	<b>110</b>
<b>3.3.4</b>	<b>Análise do questionário aplicado aos professores do ensino fundamental II – turno da tarde</b> .....	<b>114</b>
3.4	PRINCIPAIS CONCLUSÕES DA ANÁLISE .....	120
<b>4</b>	<b>PLANO DE AÇÃO EDUCACIONAL (PAE)</b> .....	<b>122</b>
4.1	AÇÃO 1 – ENCONTROS E ARGUMENTAÇÕES .....	127

4.2	AÇÃO 2 – FOTOGRAFIA ATRAVÉS DO CELULAR .....	131
4.3	AÇÃO 3 – EXPOSIÇÃO DOS TRABALHOS .....	133
4.4	AÇÃO 4 – SELFIES ENTRE ESTUDANTES .....	134
4.5	AÇÃO 5 – DESENHO, PINTURA E CRIATIVIDADE .....	135
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>138</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>142</b>
	<b>APÊNDICE A – Entrevista com o corpo gestor da instituição (direção, vice direção e coordenação pedagógica) .....</b>	<b>151</b>
	<b>APÊNDICE B – Questionário com o corpo docente do turno da tarde .....</b>	<b>152</b>
	<b>APÊNDICE C – Perguntas norteadoras da entrevista com o corpo docente de Artes – Turno da Tarde .....</b>	<b>154</b>
	<b>APÊNDICE D – Roteiro das rodas de conversas realizadas com os representantes dos estudantes .....</b>	<b>155</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A gestão curricular de uma determinada instituição de ensino perpassa por uma série de fatores, dentre eles, as legislações educacionais específicas, o recorte temporal de um dado momento, as características singulares da unidade escolar, o grau de participação efetiva da comunidade envolvida, dentre outras questões. A inquietação por melhores condições no caminho do ensino e aprendizagem pode ser traçada em diversas vertentes, porém, me parece mais caro, próximo e empático, que a questão envolvendo as Artes Integradas, implementada na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que corresponde a uma unidade temática, seguida pelas quatro unidades do currículo de Artes: Artes visuais, Dança, Música e Teatro, representa uma conexão com as novas tecnologias, segundo a Base Nacional, “[...] uma última unidade temática, Artes integradas, explora as relações e articulações entre as diferentes linguagens e suas práticas, inclusive aquelas possibilitadas pelo uso das novas tecnologias de informação e comunicação”. (BNCC, 2017). Estabelece assim, importante elo entre as atividades vivenciadas no ambiente escolar e a construção de metodologias mais atrativas, engajadas e plurais na escola, no caso, o Instituto Estadual de Educação – Juiz de Fora (IEE/JF).

Atuo no sistema educacional por mais de 2 décadas, desde 2002 até a presente data, em sala de aula, abrangendo principalmente o Ensino Fundamental II e Ensino Médio. Sou servidor efetivo da Prefeitura de Juiz de Fora - MG, por todo esse período acima destacado; também, servidor efetivo do estado de Minas Gerais desde 2013. Exerço a atividade de Professor na formação de origem, a disciplina de Geografia, tenho Licenciatura e Bacharelado. A ciência geográfica me proporcionou enxergar o mundo a partir da pluralidade, das variantes e alternâncias das perspectivas sobre um dado lugar, ao qual pratico minha função no processo de ensino e aprendizagem, o IEE-JF. Somado a isso, sou músico desde 1994, período este da adolescência, pude usufruir de tempo e dedicação à guitarra, fator determinante para buscar através das Artes Integradas, uma conexão entre as manifestações artísticas no ambiente escolar, a socialização, o ensinar e o aprender.

Tal Instituição prevê em seu Projeto Político Pedagógico (PPP) e também no seu Regimento Escolar, a abertura e a possibilidade de projetos de cunhos artísticos, diversos, amplos, multidisciplinares, transdisciplinares, em consonância com as Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) e as Bases

Curriculares (Federal e Estadual). Porém, na prática, o uso das Artes Integradas não vem ocorrendo de forma cotidiana nesta escola da pesquisa, vez ou outra de forma pontual, estanque, não abrangente ao corpo docente e discente de forma inclusiva e participativa, há um problema de Gestão Curricular a ser desmembrado e compreendido, em toda sua concepção.

A pesquisa pode gerar conhecimentos para aplicação prática à solução de problemas específicos, verdades e interesses locais, em questão, o estudo de caso no IEE/JF (Instituto Estadual de Educação de Juiz de Fora), direcionada ao segmento do Ensino Fundamental II (6º, 7º, 8 e 9º anos), turno vespertino. Há um descompasso entre o que está previsto no PPP e o contexto de prática do cotidiano, no que se refere a constância de eventos e manifestações artísticas na instituição, ou seja, o Projeto Político Pedagógico não é efetivado na prática referente à projetos culturais. A pesquisa também tem o objetivo de entender, de encontrar as razões dos obstáculos à continuidade de projetos relacionados às mais diversas e complexas manifestações artísticas. Além disso, propor um Plano de Ação Educacional (PAE), para fomentar as Artes no espaço escolar. Não há uma receita pronta para trabalhar as manifestações artísticas relacionadas às Artes Integradas em uma escola, há sim, ideias e experiências empíricas com certo grau de familiaridade do pesquisador.

Foram necessários os levantamentos documentais da Instituição (Regimento Escolar, Projeto Político Pedagógico, atas de reuniões, registros de atividades pedagógicas durante as aulas), BNCC (Base Nacional Comum Curricular), Lei de Diretrizes e Bases, e o Currículo Referência de Minas Gerais, para identificar a viabilidade legal de implementar Artes Integradas. A coleta e análise dos dados de uma pesquisa científica deve ter um caráter metodológico a partir de fontes fidedignas, envolve escolher entre dados primários (coletados diretamente pelo pesquisador) e/ou secundários (dados já existentes). Para tanto, faz-se necessário o uso dos seguintes instrumentos de pesquisa, entrevistas e questionários com os professores e gestores da escola. Para ampliar a participação coletiva e o protagonismo dos(as) estudantes, o envolvimento destes dar-se-á através de roda de conversas com seus respectivos representantes de turma, pois poderá ser importante à contribuição de ideias para a promoção das Artes na escola.

O referencial teórico está baseado em conceitos pertinentes ao cerne da presente pesquisa, perpassando pelas Artes Integradas como diretriz de unidade temática da BNCC, pela gestão curricular, importante mecanismo para

implementação das manifestações artísticas na escola e, finalmente a multidisciplinaridade, aspecto essencial no vínculo entre as diferentes áreas do conhecimento, viabilizando a abordagem das Artes no processo de ensino e aprendizagem, entre o arcabouço de autores referência estão: John Dewey (2010), Miguel Gonzáles Arroyo (2007, 2013), Dermeval Saviani (2008) e Maria do Céu Roldão (2018).

A metodologia da pesquisa não envolve uma observação comparativa entre diferentes escolas, a partir de parâmetros a uma determinada instituição com a presença de manifestações artísticas, pois, a singularidade e as especificidades encontradas na unidade escolar da presente pesquisa, poderiam promover efeitos não lineares e incompatíveis para os resultados de acareação.

Caso os dados coletados apontem à necessidade propositiva dessa pesquisa, haverá possibilidades de construção de um projeto voltado às manifestações artísticas a partir das diretrizes das Artes Integradas, na perspectiva de começar um processo de desenvolvimento e implementação da cultura presente no IEE/JF, para o Ensino Fundamental II da instituição.

A abordagem artística não está no centro dos debates em reuniões e encontros da escola, há outras prioridades e problemas complexos que restringe o espaço de trocas ao tema. Destaco aqui uma passagem do Capítulo 1 do Regimento Escolar do IEE “Art.1 - Esta escola adota a concepção de educação voltada para a formação integral dos sujeitos, considerando a diversidade e inclusão como norteadores éticos, democráticos e estéticos em suas ações pedagógicas”. (IEE. 2022, p.5). Há nesse sentido uma dicotomia, se a Arte não está constantemente presente no ambiente escolar dessa instituição, há questionamentos sobre a formação integral do sujeito.

[...] educar compreende acionar os meios intelectuais de cada educando para que ele seja capaz de assumir o pleno uso de suas potencialidades físicas, intelectuais e morais para conduzir a continuidade de sua própria formação. Esta é uma das condições para que ele se construa como sujeito livre e independente daqueles que o estão gerando como ser humano. A Educação possibilita a cada indivíduo que adquira a capacidade de auto conduzir o seu próprio processo formativo. (Rodrigues, 2001, p. 241)

É importante ressaltar que, a proposição de novas alternativas no processo de ensino e aprendizagem, tece uma relevância do contexto familiar que o aluno

está inserido. De acordo com Costa et al. (2019), destacam a importância do companheirismo entre família-escola no que concerne à formação integral dos alunos-filhos, através de uma relação saudável e de parceria entre essas duas instituições, quando existentes na vida do indivíduo, ou seja, a participação da família na escola e a sensibilidade do corpo escolar para se atentar, analisar e receber as demandas familiares dos alunos favorece no desenvolvimento motor, afetivo, psicológico, social e aprendizado intelectual do aluno. Portanto, a formação do sujeito, não pode ser atribuição exclusiva de uma única instituição determinada. Rodrigues (2001) enfatiza que:

Educar integralmente quer dizer, pois, formar o ser humano nos três planos assinalados. Aí se colocam os patamares de toda educação necessária e completa. Há de se inserir o homem no mundo social e disciplinar os seus impulsos naturais; desenvolver nele a capacidade do entendimento e do conhecimento; organizar e promover habilidades necessárias à produção e reprodução das condições próprias de existência; prepará-lo para compreender-se como partícipe de um processo civilizatório, no qual se torna responsável com o bem estar pessoal e dos outros, e com a incessante busca da felicidade. (Rodrigues, 2001, p. 248-249)

A estrutura do texto segue a partir das considerações sobre a gestão curricular, no capítulo 2, há desdobramentos sobre a realidade empírica da instituição sobre a gestão e o envolvimento das manifestações artísticas no ambiente escolar, as diretrizes propostas sobre as Artes Integradas segundo a BNCC e no Currículo Referência de Minas Gerais, a apresentação da unidade pesquisada, sua importância histórica e representativa na educação de Juiz de Fora, por conseguinte, uma análise do seu Projeto Político Pedagógico e do Regimento Escolar, suas considerações entre a teoria desse norteamento pedagógico e a prática em exercício no processo de ensino e aprendizagem.

No capítulo 3, há o desenho metodológico, desde o referencial teórico relacionado às Artes Integradas e às manifestações artísticas, suas representações e diversidades, além dos desdobramentos e referências conceituais sobre a gestão curricular, em seguida, as proposições conceituais a respeito da multidisciplinaridade como intuito de integração e coletividade no processo de construção pedagógica. Ainda, o processo de coleta e a análise dos dados da pesquisa de campo, envolvendo as entrevistas, questionários e roda de conversas entre os indivíduos participantes.

Por fim, o capítulo 4 busca traçar um Plano de Ação Educacional, como iniciativa propositiva de um projeto de integração e dinamismo, envolvendo às diversas manifestações artísticas na unidade escolar pesquisada, como elemento presente e prático no processo de ensino e aprendizagem. Além disso, algumas ideias e exemplos a serem citados e postos como desafio, em menção à Arte como agente transformador e impactante na sociedade (criatividade, socialização, pertencimento, contemplação etc.) e, conseqüentemente na escola.

Nesta introdução, houve uma abordagem do contexto da unidade escolar em uma dada conjuntura, levando em conta o descolamento entre a teoria da presença artística nas diretrizes institucionais e a ausência em prática de tais manifestações. A complexidade e as possíveis hipóteses e possibilidades relacionadas à gestão curricular serão tratadas no decorrer deste percurso conceitual, analítico descritivo.

## 2 CONTEXTO DA GESTÃO CURRICULAR SOB A PERSPECTIVA DAS MANIFESTAÇÕES ARTÍSTICAS

As manifestações artísticas são também formas de expressar sentimentos, emoções, visões de mundo, estabelecer territorialidades e provocar reações. Estabelecer conceitos e definições para a Arte e para um artista não é uma tarefa simples e estática, as mudanças históricas da humanidade diluem de maneira concreta um determinismo de aceção e, de forma abstrata, confere à dinâmica do tempo.

A mudança de ênfase da arte como produto para a arte como ideia libertou o artista de limitações presentes – tanto econômicas quanto técnicas. Pode ser que trabalhos de arte que não podem ser realizados agora por falta de meios serão concretizados em alguma data futura. O artista como pensador, sujeito a nenhuma das limitações do artista como artesão, pode projetar uma arte visionária e utópica que não é menos arte do que trabalhos concretos. (Lippard; Chandler, 2013. p.160)

A escola como espaço social, naturalmente se estabelece como espaço de manifestações, seja das mais diversas formas e proporções, conjugar tais características em aproximação ao universo artístico, promove terreno de fertilidade criativa e erupção de sentidos. Sentidos inerentemente humanos, considerando, “[...] que arte, são certas manifestações da atividade humana diante das quais nosso sentimento é admirativo, isto é: nossa cultura possui uma noção que denomina solidamente algumas de suas atividades e as privilegia.” (Coli, 1995, p.4). Vale destacar ainda:

A arte, então, procura desenvolver uma organização do mundo por meio do sentimento, da imaginação e da intuição. Para Aranha & Martins (1996), a arte aparece como possibilidade de organização do mundo e como modo de transformar a experiência vivida em conhecimento intuitivo, através do sentimento. Pelos conceitos logicamente organizados, tidos como abstrações muito genéricas das coisas, conseguimos captar um mundo de formas constantes e estanques que têm sua importância, mas não conseguimos captar o dado sensorial ou, ainda, o momento vivido. Esse vivido nos é oportunizado pela intuição que permeia a relação com o meio de forma imediata e individual, e nos possibilita penetrar no sentido das coisas a fim de captarmos o sentido, o sentimento e a imaginação. Assim, toda a intuição tem sempre uma característica de descoberta,

de alguma coisa nova na relação com o mundo. (Surdi et al. 2016, p.244)

A escola não é democrática quando não considera suficientemente a diversidade dos educandos. Portanto, compreender os obstáculos para uma escola mais lúdica, artística, prazerosa e desvinculada do ensino substancialmente tradicional é um grande desafio. Analisar tais fatores que envolvem a gestão curricular, na aplicabilidade das Artes Integradas na instituição é a proposta em questão. Neste capítulo, há o desenvolvimento analítico da condição atual da gestão curricular da instituição envolvendo as Artes integradas e as abordagens legais sobre o tema na BNCC, Currículo Referência de Minas Gerais e os documentos institucionais, Regimento Escolar e Projeto Político Pedagógico.

Quais elementos justificam os obstáculos à permanência perene das manifestações artísticas no ambiente escolar? Portanto, viabilizar as Artes como práticas contínuas e integradas no IEE/JF, envolvem desafios plurais.

Propor e implementar a construção coletiva e integrada das manifestações artísticas, de forma prática e efetiva neste ambiente escolar, pode transformar os métodos tradicionais de ensino e aprendizagem. As múltiplas ideias podem emergir práticas inovadoras, lúdicas, que tragam o exercício da sensibilidade em um ambiente mais humanizado, e esse é um propósito fundamental na escola, além da abordagem da ciência, a valorização e o cultivo do humanismo. Estimular o engajamento e a tentativa de mais protagonismo do aluno.

Ao ampliar o sentido de autoria e avançar na produção, mesmo que provisória, da autonomia, cada um e seus coletivos criam espaço para a afirmação de suas visibilidades, ou seja, das suas formas de existir e resistir, com suas especificidades e misturas, suas manifestações culturais, espiritualidades e afetos. (Victorio et al. 2019, p.4)

Ainda, segundo Victorio et al. (2019, p.6) “A arte como resistência estética, política, poética e cultural produz sentidos nas redes onde se estabelecem diálogos, encontros de experiências e intercâmbios de saberes”. A importância das Artes no ambiente escolar como mecanismo de diálogo, aproximação e vivência, converge às conexões sociais inerentes em uma instituição de ensino, juntado a isso, o contributo das Artes Integradas em sua adequação às novas tecnologias e suporte digital. As manifestações artísticas a partir das Artes Integradas, previstas e presentes na Base

Nacional Comum Curricular (BNCC), na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), na Base Curricular de Minas Gerais, no Projeto Político Pedagógico (PPP) e o Regimento Escolar do IEE/JF, devem exercer um papel presente e prático na unidade, não apenas no sentido teórico e fictício. Portanto, a atuação laboral do Gestor, Professores e demais profissionais da escola, podem promover tais práticas e implementar novas possibilidades, para uma nova escola, por novos resultados, por um novo ambiente e, claro, um novo protagonismo dos alunos.

Creio também, que esse processo de pesquisar a viabilidade da implementação das Artes Integradas no currículo do IEE/JF, pode trazer experiências que vão além do pragmatismo ensino e aprendizagem. Destaco aqui, também, a oportunidade de criar no ambiente escolar, experiências sensoriais através das manifestações artísticas. Para Paulo Freire, essas experiências são: “Um exercício crítico sempre exigido pela leitura e necessariamente pela escuta, é o de como nos darmos facilmente à passagem da experiência sensorial que caracteriza a cotidianidade, à generalização que se opera na linguagem escolar e desta ao concreto tangível” (Freire, 2001). Ouvir, apreciar, imergir em uma música instrumental, por exemplo, pode ilustrar isso. Ainda, segundo Paulo Freire

O aprendizado do ensinante ao ensinar não se dá necessariamente através da retificação que o aprendiz lhe faça de erros cometidos. O aprendizado do ensinante ao ensinar se verifica à medida em que o ensinante, humilde, aberto, se ache permanentemente disponível a repensar o pensado, rever-se em suas posições; em que procura envolver-se com a curiosidade dos alunos e dos diferentes caminhos e veredas, que ela os faz percorrer (Freire, 2001, p. 259)

Portanto, a reflexão sobre as possibilidades, perspectivas e tentativas deve sempre estar presente e em constante dinâmica no espaço escolar. Na próxima sessão, o destaque para o termo Artes Integradas como elemento constitutivo da BNCC, um documento importante na construção do sistema educacional brasileiro a partir da Constituição de 1988.

## 2.1 PROPOSIÇÕES DAS ARTES INTEGRADAS NA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC)

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento normativo que define as aprendizagens essenciais que todos os alunos da Educação Básica no Brasil devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades de ensino. Ela serve como um guia para a elaboração dos currículos das escolas públicas e privadas de todo o país. A Base Nacional Curricular não substitui os currículos das redes das secretarias Estaduais e Municipais. A BNCC atua como um auxílio e complemento para a elaboração dos planejamentos e currículos das instituições.

A demanda por uma BNCC está presente na Constituição Federal (CF/88), na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN/96) e no Plano Nacional de Educação (PNE/2014). O texto da CF/88 estabeleceu conteúdos mínimos nacionais e conteúdos específicos em âmbito local e regional. A LDBEN/96 determinou a necessidade de uma base nacional comum equilibrada, com conteúdos específicos mediante a diversidade étnica, geográfica e cultural do Brasil. O PNE, aprovado em 2014, reiterou essa demanda por meio de metas e estratégias para serem alcançadas até o ano de 2024. No Artigo 210 da Constituição Federal brasileira de 1988, “Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais”, o que infere o caráter norteador e democrático idealizado em uma Base Curricular. Ainda no Artigo 211 da Constituição, parágrafo 1º, evidencia-se o papel central da União e o intuito de cooperação e colaboração entre os entes federados com o viés de exercício participativo

A União organizará o sistema federal de ensino e o dos Territórios, financiará as instituições de ensino públicas federais e exercerá, em matéria educacional, função redistributiva e supletiva, de forma a garantir equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade do ensino mediante assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios. (Brasil, 1988. art. 211)

Não restam dúvidas que as conquistas, os direitos e os deveres de um cidadão(ã) são elementares na construção de uma sociedade democrática. O Brasil, um país cujo histórico também está atrelado à colonização de exploração, refletindo em seu desenvolvimento econômico as agruras de um sistema desigual e ordenado

por oligarquias, típico de um país de capitalismo periférico, conseguiu com a Constituição de 1988, avançar e implementar quesitos importantes institucionalmente.

Na Lei de Diretrizes e Bases de 1996 (Lei nº 9.394/1996), o aspecto inclusivo da Base Curricular no ensino básico também é evidenciado no Artigo 27-inciso I “a difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática”. Portanto, mesmo que ainda tenhamos uma lacuna para a isonomia social, o reconhecimento e a chancela legal do Estado são essenciais para buscar o bem e o interesse coletivo. No Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024, Artigo 7º, reforça o traço inerente da política educacional colaborativa “Art. 7º A União, os estados, o Distrito Federal e os municípios atuarão em regime de colaboração, visando ao alcance das metas e à implementação das estratégias objeto deste Plano.”, ainda no PNE 2014-2024, ficam evidentes as divergências acerca da Base Nacional Comum curricular ao destacar no texto as polêmicas em destaque,

A substituição da expressão “expectativas de aprendizagem” – contida na proposta original do Executivo –, por direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento foi mais um momento polêmico, com a inserção pelo Senado de referência à base nacional comum curricular, a configurar os mencionados direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento. Rejeitada pelo relator na Câmara, a proposta foi, no entanto, vitoriosa, e passou a constar das estratégias 2.2 e 3.3 da Lei nº 13.005/2014. (Brasil, Lei nº 13.005, 2014, p. 21)

A BNCC é fruto de amplo processo de debate e negociação com diferentes atores do campo educacional e com a sociedade brasileira em geral, decorrente de uma construção coletiva importante para a educação do país, uma forma de exercitar o vigor democrático, apesar do histórico nacional de ataques a esses valores. Vale sempre relacionar políticas públicas de construção coletiva à democracia, principalmente quando há transparência neste processo, para Bobbio (2015, p.29), “A democracia é o governo do poder visível, isto é, do governo cujos atos se desenrolam em público e sob o controle da opinião pública”.

Entre os envolvidos nessa construção da BNCC cabe destacar, os gestores do MEC e do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep); o Conselho Nacional dos Secretários Estaduais de Educação

(Consed); a União dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime); a Comissão Bicameral do Conselho Nacional de Educação (CNE), responsável pelo parecer e pela resolução da BNCC; as Comissões de Educação do Congresso Nacional; as entidades representativas do setor de educação, os sindicatos, as associações, as universidades; os movimentos e as entidades do terceiro setor, representativos da sociedade civil; os especialistas em educação; os organismos internacionais; e os especialistas nacionais e internacionais em reformas curriculares.

Nos últimos 20 anos, com a massificação da escola básica e o impacto das novas tecnologias na produção e distribuição do conhecimento, consolida-se uma tendência de reforma educacional com ênfase em mudanças curriculares. Essa tendência considera a apropriação dos conhecimentos historicamente construídos como necessária, mas não suficiente, pois entende ser preciso ir além e aplicá-los às situações cotidianas que demandam a intervenção na realidade. A nova vertente de reformas curriculares propõe não só a reconstrução, mas a mobilização dos conhecimentos para intervir em situações de diferentes graus de complexidade. O currículo não é mais centrado no conhecimento, nem no aluno, mas na aprendizagem e no resultado, entendido como aquilo que o discente sabe e é capaz de fazer. Por essa razão é também denominado currículo referenciado em competências. (Castro, 2020, p. 99)

A 1ª versão do documento foi disponibilizada para consulta pública entre outubro de 2015 e março de 2016 e recebeu mais de 12 milhões de contribuições, provenientes de indivíduos, organizações e redes de educação de todo o Brasil, sistematizadas por pesquisadores da Universidade de Brasília (UnB) e da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ). Também foi alvo de análises e pareceres de especialistas, associações científicas e professores universitários. Essa primeira versão da Base, ainda não havia a presença do termo “Artes Integradas”, restringindo assim, o componente curricular de Artes para os anos do ensino fundamental entre Artes Visuais, Dança, Teatro e Música, ou seja, há uma ampliação na segunda versão que foi regulamentada. Publicada em abril de 2016, a 2ª versão da BNCC foi debatida por mais de 9 mil professores, gestores, especialistas e entidades de educação, entre 23 de junho e 10 de agosto de 2016. Os seminários estaduais encerraram o ciclo de consulta previsto para a 2ª versão, e seus resultados foram sistematizados e organizados em relatório produzido por um grupo de trabalho composto por Consed e Undime, com base em análise realizada pela UnB. Esse relatório foi encaminhado ao Comitê Gestor.

A regulamentação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) no Brasil é definida por resoluções do Conselho Nacional de Educação (CNE) e portarias do Ministério da Educação (MEC). A principal resolução é a CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017, que institui e orienta a implantação da BNCC. A BNCC foi homologada pelo MEC em 20 de dezembro de 2017. Em abril de 2018, o MEC encaminhou ao CNE o documento da etapa do ensino médio, concluindo a sistematização da BNCC da educação básica, alinhada às orientações da Lei da Reforma do Ensino Médio (Brasil. Lei nº 13.415, 2017). Após debates, críticas e sugestões por meio das audiências públicas feitas pelo CNE, foi instituída a BNCC do ensino médio pela Resolução CNE/CP nº 4, de 17 de dezembro de 2018.

Nessa versão atualizada da BNCC (2018, p.197) o termo Artes Integradas aparece de forma bastante sucinta, "... explora as relações e articulações entre as diferentes linguagens e suas práticas, inclusive aquelas possibilitadas pelo uso das novas tecnologias de informação e comunicação", porém, dá um direcionamento que essa integração perpassa por seis dimensões do conhecimento: Criação, crítica, estesia, expressão, fruição e reflexão. Antes de destacarmos as diretrizes dessas dimensões, é importante citar esse trecho da BNCC "É no percurso do fazer artístico que os alunos criam, experimentam, desenvolvem e percebem uma poética pessoal." (p.193).

A escola deve por fatores indissociáveis, ser um espaço de criação, a criatividade edifica a sabedoria, alimenta a sede do conhecimento que o sujeito pode se identificar, nesta dimensão a BNCC destaca

[...] refere-se ao fazer artístico, quando os sujeitos criam, produzem e constroem. Trata-se de uma atitude intencional e investigativa que confere materialidade estética a sentimentos, ideias, desejos e representações em processos, acontecimentos e produções artísticas individuais ou coletivas. Essa dimensão trata do apreender o que está em jogo durante o fazer artístico, processo permeado por tomadas de decisão, entraves, desafios, conflitos, negociações e inquietações. (Brasil, 2018, p. 194)

A crítica é um instrumento inerentemente humano, nas Artes, um ingrediente indispensável, na escola um mecanismo de luta e resistência coletiva. Exercitar o discernimento é alimentar a cognição, a forma de observar e ler o mundo de uma maneira mais acurada. Sobre a dimensão crítica,

[...] refere-se às impressões que impulsionam os sujeitos em direção a novas compreensões do espaço em que vivem, com base no estabelecimento de relações, por meio do estudo e da pesquisa, entre as diversas experiências e manifestações artísticas e culturais vividas e conhecidas. Essa dimensão articula ação e pensamento propositivos, envolvendo aspectos estéticos, políticos, históricos, filosóficos, sociais, econômicos e culturais. (Brasil, 2018, p. 194)

A estesia como mecanismo de estímulo à sensibilidade, imprescindível ativar tal sensação em tempos de tecnologia ubíqua, a frieza dos tempos tecnológicos não pode adormecer e congelar os sentidos. Os estímulos da Arte são amplos. Sobre a dimensão estesia,

[...] refere-se à experiência sensível dos sujeitos em relação ao espaço, ao tempo, ao som, à ação, às imagens, ao próprio corpo e aos diferentes materiais. Essa dimensão articula a sensibilidade e a percepção, tomadas como forma de conhecer a si mesmo, o outro e o mundo. Nela, o corpo em sua totalidade (emoção, percepção, intuição, sensibilidade e intelecto) é o protagonista da experiência. (Brasil, 2018, p. 194)

A expressão como mecanismo de externar sentimentos, expressar é uma vertente significativa da liberdade, liberdade é uma cláusula pétrea da cidadania,

[...] refere-se às possibilidades de exteriorizar e manifestar as criações subjetivas por meio de procedimentos artísticos, tanto em âmbito individual quanto coletivo. Essa dimensão emerge da experiência artística com os elementos constitutivos de cada linguagem, dos seus vocabulários específicos e das suas materialidades. (Brasil, 2018, p. 194)

A Arte precisa ter conexão com o artista, para que haja verdade e constituição orgânica, portanto sobre a fruição,

[...] refere-se ao deleite, ao prazer, ao estranhamento e à abertura para se sensibilizar durante a participação em práticas artísticas e culturais. Essa dimensão implica disponibilidade dos sujeitos para a relação continuada com produções artísticas e culturais oriundas das mais diversas épocas, lugares e grupos sociais. (Brasil, 2018, p. 195)

É impensável o processo de ensino e aprendizagem sem o percurso da reflexão, refletir é absorver o que foi vivenciado, reflexão é um processo construtivo, a respeito desta,

[...] refere-se ao processo de construir argumentos e ponderações sobre as fruições, as experiências e os processos criativos, artísticos e culturais. É a atitude de perceber, analisar e interpretar as manifestações artísticas e culturais, seja como criador, seja como leitor. (Brasil, 2018, p.195)

Portanto, segundo a BNCC, as Artes Integradas tem por objetivo, explorar as relações e articulações entre as diferentes linguagens e suas práticas, sem descartar aquelas possibilitadas pelo uso das novas tecnologias de informação e comunicação. Proporcionar aos estudantes a possibilidade de percorrer novos caminhos para o conhecimento, são elementos imprescindíveis à flexibilização e autonomia curricular, sem desvincular com a Base Comum. O currículo deve ser constituído também pelo dinamismo, Segundo Roldão; Almeida,

O currículo constitui o núcleo definidor da existência da escola. A escola constitui-se historicamente como instituição quando se reconheceu a necessidade social de fazer passar um certo número de saberes de forma sistemática a um grupo ou setor dessa sociedade. Esse conjunto de saberes a fazer adquirir sistematicamente constitui o currículo da escola. Conforme têm evoluído as necessidades e pressões sociais e, conseqüentemente, os públicos que se considera desejável que a ação atinja, assim o conteúdo do currículo escolar tem variado, e continuará a variar. (Roldão; Almeida, 2018, p.9)

As Artes integradas da BNCC relacionada ao Ensino Fundamental II, cerne do público-alvo dessa pesquisa, orienta como os objetos de conhecimento, “contextos e práticas, processos de criação, matrizes estéticas e culturais, patrimônio cultural e Arte e tecnologia” (Brasil, 2018. p. 210), evidenciando o caráter humanista e político da proposta. É impossível dissociar a sociedade e claro, a escola, como parte integrante da vivência política, parafraseando Aristóteles, a nossa natureza como “animal político”,

[...] Que o homem seja um animal político no mais alto grau do que uma abelha ou qualquer outro animal vivendo num estado gregário, isso é evidente. A natureza, conforme dizemos, não faz nada em vão, e só o homem dentre todos os animais possui a palavra. Assim, enquanto a voz serve apenas para indicar prazer ou sofrimento, e nesse sentido pertence igualmente aos outros animais [...] (Aristóteles *apud* Ramos, 2014, p. 67)

A homologação da BNCC brasileira foi efetivada em um contexto histórico bastante conturbado na política nacional, durante um governo (Michel Temer) que herdou o poder pelas vias da legalidade corporativa criada, porém, não necessariamente morais, pois houve subversão à soberania popular conquistada através de eleição livre e direta, transfigurando hierarquicamente a representatividade do executivo federal. Portanto, neste cenário de instabilidade institucional e fragilidade democrática, resultando na destituição do poder da Presidenta Dilma Rousseff, eleita legitimamente pelo voto popular em sua maioria, na Câmara dos deputados a legitimidade do povo não foi impeditivo para desenvolver um processo de impeachment. A sessão de votação da admissibilidade do processo de impeachment ocorreu entre as 14 e as 23.50h do dia 17 de abril de 2016 – um domingo.

O início da sessão foi marcado por um longo tumulto, com deslocamentos de diversos parlamentares para posições de visibilidade estratégica, questões de ordem e de encaminhamento, e tentativas da Mesa Diretora de normalizar o uso dos espaços do plenário e da mesa – o que não foi obtido, aliás, em nenhum momento do processo. O ambiente, eletrizado pelo grande confronto político em curso, manteve-se marcado por intervenções ruidosas do plenário e da plateia – “palmas e apupos”, como figuram no registro taquigráfico da sessão –; além de comportar recorrentes manifestações de hostilidade em relação aos adversários em geral, e, mais particularmente, em relação ao Presidente da Sessão, o Deputado Eduardo Cunha, a essa altura denunciado em diversos processos por corrupção e considerado como o principal responsável pela chegada do processo de impeachment àquele ponto de tramitação. Como é notório, tendo havido 367 votos a favor da acolhida da denúncia e 137 votos contrários – e sabendo-se que eram necessários pelo menos 342 votos favoráveis (2/3 do total) –, foi aprovada a continuidade do processo de impeachment, com a sua ida para julgamento e deliberação no Senado. (Duarte, 2017, p.148)

Que a retórica, a consciência e a ação na escola, também seja transformada em Arte e mecanismo de luta, resistência e transformação social. Portanto vale ressaltar a importância da construção democrática da BNCC a partir da Constituição de 1988, na LDBEN de 1996 e também no PNE de 2014, instrumentos inerentes ao sistema educacional brasileiro. Ainda, o termo Artes Integradas surge como ferramenta propositiva de dimensões do conhecimento.

A BNCC exerce importante papel sobre o acesso as Artes nas escolas brasileiras, mesmo que possamos encontrar diversas lacunas na apropriação e

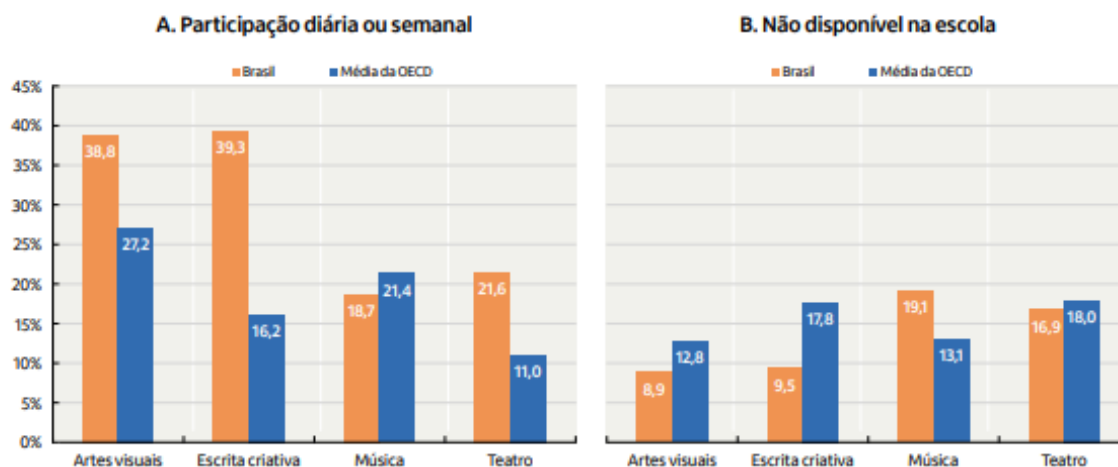
frequência de determinados setores artísticos no percurso do educando. Em comparação com países da OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico), os estudantes do Brasil não estão desprovidos de acesso às manifestações artísticas, com um déficit maior no setor musical, pois necessita este setor, investimentos mais amplos para concretização da prática musical no ambiente escolar como: especialização de professores, compra de instrumentos musicais, salas e/ou espaços específicos para aulas de musicalização etc. (Fundação Itaú, 2025).

A educação tem papel essencial no incentivo de atividades artísticas e culturais. Em comparação com outros países. No Brasil os estudantes relatam níveis mais altos de participação nesse tipo de atividade. No PISA 2022, 63% dos jovens brasileiros de 15 anos afirmaram que já participaram de uma atividade relacionada pelo menos uma vez por semana dentro ou fora da escola, em comparação à média de 48% na OCDE. Apenas 15% relataram que nunca participaram de atividades desse tipo, em comparação à média de 34% na OCDE. (Fundação Itaú, 2025, p.28)

O Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA) trata-se, basicamente, de uma rede internacional de avaliação de aprendizado e desempenho de estudantes, um programa gerido pela OCDE, idealizado pelo renomado pesquisador alemão Andreas Schleicher. A primeira edição ocorreu em 2000 e, desde então, o Brasil é participante. Atualmente, cerca de 80 países estão vinculados a essa organização e, ao longo do tempo, o número de nações participantes vem crescendo.

Além das maiores taxas de participação geral, os estudantes brasileiros participam de atividades artísticas e culturais nas escolas com mais frequência do que os estudantes na OCDE, exceto quando o foco são as aulas ou atividades de música. No PISA 2022, 39% dos jovens brasileiros de 15 anos afirmaram que participam de aulas ou atividades artísticas na escola pelo menos uma vez por semana, em comparação à média de 27% na OCDE (Figura A). No quesito música, a porcentagem de participação no Brasil foi de 19%, em comparação à média de 21% na OCDE. A música também é a única categoria de atividade artística e cultural analisada em que a porcentagem de jovens de 15 anos que relatam não ter acesso a atividades ou aulas relacionadas na escola é maior no Brasil (19%) do que na OCDE, (13%) para a mesma faixa etária e (13%). (Figura 1). (Fundação Itaú, 2025, p.28-29)

Figura 1 – Porcentagem de Jovens de 15 anos que relatam ter acesso e participar frequentemente de atividades artísticas e culturais na escola (2022)



1. Atividades artísticas e culturais incluem artes visuais, música, teatro e/ou atividades ou aulas de escrita criativa.

Fonte: OCDE (PISA 2022 Database, 2023) PISA 2022 Database: <https://www.oecd.org/en/data/datasets/pisa-2022-database.html>

Podemos observar também que a Figura 1, que considera a participação de estudantes brasileiros em atividades artísticas nas escolas, ainda possui considerável margem para o crescimento dessas manifestações culturais na educação nacional.

Na sessão seguinte, o Currículo Referência de Minas Gerais, seus fundamentos constitucionais e uma visão crítica acerca do currículo como mecanismo institucional, além disso, o intento das Artes no currículo referência do estado de Minas Gerais, direcionado ao ensino fundamental II, onde as propositivas do documento possibilitam um espaço para criar e implementar projetos das mais diversas manifestações artísticas no cotidiano e ambiente escolar.

## 2.2 PROPOSIÇÕES DAS ARTES NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM NO CURRÍCULO REFERÊNCIA DE MINAS GERAIS

Importante lembrar que os currículos referências dos estados brasileiros, seguem os fundamentos educacionais expostos na nossa Constituição Federal (CF/1988), na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9394/96), no Plano Nacional de Educação (PNE/2014), na Base Nacional Comum Curricular (BNCC/2017), e no caso de Minas gerais também, a partir do reconhecimento e da

valorização dos diferentes povos, culturas, territórios e tradições existentes nesta unidade da federação. Segundo este currículo referência,

[...] o Regime de Colaboração passa a ser central no cenário educacional e um desafio para o estado de Minas Gerais, em razão da sua extensão e número de municípios e escolas. Mas em um esforço conjunto para reunir a imensa “Minas Gerais” e construir um documento coletivo [...] (Minas Gerais, 2018, p. 3)

Ao destacar o estado de Minas Gerais, os números corroboram sua grandeza em extensão territorial. Segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), Minas Gerais é o estado brasileiro com maior número de municípios, são 853 no estado, representando assim, 15% do total do país; no Brasil, o total de municípios em 2025 é de 5570. O território mineiro corresponde a uma área total de 586.513,984 km<sup>2</sup>. Em termos populacionais, a população estimada no ano de 2024 é de 21.322.691 pessoas no estado (IBGE, 2022).

Também seguindo os fundamentos da BNCC, o Currículo referência de Minas Gerais é fruto de uma construção coletiva, envolvendo diversos grupos e setores representantes da educação, alguns dados destacados dessa participação, Minas Gerais (2018, p. 7 e 8), “A Versão Preliminar do Currículo Referência de Minas Gerais contou com a participação de mais de 3.100 escolas e 120.000 profissionais de todas as partes do estado”. Ainda, “Os Encontros Municipais foram realizados com a participação de mais de 690 municípios, contando com mais de 55.000 participantes presencialmente durante os meses de agosto e setembro de 2018”. Também foram realizadas consultas virtuais: “Paralelamente, foram registradas mais de 404.000 participações na Consulta Pública Online”, além de entidades parceiras ligadas à educação e atores colaboradores.

O Currículo Referência de Minas Gerais destaca no próprio documento que, “se constitui como uma referência na medida em que elenca os direitos de aprendizagem que são comuns a todos os estudantes, em todos os territórios mineiros”, Minas Gerais (2018, p.16). Sim, o direito a aprendizagem é um senso constitucionalmente inviolável, desde que sejam respeitadas as necessárias adequações curriculares à realidade regional e local de cada porção do território do estado. A educação é um direito social, de oferta obrigatória pelo poder público, conforme prevê a Constituição de 1988 Artigo 205,

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (Brasil, 1988. Art.205)

Buscar uma maior interação no ambiente educacional é importante, também na construção e gestão curricular de uma unidade escolar, através, inclusive da multidisciplinaridade. O Artigo 206 da Constituição de 1988, incisos I, II e III corroboram ao legislar que o ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I - Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
- III - Pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino. (Brasil, 1988. Art.206)

Tais preceitos fortalecem a identidade singular de cada região e cultura local, elementos fundamentais para a autonomia do processo de ensino e aprendizagem, sem dissociar das diretrizes estabelecidas pelos documentos curriculares. O currículo que define o que deve ser ensinado, é este que orienta o trabalho docente, enfim, o currículo é um dos elementos que se relacionam mais diretamente com as experiências dos estudantes na sua trajetória escolar.

[...] currículo se constitui, de fato, no conjunto de experiências que o aluno vivencia na escola ou sob a supervisão dessa instituição. É claro que essas experiências incluem não apenas os conhecimentos acadêmicos, mas também outros tipos de aprendizagens relacionadas às diferentes manifestações culturais, às formas de conduta e aos valores que vão se desenvolvendo durante a vida escolar. As próprias experiências com o conhecimento escolar extrapolam a aprendizagem desses conteúdos, pois o contato com tais conhecimentos pode despertar novos interesses e sensibilidades e desenvolver diferentes formas de pensamento. (Santos, 2017, p.5)

Gerir um currículo escolar pode se dar por formas mais centralizadas, menos participativas ou, de maneira mais plural e democrática, em conjunto também, comunidade escolar em um amplo debate, envolvendo todos os segmentos (pais, professores, funcionários, docentes e gestores). Há sim, fatores determinantes na

gestão curricular das escolas, que perpassam por interesses econômicos e valores da conjuntura neoliberal em diferentes escalas.

[...] os empresários passaram a adentrar o campo educacional em busca de novas áreas de investimentos. Seus interesses econômicos e políticos, bem como suas ideias, passam a circular e a serem adotadas por grande parte dos sistemas de ensino. A avaliação do desempenho dos alunos ganha destaque como instrumento de gestão e de controle do currículo. Os Princípios da Nova Gestão Pública penetram os sistemas de ensino levando à criação e ao desenvolvimento de processos de avaliação de professores e alunos, ao estabelecimento de metas de desempenho, ao ranqueamento das escolas e à premiação dos melhores classificados. Nesse processo se constrói uma nova ordem moral no interior das instituições escolares. (Santos, 2017, p. 16)

O sistema capitalista, de praxe, detém características concorrenciais no mercado de atuação e disputa. Como em destaque na citação acima, o modelo educacional vem criando estratégias análogas a esse sistema, seja através da criação de metas, avaliações e ranqueamento, de aspecto competitivo, concorrencial, seja também, por fazer parte inerentemente dessa bolha determinada pelo poder econômico.

Ao mesmo tempo que o modo de produção capitalista impõe a economia em cada empresa individual, seu sistema anárquico de concorrência gera o desperdício mais desenfreado dos meios de produção e das forças de trabalho sociais, além de inúmeras funções atualmente indispensáveis, mas em si mesmas supérfluas. (Marx, 2013, p.733)

É fundamental também que o currículo de uma determinada instituição tenha convergência e integração entre os indivíduos da escola, ou seja, dadas as diretrizes legais em âmbito nacional, as especificidades de cada região e localidade devem ser preservadas. Barbosa (2010, p.17) infere que, “A identificação da interdisciplinaridade com o conceito de integração se consolidou, principalmente, com base na ideia de que uma coisa pode ser um todo e não ser integrada e que algumas coisas podem ser integradas e não constituírem um todo”. Ou ainda,

Não se faz interdisciplinaridade somente com conversa de corredor. Também não é necessário que dois ou mais professores estejam juntos, ao mesmo tempo, na sala de aula. É necessário um projeto

conjunto, que cada um saiba o que o outro vai ensinar e como; enfim comunalidade de objetivos e ações. (Barbosa, 2010, p.12)

Relevante apontar que integração e interdisciplinaridade são conceitos distintos, a integração possui conotação de amplitude, que se refere à ação de combinar ou unir diferentes partes, elementos, sistemas ou indivíduos para formar um todo coeso e funcional. O objetivo principal da integração é criar sinergia, ou seja, fazer com que o resultado da união seja maior e mais eficiente do que a simples soma das partes isoladas. Já a interdisciplinaridade, no texto de Thiesen (2008, p.551) mostra, “para Gadotti (2004), a interdisciplinaridade visa garantir a construção de um conhecimento globalizante, rompendo com as fronteiras das disciplinas. Para isso, integrar conteúdos não seria suficiente”.

Destaco também, para uma argumentação mais direcionada ao Currículo Referência de Minas Gerais, que ao inferir o ensino da geografia, minha área de atuação, há uma conexão relevante entre a necessidade de novos olhares e viabilizar alternativas de ensino e aprendizagem, objeto propositivo ao norteamento da pesquisa.

A natureza cambiante do mundo contemporâneo, e da intensidade da velocidade que o qualifica, impõe a necessária simultaneidade de novos olhares, novas técnicas e novas perspectivas sobre o objeto de estudo da geografia. Impõe, sobretudo, a abertura das mentes para se criar o novo, o diferente, aquele que superará o estágio de dificuldades e limitações de apreensão do real que tão marcadamente ainda caracteriza o presente. (Mendonça, 2004. *apud* Minas Gerais, 2018, p.786)

O Estado, constitucionalmente previsto como um dos indutores culturais da sociedade, principalmente quando estamos falando da Escola Pública, precisa aí, reverberar as possibilidades culturais de maneira mais incisiva, como política verdadeiramente de Estado, anulando as politicagens ideológicas monocráticas e parciais. A partir disso, referencio os contextos e as práticas de abordagem das Artes Integradas do Currículo Referência de Minas do Ensino Fundamental II, há também destaque à materialidade a partir da aprendizagem por um novo olhar, embasado a seguir, Minas Gerais (2018, p. 547) “Experimentar diferentes formas de expressão artística (desenho, pintura, colagem, quadrinhos, dobradura, escultura, modelagem, instalação, vídeo, fotografia, performance etc.). explorando práticas tradicionais (locais e regionais) de produção artística”. Essa materialidade do

Currículo Referência se desdobra em unidades temáticas das Artes visuais, dança, música, teatro, Artes Integradas e Arte e Tecnologia.

Como elementos da linguagem de cada unidade no Currículo de Minas Gerais, vale cada apontamento: 1 - Sobre as Artes visuais “Analisar os elementos constitutivos das artes visuais (ponto, linha, forma, direção, cor, tom, escala, dimensão, espaço, movimento etc.) na apreciação de diferentes produções artísticas.” 2 - Sobre a dança, “Experimentar os fatores de movimento (tempo, peso, fluência e espaço) como elementos que, combinados, geram as ações corporais e o movimento dançado.” 3 - Em relação à música, “Explorar elementos constitutivos da música (altura, intensidade, timbre, melodia, ritmo etc.), por meio de recursos tecnológicos (games e plataformas digitais), jogos, canções e práticas diversas de composição/criação, execução e apreciação musicais.” 4 - No Teatro, “Explorar diferentes elementos envolvidos na composição dos acontecimentos cênicos (figurinos, adereços, cenário, iluminação e sonoplastia) e reconhecer seus vocabulários” e ainda, “Investigar diferentes funções teatrais e discutir os limites e desafios do trabalho artístico coletivo e colaborativo”. 5 - Nas Artes Integradas a diretriz de contextos e práticas aponta, “Relacionar as práticas artísticas às diferentes dimensões da vida social, cultural, política, histórica, econômica, estética e ética”. 6- Em Arte e tecnologia, no contexto da presença ubíqua tecnológica na sociedade, cita, “Identificar e manipular diferentes tecnologias e recursos digitais para acessar, apreciar, produzir, registrar e compartilhar práticas e repertórios artísticos, de modo reflexivo, ético e responsável”. (Minas Gerais, 2018, p.547-555).

É inerente ao contexto contemporâneo a indução tecnológica coexistente ao processo de linguagem artística e a unidade temática do Currículo Referência – Arte e Tecnologia reflete isso. Inevitável assim, não referenciar o músico e compositor pernambucano Chico Science, em um trecho de sua música “Computadores fazem Arte”, entre a “convergente/divergente” dicotomia presente no Currículo Referência entre Arte e tecnologia, uma reflexão que traz embates, a tecnologia está a serviço da humanidade ou nos tornamos servos da tecnologia digital? Segue a epígrafe:

Computadores fazem arte, Artistas fazem dinheiro, dinheiro  
Computadores fazem arte, Artistas fazem dinheiro, dinheiro  
Computadores avançam, Artistas pegam carona  
Cientistas criam o novo, Artistas levam a fama...  
(Science, 1994. Faixa 12)

Estimular a criatividade e o aprendizado a partir das manifestações artísticas na escola, demanda uma revisão curricular que vai além das diretrizes institucionais e bases curriculares tradicionais. Absorver e valorizar a “bagagem” cultural e existencial de cada aluno ou indivíduo, representa também novos caminhos e trocas. Um reflexo disso, segundo o Antropólogo Tião Rocha, pode ser a oposta de aproximação da cultura popular, das tradições comunitárias, estarem mais presentes no currículo escolar, não apenas como alegoria ou formalidade, mas, como meio no processo de ensino aprendizagem. A pluralidade promove a troca, uma relação complementar (Rocha, 2013). Inclusive, a BNCC, ao citar as Artes Integradas como uma recente unidade temática, consonante ao Currículo Referência de Minas Gerais, corporifica a reflexão dessas linguagens da cultura popular, “Artes integradas, explora as relações e articulações entre as diferentes linguagens e suas práticas, inclusive aquelas possibilitadas pelo uso das novas tecnologias de informação e comunicação”. (Brasil, 2018.p. 197).

Importante salientar nessa análise do Currículo Referência de Minas Gerais sob o aspecto artístico na educação, uma menção prevista no componente curricular de geografia,

O Currículo Referência Mineiro em consonância com a Base Nacional Comum Curricular tem também como princípio a inclusão da diversidade mais ampla de todos os estudantes. Dessa forma, parte-se da premissa de que todo estudante é capaz de aprender e, para garantir a equidade a eles é proposto à adoção de práticas pedagógicas diferenciadas que estimulem a aprendizagem, a autonomia intelectual, o exercício da empatia e do diálogo, a resolução de conflitos, a cooperação e o respeito ao outro e aos direitos humanos, bem como o acolhimento e a valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza. (Minas Gerais, 2018, p. 789)

A bagagem cultural de cada estudante precisa ser valorizada também pela escola, essa valorização, torna o aprendiz parte integrante do processo de aprendizagem e, não cabe à instituição fazer juízo de valor desse aporte cultural prévio (Rocha, 2013). Essa ideia converge à diretriz do Currículo acima destacado. Nesta sessão foram abordados a convergência do Currículo de Minas Gerais com a BNCC e sua estrutura constitucional, além da criticidade apontada nas diretrizes e meandros de um currículo, também as proposições relacionadas ao ensino e

aprendizagem das Artes na educação do estado direcionado ao Ensino Fundamental II.

### 2.3 UMA UNIDADE ESCOLAR DE TRADIÇÃO HISTÓRICA

O Instituto Estadual de Educação de Juiz de Fora (IEE/JF) é a escola de atuação e propósito da pesquisa, uma unidade central, que absorve alunos de diversas regiões do município, havendo grande diversidade no perfil socioeconômico entre o corpo discente e profissional da unidade. O IEE/JF tem lugar de destaque na história da cidade, quando criada, com o nome de origem, a Escola Normal Oficial de Juiz de Fora, pelo Presidente do Estado de Minas Gerais, Dr. Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, através do Decreto n.º 8.245 de 18 de fevereiro de 1928 reforça essa importância.

Juiz de Fora ocupou uma posição singular no estado de Minas Gerais até 1930. Ao longo da história da cidade, Juiz de Fora ficou conhecida por duas denominações “Manchester Mineira” e “Atenas de Minas”. Até a década de 20, a cidade foi apontada como o centro cultural do estado, seja pelo seu número de jornais e teatro, seja pela expressão de suas escolas e instituições culturais. (Oliveira,2004, p.3)

A década de 1920 foi um período de significativas transformações para as Escolas Normais no Brasil. Após a Proclamação da República, essas instituições, responsáveis pela formação de professores para o ensino primário, passaram por um processo de reestruturação e modernização, buscando acompanhar as novas demandas da sociedade e os avanços da educação. Segundo Miranda (2009) entre as décadas de 1920 e 1930, a escola primária começou a ser popularizada, para atender à crescente demanda social, quando o índice de analfabetismo era alarmante no Brasil. A Instituição de pesquisa, teve seu nome trocado por três vezes: inicialmente para Colégio Normal Oficial de Juiz de Fora; depois, para Colégio Normal Padre Wilson Valle da Costa, através da Lei 5.131, de dezembro de 1968; uma homenagem que sugere a influência religiosa católica na educação neste recorte histórico.

Na disputa pela soberania no campo da cultura, principalmente por meio da educação, a Igreja, premida pelos tempos, incorporava práticas modernizantes. Além disso, suas lideranças assumiam, cada vez mais, comportamentos de administradores, com exigências que iam muito além da ação catequética. (Bilhão; Klafke, 2021, p.13)

Muitas personalidades marcaram a história de Juiz de Fora, mas a passagem das décadas e os contextos políticos e sociais distintos, não pode resultar no esquecimento de tais figuras para as futuras gerações, “Padre Wilson recebeu uma premiação ligada ao Prêmio Nobel da Paz pela sua participação no Batalhão Suez, que integrou a missão internacional de paz da ONU (Organização das Nações Unidas) na região da Faixa de Gaza, em 1957, da qual participou por um ano”. (TRIBUNA DE MINAS - O popular Padre Wilson, 2020). Finalmente, por determinação da Lei 5.306, de 16 de outubro de 1969, a escola passa a se chamar Instituto Estadual de Educação de Juiz de Fora.

A instituição educacional em números (dados fornecidos pelo IEE/JF em abril de 2025): A escola é a maior do município de Juiz de Fora - MG quantitativamente, são 2445 estudantes distribuídos em três turnos (manhã, tarde e noite), incluindo todas as turmas do Ensino Fundamental I e II, Ensino Médio regular e Educação de Jovens e Adultos (EJA), totalizando 82 turmas e 167 professores distribuídos nesse universo. Agora, de forma direcionada à presente pesquisa (Ensino Fundamental II/ tarde), são trinta e seis (36) professores efetivos do turno da tarde, ensino fundamental II, distribuídos em dezessete (17) turmas, sendo: (cinco 6ºanos, cinco 7º anos, quatro 8º anos e três 9º anos), totalizando neste segmento e turno, 498 alunos registrados no sistema da instituição. (IEE/JF, fev. 2025).

Essa pluralidade envolve um grande desafio de gestão administrativa, pedagógica e metodológica no processo de ensino e aprendizagem. Inclusive, existe um índice nacional, Complexidade da Gestão da Escola, calculado pelo INEP, que visa medir o grau de complexidade na gestão escolar, considerando fatores como tamanho da escola, quantidade de turnos e a diversidade de níveis de ensino oferecidos, Ele é importante para entender os desafios enfrentados pelos gestores escolares. Esse índice varia de 1 a 6, níveis mais elevados indicam maior complexidade de uma escola, a nota do IEE/JF em 2024 foi 6, ou seja, a mais complexa. (INEP,2025). Essa complexidade demanda habilidades do gestor.

pode-se pensar na mútua relação entre a Gestão Escolar e os indicadores da complexidade da gestão. Ao longo do tempo, a Gestão Escolar pode influenciar os indicadores da complexidade da gestão e, de alguma forma, a complexidade da gestão pode demandar novas habilidades relacionadas à liderança e ao engajamento, ou seja, um novo trabalho na Gestão Escolar. Assim, sugerimos o desenvolvimento de estudo de casos múltiplos, com abordagem longitudinal, a fim de compreender os mecanismos que podem contribuir para esta reflexividade, uma vez que esta impacta o desempenho da escola. (Gobbi et al.,2020)

Outros resultados de avaliações no instituto também refletem a complexidade da unidade, o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) é um conjunto de avaliações externas, em larga escala, conduzidas pelo INEP, a partir da proficiência em Língua Portuguesa e Matemática. Os resultados do SAEB são cruciais para o cálculo do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), que em 2023, registrou 5,43 na unidade educacional (QEdu, 2023). Esse Ideb registrado em 2023 é reflexo também do período pós-pandemia Covid-19, resultando em queda do índice, que no período pré-pandemia, no ano de 2017, registrou o Ideb de 6,37 no IEE/JF (QEdu, 2023). O indicador de aprendizado varia de 0 até 10 e quanto maior, melhor. Porém, o 10 é praticamente inatingível, significaria que todos alunos obtiveram rendimento esperado.

Há também, outras especificidades relevantes, dentre elas, as características da arquitetura do prédio de tal unidade, localizado entre a esquina das ruas Espírito Santo e Getúlio Vargas. Inaugurada em 14 de agosto de 1930 como uma edificação suntuosa e expressiva, atualmente apresenta problemas e déficits estruturais significativos às necessidades básicas de um ambiente escolar, relacionados à manutenção física da Instituição, estes determinantes.

O edifício se destaca pelo alto padrão arquitetônico, valorizado pelas pinturas murais e painéis assinados por artistas, tais como H. Repetto, Boscagli, Aragão e Dimas. A obra, um projeto de Lourenço Baeta Neves, foi executada pela Companhia Industrial e Construtora Pantaleone Arcuri e a pintura do prédio ficou a cargo do artista Angelo Bigi. Uma parte da construção foi posteriormente demolida para dar passagem à avenida Independência, mas não houve descaracterização do imóvel. (Tribuna de Minas, 1996, p.100)

A importância histórica do edifício resultou em seu tombamento, um patrimônio cultural da cidade, através do Decreto nº 4406 de 07 de dezembro de 1990.

Art.1º - Fica tombado o edifício da Escola Normal, atual Instituto Estadual de Educação de Juiz de Fora, de propriedade do Estado de Minas Gerais, situado na confluência da Av. Getúlio Vargas com a Rua Espírito Santo, conforme planta aerofotogramétrica anexa a este Decreto. (JFlegis, 2025)

Art. 2º - Fica autorizada a inscrição no Livro de Tombo, observando-se as seguintes limitações:

I- preservação da volumetria do edifício e a organização formal e tratamento plástico construtivo formado pelas suas fachadas;  
II - a divisão do espaço interno do edifício e ornamentos, segundo a sua concepção original;  
III-as pinturas assinadas por H. Repetto, Boscagli, Aragão e Dimas;  
IV-preservação das áreas livres hoje existentes, resultantes da edificação originária e dos acréscimos.(JFlegis, 2025)

A significativa relevância no tombamento do prédio também implica questões burocráticas, gerando morosidade para resolver fatores relacionados à preservação, inclusive em termos de manutenção física, estrutural e melhorias do espaço. Promover a reforma com base nos critérios de preservação estabelecidos para o bem cultural é elementar, levando em consideração as suas características históricas, artísticas e arquitetônicas, preservar os fundamentos originais do imóvel, evitando alterações que possam comprometer sua autenticidade ou descaracterizá-lo. A legislação brasileira através do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), infere que:

O tombamento é o instrumento de reconhecimento e proteção do patrimônio cultural mais conhecido, e pode ser feito pela administração federal, estadual e municipal. Em âmbito federal, o tombamento foi instituído pelo Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, o primeiro instrumento legal de proteção do Patrimônio Cultural Brasileiro e o primeiro das Américas, e cujos preceitos fundamentais se mantêm atuais e em uso até os nossos dias. (Iphan, 2025)

Segundo dados de 2024 INEP (Instituto Nacional e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira) acessados via portal QEDu, resultados do Censo Escolar 2024, a escola possui dependências com acessibilidade, sanitário com acessibilidade, alimentação fornecida, água filtrada, biblioteca, cozinha, laboratório de informática, laboratório de ciências, sala de leitura, quadra de esportes, sala de diretoria, sala dos professores, sala de atendimento especial, aparelho de DVD, TV, retroprojeter, copiadora e internet com banda larga, porém, há relativa distância entre as condições teóricas citadas e as condições práticas, vivenciadas pelos profissionais e

estudantes que atuam cotidianamente na instituição, pois a necessidade de manutenção e melhorias são gritantes até o ano de 2025.

A discricionariedade é inerente a atuação profissional nesses espaços públicos de déficit estrutural, necessita-se de mecanismos práticos para contingenciar os problemas constantes, a citar aqui, um trecho do texto acerca da atuação das burocracias do nível da rua na implementação de políticas públicas,

A discricionariedade desses agentes está em determinar a natureza, a quantidade e a qualidade dos benefícios, além das sanções fornecidas por sua agência. Assim, mesmo que dimensões políticas oficiais moldem alguns padrões de decisão e normas comunitárias e administrativas, esses agentes ainda conseguem ter autonomia para decidir como aplicá-las e inseri-las nas práticas da implementação. (Lotta, 2012, p.7/26)

Importante registrar, também, algumas fotos de maio de 2025 do prédio do IEE/JF. De autoria própria, esses registros refletem a importância e a imponência dessa unidade escolar histórica na cidade de Juiz de Fora-MG, apesar de alguns problemas estruturais e de conservação já mencionados. A seguir, as imagens retratam a situação da fachada e da entrada principal da instituição.

Fotografia 1 – Fachada principal IEE/JF



Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

Fotografia 2 – Entrada principal IEE/JF



Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

Podemos observar nessas imagens uma arquitetura de alto padrão, no estilo Art Déco, predominante na parte externa do prédio, com assimetria e repetição de elementos de forma marcante. Já no interior, características da arquitetura neoclássica podem ser observadas, com a presença de colunas, mármore e amplitude dos espaços, havendo assim um ecletismo de estilos arquitetônicos. A construção foi executada pela empresa Pantaleone Arcuri. A entrada principal, onde o piso de fundo branco é pontuado por adornos em estilo de mosaico ordenado, dialoga com a escadaria de mármore branco. Em seguida, a Fotografia 3 ilustra detalhes do piso de mosaico. A Fotografia 4 retrata, no segundo andar, o Salão Nobre Antônio Carlos. A suntuosidade do prédio reforça a necessidade urgente de preservação.

Fotografia 3 – Piso da entrada principal IEE/JF



Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

Fotografia 4 – Salão nobre Antônio Carlos IEE/JF



Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

Em seguida, imagens da estrutura com sinais de degradação, que demonstram a importância de manutenção e maior investimento do estado na infraestrutura da escola. A Fotografia 5, mostra a condição da biblioteca em maio de 2025, desativada da sua sala de origem por problemas estruturais, sem previsão para início e término das obras, como já abordado, os fatores burocráticos impedem a celeridade do processo. Na Fotografia 6, uma das diversas portas das salas de aula do prédio em condições precárias, imagem que não combina com a história da instituição e sem dúvidas não traz uma boa apresentação no ambiente escolar. A Fotografia 7 traz um registro da dimensão e grandeza da unidade, que clama por maior atenção e valorização da administração pública em vigor, inclusive no pátio externo, com possibilidades de realizar diversas atividades esportivas e culturais, falta pintura, manutenção e cuidado com os equipamentos de uso coletivo (bebedouros, banheiros etc.).

Fotografia 5 – Piso da biblioteca IEE/JF



Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

Fotografia 6 – Porta de uma sala de aula 1º andar IEE/JF



Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

Fotografia 7 – Corredor do 2º andar das salas de aula IEE/JF



Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

As salas de aula em todos os andares da unidade histórica também padecem pela ausência de ventiladores, sem qualquer previsão de resolução do problema (maio de 2025); apesar das salas serem amplas e o pé-direito duplo, o desconforto térmico nos dias de maior calor é insuportável. É inimaginável em

regiões tropicais, salas de aula sem ventiladores ou equipamentos para atenuar a temperatura, em tempos inquestionáveis de mudança climática<sup>1</sup> cientificamente registrados.

O Estado Democrático de Direito, na versão Estado Democrático Ecológico poderia (e deveria) ter desempenhado melhor o importante papel no combate às mudanças climáticas, adotando políticas e medidas que protegessem o meio ambiente e promovessem a sustentabilidade, implementando políticas públicas de prevenção, adaptação e mitigação às mudanças climáticas, garantindo a participação pública e a transparência nas decisões que afetam o meio ambiente e as comunidades locais e globais, investindo em pesquisa e desenvolvimento de tecnologias verdes e soluções sustentáveis, intensificando a fiscalização e a aplicação das leis ambientais, promovendo educação ambiental e a conscientização pública sobre as mudanças climáticas e os impactos ambientais, garantindo a proteção dos direitos sociais, como o direito à saúde, à moradia adequada, à alimentação, ao acesso à água potável e ao meio ambiente saudável.(Abud; Souza; Gorisch, 2024, p.17)

A ação humana no meio ambiente promove consequências variáveis e, por vezes irreversíveis, a destacar:

Nos últimos 50 anos, os humanos mudaram os ecossistemas mundiais mais rápida e extensivamente do que em qualquer outro período comparável da história humana. A Terra enfrenta seu sexto grande evento de extinção, com taxas de perda de espécies crescendo rapidamente tanto nos ecossistemas terrestres como marinhos. A concentração atmosférica de diversos gases do efeito estufa importantes aumentaram substancialmente e a Terra está aquecendo rapidamente. Mais nitrogênio está sendo agora convertido da atmosfera em formas reativas pela produção de fertilizantes e combustíveis fósseis que por todos os processos naturais nos ecossistemas terrestres juntos (Steffen et al., 2007, p. 617 *apud* Leite, 2015, p.670)

Nesta sessão tivemos um breve relato histórico da importância do Instituto Estadual de Educação no município de Juiz de Fora, seu retrato quantitativo em 2025 e a reflexão a respeito da necessidade urgente em ampliar e planejar os investimentos dos recursos públicos, para preservar e melhorar as condições físicas

---

<sup>1</sup> O Serviço Copernicus para as Alterações Climáticas (C3S) divulgou um relatório em que confirma que 2024 foi o ano mais quente já registrado mundialmente e o primeiro em que a temperatura média global ultrapassou a marca de 1,5 grau Celsius (°C) acima dos níveis pré-industrialização (1850 e 1900). O número era o limite de elevação determinado no Acordo de Paris para evitar desastres climáticos mais graves. (Jornal da USP - publicado em 10/01/2025).

e estruturais do edifício. A seguir, alguns apontamentos sobre o Regimento Escolar interno da unidade.

### **2.3.1 O Projeto Político Pedagógico (PPP) do Instituto Estadual de Educação**

A começar de uma maneira bastante clara e objetiva, podemos inferir que o Projeto Político Pedagógico de uma escola (PPP), é a identidade da escola, que orienta as práticas educativas e a gestão, visando a formação e aprendizagem dos alunos. Ele não é um documento estático, mas sim um processo contínuo de reflexão, planejamento, execução e avaliação, construído coletivamente por todos os membros da comunidade escolar: gestores, professores, funcionários, alunos e suas famílias. Pode ser elemento estruturante do processo de democratização da escola, a partir de maior participação e engajamento coletivo de forma direta e indireta na construção de uma unidade escolar. Chama atenção logo na introdução do PPP da unidade da pesquisa a necessidade deste documento ser dinâmico,

Reavaliado a cada período e acrescido de ações relevantes e periódicas, o PPP busca atender às demandas da escola e ajustar-se às novas necessidades pedagógicas, compreendidas, por exemplo, dos resultados dos alunos nas avaliações internas e externas. (IEE/JF, 2022, p.06)

Este documento é um instrumento teórico-metodológico para a intervenção e mudança da realidade educacional em que a escola se situa. Assim como o seu Regimento Escolar, O PPP também precisa estar em consonância com o Currículo Referência de Minas Gerais, ambos os documentos institucionais internos, que apontam uma intencionalidade característica, como papel fundamental entre ensino e aprendizagem, destacando a correlação:

O PPP traz a unidade em relação à intencionalidade educativa da nossa escola, alinhada às diretrizes da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais (SEE/MG), fortalecendo a identidade da escola, esclarecendo sua organização, apontando os objetivos para a aprendizagem dos estudantes e, principalmente, definindo o trabalho pedagógico para garantir os direitos de aprendizagens dos discentes. (IEE/JF, 2022, p.06)

O PPP de uma instituição escolar traz uma relação de intencionalidade educativa, segundo Guedes (2025, p.6), "...PPP é a formulação de uma identidade e a afirmação de uma cultura organizacional." Vale destacar que é necessário exercitar e efetivar na prática cotidiana da escola as diretrizes deste documento norteador, pois a cultura organizacional também estabelece os objetivos e os resultados como mecanismos de planejamento, essas ferramentas são fundamentais para uma escola mais autônoma e estruturada nos princípios democráticos.

Como integrante do corpo docente do IEE/JF desde 2020, posso relatar que nesse recorte de tempo, a construção do PPP segue em parte os preceitos teóricos do documento, no sentido de que na construção coletiva nos momentos destinados para tal (reuniões de planejamento e de módulo II<sup>2</sup>), poderia haver maior participação de toda a comunidade escolar, porém, na prática isso não se efetiva, por razões empiricamente diversas (incompatibilidade de agendas e horários principalmente), razão pela qual o aprofundamento do debate nem sempre se concretiza. Contudo, há sim a possibilidade do debate, pois está aberta à participação voluntária, espontânea de toda a comunidade escolar. O que é colhido desses encontros são registrados pela equipe gestora e os especialistas da instituição, sistematizando as informações e reformulando o que é necessário, pois a vivência cotidiana do ambiente escolar e o próprio PPP demandam dinamismo inerente. Esse documento é um documento aberto publicamente, de livre acesso.

Entre as diretrizes do PPP do IEE/JF, também é destacado a conformidade com a BNCC, fator indispensável nesse documento, que salienta ainda que o currículo escolar deve ir além do pilar aprender e conhecer, acrescentando

[...] construindo vivências e experiências que proporcionem também o aprender a fazer, o aprender a conviver e o aprender a ser. Nosso maior anseio é formar cidadãos conscientes e críticos, nos empenhando em superar as desigualdades, buscando uma educação para a cidadania. O objetivo é que nossos alunos tenham uma formação que zela pela autonomia, mas para isso é necessário que eles se posicionem de forma crítica e reflexiva, sendo livres para aprender e ensinar. (IEE/JF. 2022, p. 45)

---

<sup>2</sup> Em Minas Gerais (MG), "módulo II" refere-se à parte da jornada de trabalho dos professores de Educação Básica dedicada a atividades extraclasse, como planejamento, avaliação, reuniões pedagógicas, formação continuada, entre outras. Lei Estadual 20.592/2012.

Essa criticidade e reflexão expressa na citação, só pode ser calcificada pelos estudantes através de uma educação mais abrangente, ou seja, além dos conteúdos tradicionais implementados na Base Curricular, que esteja presente a diversidade artística e cultural no ambiente escolar, que os projetos deste segmento sejam dinâmicos, constantes e agregadores a toda comunidade escolar envolvida e, não caia na finitude como o exemplo do projeto de “Iniciação teatral”, destaque da página 11 do PPP da instituição, que teve início em abril de 2022 e terminou em novembro do mesmo ano, tinha equivalência a uma carga horária de 60 horas/aula de curso, sendo completamente gratuito, oferecido aos do Ensino Médio, com o perfil de faixa etária entre 15 e 17 anos de idade. Em contato com o professor responsável por este projeto de iniciação teatral citado na instituição (houve uma entrevista semiestruturada informalmente via telefone), foram relatados importantes fatores à sua descontinuidade, apontando a seguir, tais elementos destacados:

A intenção era para que os alunos fizessem um curso com o intuito de perderem a timidez, de aprender a falar em público, de desenvolver sua capacidade criativa, de se portar diante do público, enfim, ferramentas que são usadas no teatro. E o curso, ele obteve um bom desempenho, porque havia presença durante todo o período. (Professor do projeto de teatro, entrevista realizada em 23/08/2025)

A intenção também era fazer no final do curso uma apresentação teatral, a gente chegou a apresentar no dia letivo para professores e alunos. Enfim, o curso não teve continuidade para o ano seguinte, porque logo no final de 2022 eu perdi o contrato, eu perdi o vínculo com a instituição de ensino, que é estadual, e ao perder o contrato eu não pude dar continuidade ao projeto, porque não tinha um apoio do próprio Estado, porque eu fui desvinculado de uma forma muito arbitrária por ser contratado, então não tinha muito o que fazer. Apesar do apoio que eu tive da direção com o projeto, todo o aparato possível foi apoiado pela gestão da escola, espaço também, e quando era necessário algum tipo de material, a direção disponibilizava para que eu pudesse desenvolver o projeto com os alunos. E o curso era de forma gratuita e não teve continuidade justamente porque eu não pude continuar na escola, não teve uma preocupação por parte da própria SRE, que também não se preocupou em viabilizar algo nesse sentido. Então foi por isso que eu não pude dar continuidade a este projeto. (Professor do projeto de teatro, entrevista realizada em 23/08/2025)

Os alunos, faziam o curso fora do horário de aula deles, no contraturno, eles estudavam no turno da manhã e faziam o curso no período da noite. Inclusive, para que os alunos pudessem fazer esse curso à noite, foi produzido um documento para que os pais

autorizassem os alunos a fazerem um curso no horário entre 18 e 20 horas. Então, tinha que ter autorização dos pais porque eles eram menores. (Professor do projeto de teatro, entrevista realizada em 23/08/2025)

Esse breve e importante relato de um professor da escola durante um período limitado, que não pôde dar continuidade a um projeto cultural tão relevante em uma instituição de ensino pública, revela apontamentos sobre a viabilidade artística no ambiente escolar, levando em consideração também o apoio da gestão escolar interna, o apoio da comunidade escolar, o comprometimento profissional do servidor, porém, evidencia ainda as fragilidades de um sistema educacional que por vezes negligencia os investimentos educacionais, a valorização profissional do servidor, evidencia igualmente, o que não é prioridade para os governantes, além das lacunas no papel do Estado.

O PPP do IEE/JF também abrange no capítulo 1 as informações básicas da escola (endereço, modalidades de ensino ofertadas, a estrutura física existente no prédio, além das regras de convivência, horários das aulas em seus respectivos turnos e orientações para o melhor ambiente escolar para todos. No capítulo 2 “Princípios, missão e visão da escola”, as intencionalidades da unidade perpassam pelas normas e diretrizes legais nacionais e estaduais do sistema educacional, “...zelamos pelo cumprimento às determinações legais, estabelecidas pela Constituição de 1988 e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96.” IEE/JF, 2022, p.27. O caráter humanista da escola fica evidenciado quando se lê:

A escola tem como missão, oferecer o ensino formal, qualificado, gratuito e democrático; proporcionar uma educação capaz de possibilitar ao aluno o direito ao aprendizado, a possibilidade de interpretar o mundo para situar-se com sucesso na sociedade em que vive, e a preparação para o exercício da cidadania, tendo como ponto forte o compromisso dos professores, a liderança do diretor, a experiência do corpo docente e o envolvimento da comunidade... busca-se educar pessoas para o desenvolvimento humano, social e sustentável, utilizando linguagens diversas, em um ambiente acolhedor. (IEE/JF, 2022, p.27)

No capítulo 3 do PPP, dados quantitativos da instituição (baseados no Censo Escolar e controle administrativo interno), o que demanda constante atualização devido a dinâmica das matrículas efetuadas pelo número de estudantes,

evasão, perfil da formação inicial e continuada dos professores. O capítulo 4 envolve as diretrizes sobre análise e resultados das avaliações internas e externas da instituição, o que também propõe atualizações e acompanhamento anual, inclusive sobre rendimento e frequência. Sobre o crescimento das normativas e aplicações das avaliações externas nas escolas do país nas últimas décadas,

...vem mudando a representação dos processos avaliativos de sistemas educacionais no Brasil, em relação aos quais houve inicialmente uma reação contrária muito forte, e que uma cultura de avaliação educacional está se consolidando, na ideia de *accountability*. Salutares são os debates e as contraposições aos diversos processos avaliativos implementados em vários dos níveis educacionais, e nos vários sistemas de administração educacional do país (União, Estados e Municípios). A preocupação com os resultados dos processos de ensino está presente atualmente nas administrações públicas da educação e nas escolas, dando margem a iniciativas como aperfeiçoamento dos currículos escolares, formação continuada de professores, revisão da formação básica de docentes, produção de materiais didáticos novos em vários tipos de suporte (impressos, virtuais, vídeos, etc.). O impacto dessas avaliações começa a ser sentido na educação básica esperando-se que as avaliações sejam vistas como estímulos à mudança em processos educacionais, e, não como punição. (Gatti, 2009, p.15)

No capítulo 5 “Metas da escola”, estão três proposições centrais que reforçam o grande desafio de uma unidade educacional, respectivamente a citar: “Meta 1: Redução das desigualdades educacionais, Meta 2: Ampliação das habilidades socioemocionais, Meta 3: Combate ao abandono escolar”. A reflexão a respeito disso, seja que talvez necessitemos mais do que uma escola e seu papel institucional para cumprirmos tais metas, esbarra também na conjuntura e recorte político-econômico de uma determinada sociedade, tão diversa e complexa, refém de um modelo político-econômico segregador e concorrencial, o capitalismo neoliberal contemporâneo.

A política neoliberal foi construída sobre o princípio de que “há apenas indivíduos com suas próprias vidas particulares” (Nozick, 1974). Os serviços públicos deveriam se desenvolver em resposta aos indivíduos agindo como consumidores e expressando seus direitos e interesses em um mercado que os permitisse escolher entre os serviços. Tal competição, e não o controle e julgamento do provedor, seria o meio mais eficaz de melhorar a qualidade dos serviços públicos. (Ranson, 2012, p. 309)

A governança em educação não pode estar acorrentada aos interesses econômicos e corporativistas, baseado na competição individualista e visão mercadológica, logo, a autonomia escolar para o estabelecimento de “Metas da escola” ficaria declaradamente comprometida ao viés público e plural. Necessário ainda destacar;

Essa reconstituição da governança da educação faz a mediação de uma mudança de direcionamento para a esfera pública da educação, indicando que o controle da educação está escapando do setor público para o corporativo e que as formas tradicionais de governança local estão sendo gradualmente erodidas (Crouch, 2003; Ranson, 2003; Marquand, 2004). O crescimento de um setor corporativo reflete duas dimensões da mudança de um serviço público que tradicionalmente é descrito como um serviço nacional localmente governado ou administrado. Em primeiro lugar, um número crescente de escolas é controlado por provedores que trazem interesses exógenos ao fornecimento público de educação: na definição da preocupação em fornecer o serviço escolar, existe um interesse “externo” relacionado a negócios, ao lucro ou a interesses religiosos. Essa dupla propriedade das escolas, tradicionalmente exemplificada na relação entre a igreja e o Estado no setor voluntário, está agora sendo estendida aos setores privado e de negócios. Um bem público agora acomoda interesses sectários cujo interesse principal não é somente a necessidade de um cidadão como tal, mas o interesse definidor da organização. Eles são chamados apropriadamente de “corporativos” para capturar o interesse e a responsabilização dessa entidade organizacional e financeira separada. Uma segunda dimensão da corporativização do fornecimento da educação é revelada na reconstrução e renovação de escolas através do uso do capital privado. (Ranson, 2012, p. 310-311)

Os capítulos 6, 7 e 8 tratam respectivamente do compromisso institucional na prática educacional pública, gratuita e inclusiva, da organização curricular didática pedagógica em cada segmento (Ensino Fundamental I e II, Ensino Médio Regular e EJA) e finalmente, da relação institucional e fundamental entre escola e comunidade. O monitoramento e autoavaliação a respeito da implementação das orientações de um PPP devem ser constantes, inclusive esse fator consta de maneira enfática ao final do documento (capítulos 9 e 10). Para efetivar tais orientações previstas, a gestão da escola, os profissionais da educação, todos os funcionários de apoio, os estudantes e pais, além de toda comunidade, devem atuar de forma coletiva, integrada e participativa, principalmente para cobrar responsabilidades dos governantes envolvidos e buscar meios mais efetivos, seja

para vencer os constantes e cotidianos desafios de uma escola, seja para construir uma educação de destaque e prioritária na sociedade. “...A gestão democrática não é um princípio fácil de ser posto em prática, visto que envolve a participação crítica dos seus atores num processo contínuo que se concretiza cotidianamente”. (Gadotti & Romão, 1997, *Apud* Sant’ana; Guzzo, 2016. p. 195)

Óbvio que praticar a democracia cotidianamente, construí-la como elemento balizador sendo brasileiro, é um esforço surreal, nosso histórico de formação como povo obstruiu e continua a obstruir a plenitude cidadã, a liberdade de direitos e a liberdade, promovendo a amputação democrática.

...a cultura política e histórica brasileira e dos países colonizados no mundo possuem similaridades sociais, políticas, culturais e econômicas, pois quando falamos sobre desigualdades, autoritarismos, opressões, racismos, dentre outros elementos históricos, estamos tratando de uma cultura política e social estruturada em visões de mundo autoritárias, clientelistas e advindas do projeto de sociedade da classe dominante. Estas ideologias seletivas e segregacionistas são vetores concretos de conformação e de naturalização das relações sociais vigentes de desigualdades e de opressões sociais, as quais impossibilitam à grande parte da classe trabalhadora o acesso à cidadania, à democracia e à justiça social. (Silva, 2021, p.120)

A construção de um projeto político-pedagógico é um processo complexo, contínuo e que requer muito empenho e compromisso de todos em busca de sua efetivação, o desafio não está apenas “entre os muros da escola”, mas em todo o sistema educacional que também perpassa por outros sistemas (político, econômico, social, cultural etc). Tal afirmação se reflete na descontinuidade e/ou inexistência de projetos artísticos efetivos na escola, mais uma vez, o exemplo destacado do esgotamento do projeto teatral do IEE/JF, o fracasso não é apenas institucional, perdemos todos, cidadãos(ãs) e, coletivamente a sociedade.

Nessa sessão se buscou uma reflexão do importante papel de Projeto Político Pedagógico em uma instituição educacional, seus desdobramentos e destacar a escassez de projetos de cunho artístico na unidade, uma ambiguidade quando analisamos o texto do documento com forte viés humanista e democrático. Em seguida, o último apêndice do capítulo 2, um relato empírico e teórico a respeito do processo de ensino e aprendizagem cotidiano no IEE/JF.

### 2.3.2 Diretrizes do Regimento Escolar

A legislação educacional vigente, fundada em uma concepção de gestão democrática, apresenta o Regimento Escolar como documento resultante de uma construção coletiva, que deve refletir o projeto político-pedagógico da escola e normatizar a organização administrativa, didático-pedagógica e disciplinar da instituição de ensino.

O regimento visa amparar as instituições escolares, bem como o processo educativo como um todo, através dos princípios da democracia, da ética e da cidadania e tendo em vista a sua relevância para a prática política e cidadã da comunidade escolar, dentro e fora dos muros escolares. (Ribeiro, 2021, p. 1171)

Este importante documento poderá exercer seu papel na medida em que, atender a realidade institucional e a equipe gestora não só tenha conhecimento da sua importância, mas que seja capaz de promover mecanismos que possam levar a reflexão e a prática sobre o Regimento, tendo em vista as funções delegadas a cada setor da Instituição, bem como os deveres aos mesmos pertencentes, já que gestão democrática pressupõe participação, diálogo e posicionamento crítico de todos os envolvidos de forma direta e indireta na escola.

O Regimento escolar do IEE/JF está em consonância com os princípios previstos nas leis educacionais do Brasil. Regido por aspirações democráticas, de inclusão e compromisso com o papel desafiador no processo de ensino e aprendizagem. Os três artigos do capítulo I do Regimento, “Da natureza e finalidade da instituição”, contribuem para fundamentar tal consonância:

Art.1 - Esta escola adota a concepção de educação voltada para a formação integral dos sujeitos, considerando a diversidade e inclusão como norteadores éticos, democráticos e estéticos em suas ações pedagógicas.

Art. 2 - A educação básica tem por finalidade desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores.

Art. 3 - A transição entre as etapas da educação básica – educação infantil, ensino fundamental e ensino médio – deve assegurar formas de articulação das dimensões orgânica e sequencial que garantam aos estudantes um percurso de avanço contínuo de aprendizagem, com qualidade. (IEE/JF, 2022, p. 5)

É importante destacar o artigo 1, quando cita “formação integral do sujeito”, um compromisso complexo e bastante discutível, pois, a integralidade possui um peso que, talvez, no capitalismo contemporâneo, nenhuma constituição institucional tenha capacidade de suportar. A formação integral do indivíduo não perpassa apenas nos conteúdos curriculares, ainda segundo Pretto e Zitkoski (2016. p.62) “...a escola brasileira tem se esquecido de desenvolver em seus alunos o campo afetivo, preferindo desenvolver apenas o campo cognitivo numa busca desenfreada de atender às demandas educacionais advindas do sistema capitalista”, ou seja, é fundamental pensarmos uma escola com pressupostos formativos, que possam ir além da competitividade e individualismo de um sistema excludente, onde o processo democrático não se efetiva apenas como retórica, mas também com ação de equidade e papel do Estado de direito pertencente a uma sociedade plural.

O acesso mais democratizado pela natureza dos produtos fruto desse movimento atual de inovação, não tem significado maior bem-estar à população como se quer fazer crer – maior acesso à rede de internet e à telefonia móvel não se traduziu na melhoria do nível de vida como ocorreu em épocas anteriores, particularmente com a estruturação do Estado de Bem-Estar Social. Ao contrário, o grau de miserabilidade da humanidade tem aumentado, não obstante essa capacidade extraordinária de o homem produzir riqueza. (Santos. et al. 2016, p.1017)

No Artigo 201 do Regimento Escolar, destaca-se, “Os projetos e ações propostos pela escola devem ser desenvolvidos de maneira integrada ao projeto político pedagógico e estar alinhados com as diretrizes da Secretaria de Estado de Educação”. (IEE/JF-2022, p.70). É um processo que demanda uma construção coletiva, participativa e democrática, respeitando a conjuntura e as especificidades da unidade educacional, que possui caráter dinâmico e diverso, dada sua possível implementação.

Vale destacar que o processo de ensino e aprendizagem em uma determinada instituição educacional demanda envolvimento coletivo. A escola como lugar social precisa exercitar as relações interpessoais como mecanismo de troca de experiências e criação de novas possibilidades. Sair da rotina é determinante na educação, ainda, segundo Eça (2010, p. 17), “[...] possibilitando experiências transversais de aprendizagem com a arte e pela arte, sem a pretensão de formar

artistas ou públicos, mas sim de atingir um futuro sustentável, onde os indivíduos sejam mais criativos, mais críticos e mais solidários”.

O termo “formação integral” também é mencionado na BNCC, corroborando a anuência de conformidade entre o Regimento Escolar e as diretrizes nacionais da educação,

Nos textos de apresentação, cada área do conhecimento explicita seu papel na formação integral dos alunos do Ensino Fundamental e destaca particularidades para o Ensino Fundamental – Anos Iniciais e o Ensino Fundamental – Anos Finais, considerando tanto as características do alunado quanto as especificidades e demandas pedagógicas dessas fases da escolarização. (Brasil, 2018, p. 29)

No capítulo II, sessão IV, sobre educação especial, o caráter inclusivo se explicita nos artigos 18 e 19, a ver:

Art. 18 - A educação especial, modalidade de ensino, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, é destinada aos estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista e altas habilidades/superdotação.

Art. 19 - A educação especial viabiliza as condições de acesso, percurso, permanência com qualidade e conclusão das etapas de ensino, garantindo o desenvolvimento e a aprendizagem dos estudantes e as flexibilizações previstas na legislação vigente. (IEE/JF, 2022, p. 8)

Cabe aqui outra reflexão a respeito das condições reais sobre inclusão nas escolas brasileiras: realidade ou fábula? O direito legal em países de capitalismo periférico, como o Brasil, não é garantia prática em benefício coletivo, para o povo.

De acordo com o Censo Escolar de 2023 (Inep, 2024), o número de matrículas de pessoas com deficiência na Educação Básica aumentou em todas as etapas, da Educação Infantil ao Ensino Médio. Em cinco anos, houve um aumento de 41,6%, passando de 1,25 milhão, em 2019, para 1.771.430 matrículas, em 2023. (Pietsch; Mendes, 2024, p.5)

A quantificação é apenas um apêndice da realidade, a melhoria numérica da inclusão é fria, dada as demandas subsequentes de uma escola estruturalmente inclusiva.

A iniquidade educacional e social entre pessoas com e sem deficiência também foi evidenciada nos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (Gomes, 2023), que apontam que

a estimativa é que, dos 18,6 milhões de pessoas com deficiência no Brasil, cerca de 19,5% estão na faixa do analfabetismo, contra 4,1% da população sem deficiência. Também indicam que 63,3% das pessoas com deficiência acima de 25 anos de idade não têm instrução ou apresentam o Ensino Fundamental incompleto. Já os que possuem Ensino Médio completo representam 25,6%, enquanto 57,3% das pessoas sem deficiência tinham esse nível de instrução. (Pletsch; Mendes, 2024, p.6)

O Regimento Escolar tem força legal, pois possui um conjunto de normativas que além de explicitar os principais deveres, direitos e proibições dos segmentos da instituição, impõe a ordem do seu cumprimento, vedando qualquer ato que não esteja de acordo com o seu conteúdo. Obedecer a uma lei é ato legal e respeito à cidadania. Quem ignora as normativas de uma lei é passível de suas penalidades e sanções.

O Regimento Escolar tem a finalidade de proporcionar mecanismos legais para que as instituições de ensino possam se organizar. É um conjunto de regras que normatizam a organização administrativa, didática, pedagógica e disciplinar da instituição. Estabelece os direitos e os deveres de todos que convivem no ambiente escolar; define os objetivos, os cursos e as etapas que a escola oferece; atribui as responsabilidades de cada pessoa, determinando de forma democrática o que cada segmento deve fazer e como fazer. (MOLIN, 2013, pág. 08 *apud* Bastos, 2022, p.669)

No capítulo VI, título V, a respeito da organização pedagógica do Regimento Escolar do IEE/JF, vale ressaltar a consonância com Currículo Referência de Minas Gerais no artigo 120:

Os direitos e os objetivos de aprendizagem adotados por esta escola estão definidos no Currículo Referência de Minas Gerais - CRMG como conhecimentos, habilidades, competências, atitudes e valores, que contribuem para a formação integral dos estudantes, para que eles se mobilizem, se articulem e se integrem de forma a intervir, proativamente, nas demandas complexas da vida cotidiana, do território, do mundo do trabalho, exercendo, plenamente, sua cidadania. (IEE/JF, 2022, p. 50)

No capítulo VII, título VII, artigo 199, parágrafo IV, o destaque no Regimento para a transparência, mecanismo inerente de uma instituição democrática, fundamental para calcificar por exemplo, um projeto ou plano de ação educacional voltado às manifestações artísticas, inserido na gestão escolar dessa unidade, “Art. 199 - A escola deve divulgar, amplamente os dados e as informações relativos: IV -

aos projetos, propostas e ações previstas e desenvolvidas para melhoria dos processos de ensino e aprendizagem” (IEE/JF, 2022. p. 69). O artigo 201, fortalece o condicionante normativo de coletividade e participação “Art. 201 - Os projetos e ações propostos pela escola devem ser desenvolvidos de maneira integrada ao projeto político pedagógico e estar alinhados com as diretrizes da Secretaria de Estado de Educação” (IEE/JF, 2022. p. 70).

Foram salientados alguns pontos relevantes sobre o papel do Projeto Político Pedagógico (PPP) em uma unidade educacional, apontados trechos importantes à pesquisa deste documento específico do IEE/JF nesta sessão, por vezes negligenciado pela comunidade escolar envolvida, representa importante papel na identidade e construção de uma escola, suas características e personalidade na área territorial que abrange, suas diretrizes e a capacidade de efetivar e exercitar sua implementação coletiva e participativa. Em seguida, registros do Regimento Escolar, fundamental em uma escola, documento norteador interno da instituição educacional.

### **2.3.3 Entre a Teoria das Diretrizes e o contexto de prática no processo de ensino e aprendizagem**

O IEE/JF, uma instituição histórica no município de Juiz de Fora, merecia estar em melhores condições estruturais; um país que não preserva seu patrimônio, é um país sem memória. Até o primeiro semestre de 2025, o imponente prédio da escola necessita de manutenção mais criteriosa e cuidados em diversos setores, desde as salas de aulas, banheiros, pintura, pátio etc. Sem dúvidas, um ambiente escolar mais acolhedor e preservado contribui para a qualidade e bem-estar de toda a comunidade envolvida.

Exercendo o ofício de professor regente de geografia em sala de aula nesta instituição, destaco a vivência empírica do cotidiano escolar e considero fundamental que o processo de ensino e aprendizagem necessite de caminhos convergentes a uma educação inserida nas demandas dinâmicas e mutantes para o século XXI. O ensino tradicional, baseado apenas em aulas expositivas, dentro da sala de aula, por vezes cheias, sem aplicabilidade de conteúdos diversos em materialização prática e de vivência, pode contribuir para uma escola menos atrativa e relevante na vida do aluno.

[...] Mudar é difícil, mas é possível e necessário. Portanto, diante das transformações ocorrida na sociedade, buscamos enfatizar a necessária mudança na Educação. Sabe-se que não é possível mudar tudo, mas é possível modificar propostas, aprender fazendo. Afinal, práticas pedagógicas que podem ser consideradas ultrapassadas não cativam os discentes da atualidade. (RECIMA21, 2024, p.3)

A construção do sistema educacional brasileiro, apesar dos recortes históricos de políticas descontínuas, ganha importante aporte e garantias legais de acesso e inclusão, principalmente a partir da Constituição de 1988. Infelizmente, as garantias constitucionais ainda não propiciam uma educação efetivamente equitativa e qualitativa às camadas sociais mais vulneráveis no país. Portanto, uma gestão curricular direcionada a um aprendizado mais humanista e lúdico, crítico e sensitivo, corroborado por diretrizes nacionais da BNCC inclusive, podem ser mecanismos e gatilhos para a melhoria de uma educação menos tradicional e mais aberta à realidade social, cultural e artísticas dos estudantes.

[...] a realidade em que os professores brasileiros atuam é tradicional, o ensino tem sido considerado como reduzido à apresentação de conteúdos, com uma visão fragmentada, descontextualizada e acumulativa. Na tendência tradicional, há predominância da palavra do professor, da regra imposta; os conteúdos e os procedimentos didáticos não têm relação com a realidade social. (RECIMA21, 2024, p.5)

É necessário ensinar os estudantes a praticarem a reflexão crítica, questionadora perante uma realidade tão complexa e difusa, questionando-os, indagando-os, trazendo perguntas em vez de respostas prontas e acabadas por meio de um discurso. Construir uma escola assim pode não ser uma tarefa simples, mas é possível a partir de iniciativas corajosas e especiais. As Artes dispõem de tais atributos, coragem, ousadia e diversidade. Os fatores conjunturais e estruturais da carreira de professor no Brasil, também são agravantes às transformações necessárias a uma melhor qualidade educacional no país, a Lei do Piso Nacional do Magistério (Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008) estabelece um piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica, porém, a maioria dos estados travam uma guerra ideológica e econômica com a categoria profissional e não cumprem os valores anualmente reajustados e estabelecidos por lei, tendo em vista que em 2025, o piso nacional é de R\$ 4.867,77

(MEC) para a rede pública de todo o país, com jornada de 40 horas semanais, o valor do piso associado à carga horária, leva à interpretação do governo de Minas Gerais por exemplo, estabelecer uma proporcionalidade, inclusive configurando valores mais baixos ao devido, como veremos a seguir.

É pertinente dizer, neste momento do século XXI, que a profissão do professor no Brasil não goza do devido prestígio social, embora se reconheça a relevância profissional docente na formação do educando para o exercício da cidadania, para a qualificação para o trabalho e para a continuidade dos estudos. Portanto, é lícito dizer que os professores vivenciam a precarização da profissão e não possuem o mesmo reconhecimento e a mesma valorização profissional que outras categorias profissionais. Somam-se a esses fatores baixos salários, condições nem sempre apropriadas para o exercício da atividade de ensino, sobrecarga de trabalho e outros aspectos que tornam a profissão docente ainda mais complexa em termos de vulnerabilidade. (Rodrigues; Sales, 2023, p.2)

Na Figura 2 “Faixa salarial de professores de redes estaduais e municipais de ensino”, baseado nos dados do questionário da Prova Brasil/ SAEB (2017), ilustra tal descompasso de remuneração salarial estabelecido pelo Piso Nacional do Magistério: (Rodrigues; Sales, 2023, p.7).

Figura 2 – Faixa salarial de professores de redes estaduais e municipais de ensino

Faixa salarial	Quantitativo de professores							
	0 a 3 anos				Mais de 20 anos			
	Estadual		Municipal		Estadual		Municipal	
	359	1.191	2.491	11.811				
1 - Até 937,00	3	0,8%	130	10,9%	7	0,28%	76	0,7%
2 - 937,01 a 1.405,50	19	5,3%	270	22,7%	105	4,2%	518	4,5%
3 - 1.405,51 a 1.874,00	35	9,5%	136	11,4%	214	8,6%	704	6,1%
4 - 1.874,01 a 2.342,50	28	7,8%	250	20,1%	321	12,9%	1.466	12,6%
5 - 2.342,51 a 2.811,01	32	8,9%	148	12,4%	264	10,6%	1.375	11,8%
6 - 2.811,01 a 3.279,50	27	7,5%	97	8,1%	365	14,7%	1.536	13,2%
7 - 3.279,51 a 3.748,00	20	5,6%	59	4,9%	333	13,4%	1.486	12,8%
8 - 3.748,01 a 4.685,00	98	27,3%	62	5,2%	365	14,6%	2.107	18,1%
9 - 4.685,01 a 6.559,00	95	26,5%	38	3,2%	280	11,2%	1.812	15,6%
10 - 6.559,01 a 9.370,00	2	0,5%	1	0,1%	149	5,1%	461	3,1%
11 - 9.370,01 ou mais	0	0%	0	0%	88	3,5%	64	0,6%

Fonte: Rodrigues; Sales (2023).

Observando os dados da Figura 2, percebe-se que entre os professores da rede municipal que estão no início de carreira, a maioria situa-se nas faixas salariais de 1 a 5 (que varia de até R\$937,00 a R\$ 2.811,01), representando mais de 65%

dos professores, sendo que o maior percentual se encontra na faixa 4 (R\$ 1.874,01 a R\$ 2.342,50), representando 20,99%. Levando-se em consideração que o piso salarial nacional do magistério estabelecido para 2017 era de R\$ 2.455,35, pode-se inferir que muitas redes municipais pagavam abaixo do valor do piso. Mesmo considerando o salário bruto (com adicionais), essas instituições não cumpriam, portanto, o que está estabelecido na Lei 11.738/2008. (Rodrigues; Sales, 2023, p.7)

Não é possível buscar motivação laboral na educação com salários baixos, desvalorização profissional, recebendo abaixo do que é moralmente aceitável, aquém dos valores legalmente estabelecidos. Não, não há interpretação sobre os valores acima ou abaixo do Piso salarial dos professores, há sim, pretextos ideológicos por parte de governos descompromissados com um serviço público de qualidade, cujo objetivo também se faz pelo achatamento salarial dos servidores públicos e, por conseguinte, o desmonte da educação pública.

Vale destacar que o valor bruto de uma faixa salarial envolve vencimentos mais os abonos, gratificações e outros, e não exatamente aos valores estabelecidos como dispõe a Lei do Piso. Enquanto o vencimento constitui a parte fixa do salário, sem qualquer tipo de acréscimo, a remuneração corresponde ao montante total, vencimento mais abonos, gratificações, plano de carreira, adicionais e outros itens que formam a parte variável do salário.

Na dependência estadual, em conformidade com os dados analisados, observa-se uma situação mais satisfatória, o maior número de docentes se encontra nas faixas salariais mais elevadas de 5 a 9 (R\$ 2.811,01 a R\$ 6.559,00), representando 75%, dos professores, sendo que o maior percentual se encontra na faixa 6. (Rodrigues; Sales, 2023, p.7)

A presente análise e sua efetivação considerou o valor do total da remuneração. Entretanto, se fossem considerados os valores referentes aos vencimentos, sua configuração seria diferente e o percentual de municípios que não pagava o piso salarial seria bem maior, visto que muitos gestores “optaram por basear sua política salarial na inclusão de abonos, gratificações, dentre outros itens que compõem a chamada parte variável do salário” (Sales; França, 2018, p. 467 *apud* Rodrigues; Sales, 2023, p.7)

Portanto, ao concluir a análise da tabela contida na Figura 2 acima mencionada, além de levarmos em conta as complexidades e singularidades de cada uma das 27 unidades da federação brasileira, suas especificidades

socioeconômicas, governos e posicionamentos ideológicos, fica evidente que, apenas próximo ao fim da carreira do magistério, o(a) professor(a) terá uma remuneração bruta, importante destacar, menos precarizada.

No tocante aos professores em final de carreira (mais de 20 anos), na dependência administrativa estadual, a maioria figurava entre as faixas salariais 5 e 9 (variação entre R\$ 2.811,01 a R\$ 6.559,00), totalizando 64%. Dos professores vinculados à dependência administrativa municipal, o quantitativo docente nessas faixas salariais corresponde a mais de 84%. Depreende-se, a partir dessa realidade numérica, que estes professores que estão entre as referidas faixas salariais recebiam o piso salarial estabelecido para 2017. (Rodrigues; Sales, 2023, p.7)

Os planos de carreira pouco atrativos, quando existem, ambientes hostis e situações de desvalorização profissional nas escolas não contribuem para o desenvolvimento do sistema educacional. Darcy Ribeiro sintetiza de forma genial tal cenário que parece ter raízes profundas e indestrutíveis historicamente, "... em consequência, a crise educacional do Brasil, da qual tanto se fala, não é uma crise, é um programa. Um programa em curso, cujos frutos, amanhã, falarão por si mesmos". (Ribeiro, 1986, p. 20, grifos nossos *apud* Silva; Muzzeti, 2017. p.223)

No estado de Minas Gerais, a batalha dos trabalhadores por reconhecimento legal do Piso do Magistério está em curso, o estado não cumpre os valores integrais a serem pagos, o sucateamento do sistema educacional e a desvalorização dos professores na atual conjuntura (2025, ano corrente) são regras. Citando apenas os valores econômicos, o "abismo" é crescente, alguns dados do Sindicato dos Professores de Minas Gerais (Sind-UTE/MG):

Em 2019, no primeiro ano do governo Zema o Piso Salarial Nacional era de R\$ 2.557,74 e o salário pago em Minas Gerais era de R\$ 1.982,54, uma diferença de R\$ 575,20. Em 2024, a diferença se ampliou, chegando a R\$ 1.805,75, enquanto o Piso subia para R\$ 4.580,57 e o salário era de R\$ 2.774,82. Finalmente, em 2025, a diferença atinge o patamar de R\$ 2.092,95, quando o Piso é de R\$ 4.867,77 e o salário permanece em R\$ 2.774,82. (Sind-UTE/MG, 2025)

Figura 3 – Diferença salarial dos professores entre o Piso Nacional da categoria e o valor pago em Minas Gerais

Ano	Piso Nacional	Pago em Minas Gerais	Diferença	% do Piso
2019	R\$ 2.557,74	R\$ 1.982,54	-R\$ 575,20	77,5%
2020	R\$ 2.886,24	R\$ 1.982,54	-R\$ 903,70	68,7%
2021	R\$ 2.886,24	R\$ 2.135,64	-R\$ 750,60	74,0%
2022	R\$ 3.845,63	R\$ 2.350,49	-R\$ 1.495,14	61,1%
2023	R\$ 4.420,55	R\$ 2.652,29	-R\$ 1.768,26	60,0%
2024	R\$ 4.580,57	R\$ 2.774,82	-R\$ 1.805,75	60,6%
2025	R\$ 4.867,77	R\$ 2.774,82	-R\$ 2.092,95	57,0%

Fonte: Sind-UTE/MG (2025).

O achatamento salarial em governos ultraliberais responde a uma lógica de austeridade ao povo, à classe trabalhadora que, claro, se restringe aos não poderosos. Os “poderosos”, estes alguns, costumam pactos em suas castas de privilégios, de interesses escusos comuns.

[...] o neoliberalismo sempre apresentou uma relação de desconfiança em relação à democracia, buscando esvaziá-la de seu conteúdo de soberania popular (Ballestrin, 2019; Brown, 2015, 2019; Dardot et al., 2021; Dardot; Laval, 2016). As demandas democráticas foram tomadas como ameaças à liberdade de mercado, devendo, pois, ser limitadas jurídica e institucionalmente. O Estado neoliberal, de fato, não se propõe a ser o universal representante do povo, já que a ideia de sociedade é questionada, assim como a de representação. A função do Estado passa a ser a de organizar mercados e a sociedade de mercado... (Andrade; Cortês; Almeida, 2021, p.3)

Portanto, diante de um cenário que por vezes se vê como uma tapera, o debate sobre a consciência de classe do trabalhador da educação, a busca por uma categoria valorizada e uma sociedade menos injusta, são inerentes no terreno educacional. As transformações que o gestor(a), o professor(a), podem e devem fazer nas escolas, também requer motivação, inclusive nos aspectos relativos à valorização profissional. Não há como dissociar o antagonismo gritante entre capital e trabalho, a valorização dos profissionais da educação dar-se-á através da organização social da categoria, de forma aprofundada, muito além da atuação sindical representativa.

O sistema do capital se articula numa rede de contradições que só se consegue *administrar* medianamente, ainda assim durante curto intervalo, mas que não se consegue *superar* definitivamente. Na raiz de todas elas encontramos o antagonismo inconciliável entre capital e trabalho, assumindo sempre e necessariamente a forma de *subordinação estrutural e hierárquica do trabalho ao capital*, não importando o grau de elaboração e mistificação das tentativas de camuflá-la. (Mészáros, 2003, p.19)

Portanto, se o capital se articula, cabe aos trabalhadores da educação ampliar sua capacidade de articulação, como propositiva, também em atenuar os efeitos danosos da desvalorização profissional nas escolas, suas consequências difusas, diretas, implícitas e explícitas. Para Žižek, os efeitos catastróficos da sociedade contemporânea são reflexos das ações passadas, trazendo esse contexto filosófico à educação, precisamos buscar meios para corrigir o curso das ações pretéritas negativas.

Temos de aceitar que, no nível da possibilidade, nosso futuro está condenado, que a catástrofe ocorrerá, que ela é nosso destino, e então, contra o pano de fundo dessa aceitação, mobilizar-nos para realizar o ato que mudará o próprio destino e, com isso, inserirá uma nova possibilidade no passado. Paradoxalmente, a única maneira de evitar o desastre é aceitar que ele é inevitável. (Žižek, 2011, p.126-127)

Diante do que foi apontado no capítulo 2, a respeito das Artes Integradas nas diretrizes da BNCC, no Currículo Referência de Minas Gerais, nas propositivas do Projeto Político Pedagógico e do Regimento Escolar do IEE/JF e por conseguinte, a conjuntura complexa da escola, há um grande desafio para implementar um projeto artístico contínuo, seja pontualmente em uma data específica no calendário escolar, seja no currículo permanente e cotidiano dessa instituição. Como destacado, os problemas estruturais do prédio, as especificidades de gestão complexa da unidade, os obstáculos de engajamento coletivo, a desvalorização profissional e a ausência de fomento artístico governamental na educação são elementos cruciais à descontinuidade e/ou inexistência desses projetos. Esses obstáculos, não podem e não devem paralisar as tentativas e planos de ação para buscar uma escola mais lúdica e artística, pois há o aporte legal para propor e exercitar tais práticas, portanto, que façamos.

Importante voltar a ressaltar dois trechos citados subsequentes do Regimento e do PPP do IEE/JF, no artigo 1 do Regimento, o termo “formação

integral do sujeito”, perde sua conotação de abrangência, seja através da inexistência e descontinuidade de propostas alternativas de ensino, que possam ultrapassar os limites da educação tradicional em sala de aula, ou pela complexidade conceitual do termo e limitação institucional. O segundo trecho, destaque do PPP, “linguagens diversas”, cai apenas na questão retórica, dada a ausência cotidiana das Artes Integradas no currículo da escola, se não há manifestações artísticas, a diversidade perde também sua pujança como força de linguagem.

O projeto teatral que foi destacado no PPP do IEE/JF, que através de relato e vivência pessoal, durou poucos meses em 2022, reflete essa descontinuidade da instituição relacionada às manifestações artísticas no ambiente escolar. Segue os argumentos que viabilizaram o Projeto por um curto período (sete meses) disponíveis no PPP:

O teatro, desde seus primórdios, contribuiu para entreter e satirizar a realidade da sociedade na qual os sujeitos da História estavam inseridos. Além disso, o teatro também tem uma função educativa, que complementa os conteúdos da grade regular de ensino. Pois, tem a função de integrar, socializar ideias e acima de tudo desenvolver a aprendizagem do aluno, de uma maneira lúdica. Além de desenvolver a parte intuitiva e racional, de quem o pratica, através da expressão de suas emoções, levando ao conhecimento de si mesmo e do mundo que o cerca. Então, o teatro na educação tem como objetivo criar uma comunicação entre os envolvidos a qual irá assumir vários aspectos, dependendo do formato que se apresenta o conteúdo e o texto, mas sempre com o intuito de transmitir alguma coisa através das expressões corporais e da voz para quem está assistindo. O teatro como ferramenta de aprendizagem na educação, contribui de forma exponencial, para a formação de alunos de todas as idades. (IEE/JF, 2022, p.11)

O teatro tem uma potencialidade grandiosa na transformação social e educacional do sujeito. Desde 2016 foi sancionada, pela então Presidenta Dilma Rousseff, uma lei específica para garantir inclusive o teatro nas escolas, porém, a garantia legal no Brasil não garante sua efetividade prática, vide diversas garantias constitucionais de 1988 ainda não alcançadas pelo povo. Segundo o Portal Teatro na Escola (2016), “Teatro é linguagem obrigatória na educação básica brasileira! Hoje, dia 3 de maio de 2016, foi publicada a Lei 13.278/2016, que inclui o ensino de Artes Visuais, Dança, Música e Teatro nos currículos dos diversos níveis da educação básica do país”. Anterior a essa lei de 2016, as propostas curriculares

vigentes relacionadas à formação artística na Educação Básica variavam de estado para estado na federação e, na sua maioria, eram de viés generalista. A prática em torno da lei 13.278/2016 pode tanto contribuir para preencher a lacuna na formação de novos professores, quanto gerar um retorno a polivalência em arte, sob a falsa interpretação de uma interdisciplinaridade maquiada de artes integradas, proposta na BNCC homologada de 2017 para Educação Infantil e Ensino Fundamental.

A nova lei altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), estabelecendo prazo de cinco anos para que os sistemas de ensino promovam a formação de professores para implantar esses componentes curriculares no ensino infantil, fundamental e médio. As regras propostas pelo projeto valem tanto para escolas públicas quanto particulares. (Portal Teatro na Escola, 2016)

Essa alteração na LDB de 1996, está relacionada às questões específicas enfrentadas pelo professor que propôs o Projeto de teatro na escola em questão, trata-se da identidade da profissão e do profissional docente, no ambiente de trabalho, ou seja, a divergência entre a denominação da habilitação universitária – professor licenciado em Teatro – e a disciplina na qual irá trabalhar: Arte (segundo a legislação educacional LDB nº 9.394/96), portanto havia nesse cenário uma “zona cinza”, subjetiva, promovendo aí a generalização, sem a centralidade do teatro como finalidade objetiva. Há um contexto histórico de protagonismo do teatro na educação brasileira, por que isso se perdeu? Restrito a casos pontuais na imensidão das redes educacionais do país. A citar:

A escola no Brasil se estabelece a partir da chegada dos jesuítas e da colonização portuguesa. Neste contexto, observamos a coincidência histórica entre a criação da escola no Brasil e a inserção do ensino de teatro, como atividade curricular na Educação Básica. Os jesuítas, responsáveis pela organização inicial da escola no Brasil, trouxeram consigo o método pedagógico no qual o teatro, de modo institucionalizado, era utilizado como estratégia no processo formativo dos alunos. (Almeida Junior, 2013, p. 47)

A conjuntura atual das manifestações artísticas no ambiente escolar, pode ser resumida no que parece óbvio até para os menos atentos e críticos,

Diante da percepção de falta de importância da arte na sociedade, fica fácil compreender, por exemplo, a ausência de investimentos nas estruturas necessárias para o exercício da atividade teatral ou na

compra de materiais pedagógicos para o ensino de teatro. É notória a falta de condições espaciais e logísticas para o teatro acontecer na escola. (Almeida Junior, 2013, p. 52)

Portanto, a gestão escolar da unidade pesquisada enfrenta desafios consideráveis, incluindo aí a gestão do currículo do IEE/JF na premissa de transformar uma realidade vigente. É fundamental salientar a necessidade de ampliar o diálogo com toda a comunidade escolar envolvida, se basear nas diretrizes e leis educacionais postas, nos documentos internos (PPP e Regimento), através de uma construção coletiva e dinâmica, aberta às mudanças inerentes e atemporais de uma sociedade cada vez mais fluída e complexa, sedenta por propostas que saiam da inércia e do comodismo tradicional, trazendo ideias que façam do caminho ensino e aprendizagem uma ressignificação do papel da escola, como instituição, como prestadora de serviço à sociedade, como elemento de memória afetiva (ou não), ou como apêndice de um modelo político-econômico excludente e hegemônico, o capitalismo. Que esse último não seja objeto de ramificações.

Em uma entrevista ao Nexo Jornal, Carla Chiamareli, gerente do Observatório Fundação Itaú destaca:

As atividades artísticas e culturais ajudam a fortalecer aspectos socioemocionais, como empatia, criatividade e autorregulação, que são fundamentais para o processo de aprendizagem. Estudantes que participam com frequência dessas atividades relatam maior motivação, sentem-se mais pertencentes à escola e têm uma visão mais positiva do ambiente escolar. (Nexo Jornal, 2025)

Ainda, segundo destacado na reportagem, a melhoria de acesso às Artes envolve ações articuladas e investimentos direcionados,

O estudo considera necessária a incorporação da equidade de acesso a atividades extracurriculares de educação em artes e cultura e a implementação de um currículo nacional igualitário em todas as linguagens artísticas. A destinação de recursos para escolas de baixo nível socioeconômico, parcerias intersetoriais e a melhor formação de professores estão entre os exemplos de ações que levariam a tais iniciativas. (Nexo Jornal, 2025)

A articulação de ações e investimentos direcionados, demandam indispensáveis formas de planejamento das políticas públicas voltadas à educação, fator este, que encontra objeções em cenários de constantes instabilidades políticas.

### **3 DESENHO METODOLÓGICO: REFERENCIAL TEÓRICO, COLETA E ANÁLISE DE DADOS**

Neste capítulo 3, o desenvolvimento da pesquisa se faz através das referências teóricas centrais a este estudo de caso, estas referências são as bases conceituais que envolvem em destaque as Artes Integradas, conceito homologado na BNCC de 2017 para o Ensino Fundamental, elemento este que possibilita a construção de um universo de alternativas culturais ao processo de ensino aprendizagem no espaço escolar. A segunda referência conceitual aborda a Gestão Curricular, parte inerente a esse processo de propor uma abordagem mais lúdica, participativa e singular de estabelecer uma identidade própria à instituição educacional, apoiada em seus documentos internos norteadores, o regimento Escolar e o Projeto Político Pedagógico. A terceira referência, aborda a questão da multidisciplinaridade, conceito literalmente desafiador em uma unidade de educação, dada suas especificidades, demandas de participação coletiva e democrática, envolvimento e engajamento plural, além intrínseca relação entre gestão e construção coletiva de um determinado processo educacional.

Posteriormente à análise da base de referência teórica e conceitual, ainda neste capítulo, a proposta da metodologia da pesquisa de campo para o desenvolvimento dessa pesquisa, envolvendo entrevista com o corpo gestor da instituição, aplicação de questionário e entrevista com o corpo docente e roda de conversa com os representantes dos alunos do Ensino Fundamental II do turno da tarde do IEE/JF.

#### **3.1 ARTES INTEGRADAS E MANIFESTAÇÕES ARTÍSTICAS COMO INSTRUMENTOS DE VIVÊNCIA NA ESCOLA**

Artes, Artes integradas, gestão curricular, multidisciplinaridade, correlacionar tais conceitos é uma tarefa essencial na construção da pesquisa e compreensão da conjuntura no IEE/JF. Qualquer tentativa de pensar alternativas educacionais, traz consigo grandes desafios, desafios multifatoriais, plurais e complexos. Para Pretto; Zitkoski, a educação contemporânea é uma interseção.

A educação de nossos dias se encontra em uma encruzilhada: ou continua a ocupar um lugar cômodo e, nem por isso menos submissa a uma estrutura social orientada por mecanismo de exclusão social ou, se conscientiza que é preciso mudar e aderir a uma proposta de educação que promova a inclusão escolar através da humanização. (Pretto; Zitkoski 2017, p.61)

Por que não pensar na formação do indivíduo relacionado à Arte no ambiente escolar e suas conexões? Victorio et al (2019, p.2) destaca que “Se a arte pode ser, sem grandes riscos, considerada uma dimensão humana para além do dizível, a imagem visual fora da intenção artística, ao contrário, tem relação intensa com a linguagem, aportando, freando, reduzindo e ampliando enunciados”. A escola como instituição social, também faz parte da dimensão humana.

A Arte, enquanto área do conhecimento humano, contribui para o desenvolvimento da autonomia reflexiva, criativa e expressiva dos estudantes, por meio da conexão entre o pensamento, a sensibilidade, a intuição e a ludicidade. Ela é, também, propulsora da ampliação do conhecimento do sujeito sobre si, o outro e o mundo compartilhado. É na aprendizagem, na pesquisa e no fazer artístico que as percepções e compreensões do mundo se ampliam e se interconectam, em uma perspectiva crítica, sensível e poética em relação à vida, que permite aos sujeitos estar abertos às percepções e experiências, mediante a capacidade de imaginar e ressignificar os cotidianos e rotinas. (Brasil, 2018, p.482)

Vale destacar que, o processo de ensino e aprendizagem em uma determinada instituição educacional, demanda envolvimento coletivo. A escola como lugar social, precisa exercitar as relações interpessoais como mecanismo de troca de experiências e criação de novas possibilidades. A criatividade é elementar para o saber, sem a criatividade, nos tornamos peças de reprodução e repetição. Criar um ambiente propício à imaginação é fertilidade para o conhecimento.

O clima favorável para a criatividade provém das relações entre o sujeito e o contexto escolar e se materializa na liberdade de escolha que o professor pode ter, bem como na confiança depositada na prática pedagógica, sendo que os aspectos culturais evidenciados na visualidade do espaço escolar são determinantes para a expressão de sua singularidade. A simples capacidade de associar e combinar estratégias de ensino, objetivos e conteúdos, reagrupando-os de maneira nova e com valores singulares, constitui uma das formas de manifestação da criatividade do professor. (Anache; Fernandes, 2015, p.55-56)

Manifestar-se artisticamente ou produzir arte não é uma tarefa simples. Complexo também, entender conceitualmente a arte e o seu surgimento na história da humanidade. Se nivelarmos os povos da Terra apenas através das manifestações involuntárias ou inerentes às necessidades e realidades conjunturais de um dado recorte de tempo, a arte sempre esteve direta ou indiretamente presente. No livro “A História da Arte”, essa subjetividade se expressa,

Ignoramos como a arte começou, tanto quanto desconhecemos como se iniciou a linguagem. Se aceitarmos o significado de arte em função de atividades tais como a edificação de templos e casas, realização de pinturas e esculturas, ou tessitura de padrões, nenhum povo existe no mundo sem arte. (Gombrich, 2000, p. 14)

A escola como espaço de vivências, trocas, experiências e tantas outras construções sociais, encontra terreno fértil também para a produção e reprodução das artes, pois o indivíduo se coloca em uma situação de viver o aprendizado nesse espaço institucional de maneira indissociável. Para Carvalho; Cunha (2021) “A arte, portanto, advém da experiência estética própria do ser humano, não se restringindo ao que usualmente se considera artístico, nem ao que se encontra exposto em museus para consumo das massas”. Se a pressão produtivista capitalista não suprimisse os sonhos e a realidade humana fosse mais leve, composta por escolhas efetivas e afetivas, talvez tivéssemos um outro modelo de escola hegemônico. Ilustra tal afirmativa, de uma outra alternativa de ensino, o seguinte destaque de Carvalho; Cunha (2021) “... um professor com qualidades artísticas, formado para – e interessado em – tornar a experiência um poderoso ingrediente na promoção do desenvolvimento de seus educandos”. Essas qualidades artísticas que podem ser encontradas na humanidade, cabem nas seguintes colocações:

As artes primitivas da natureza e da vida animal são a tal ponto o material e, em linhas gerais, a tal ponto o modelo das realizações intencionais do homem que as pessoas de mentalidade teológica imputaram uma intenção consciente à estrutura da natureza - posto que o homem, que tem muitas atividades em comum com o macaco, tende a pensar nelas como uma imitação de seu próprio desempenho. A existência da arte é a prova concreta do que acabou de ser afirmado em termos abstratos. E a prova de que o homem usa os materiais e as energias da natureza com a intenção de ampliar sua própria vida, e de que o faz de acordo com a estrutura de seu organismo - cérebro, órgãos sensoriais e sistema muscular. A arte é

a prova viva e concreta de que o homem é capaz de restabelecer, conscientemente e, portanto, no plano do significado, a união entre sentido, necessidade, impulso e ação que é característica do ser vivo. A intervenção da consciência acrescenta a regulação, a capacidade de seleção e a reordenação. Por isso, diversifica as artes de maneiras infindáveis. Mas sua intervenção também leva, com o tempo, à ideia da arte como ideia consciente, a maior realização intelectual na história da humanidade. (Dewey, 2010, p.15)

O termo Artes Integradas destacado na BNCC (Brasil, 2018) em convergência ao art. 210 da Constituição da República Federativa do Brasil determinou que “serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais” (Brasil, 1998). Essa proposta da BNCC para Artes Integradas, propondo-a como unidade temática, pode dar margem à subjetividade, sendo assim, ser confundida como uma prática artística específica e multifacetada, portanto, há aí uma lacuna de referencial teórico, epistemológico, de objetivos a essa propositiva e, por consequência, a necessidade de ampliar a celeridade de debates em torno do tema.

... a sua lacuna constitui a escassez de referências das Artes Integradas propostas como unidade temática pela BNCC e sobretudo de referências de artistas e teóricos para a atuação de professores da educação básica e a compreensão dos expoentes da Arte Educação do país sobre as Artes Integradas. (Silva *et al.* 2024, p.4)

Cabe aqui ressaltar que, a proposta efetiva da presente pesquisa não é cumprir a orientação *ipsis litteris* da BNCC para as Artes Integradas, mas sim, percorrer os meandros das orientações e diretrizes da Base, como caminho edificado para implementar Artes de forma contínua, dinâmica, inclusiva e participativa na unidade educacional, a Base e o currículo devem ter alguma harmonia.

... BNCC e currículos têm papéis complementares para assegurar as aprendizagens essenciais definidas para cada etapa da Educação Básica, uma vez que tais aprendizagens só se materializam mediante o conjunto de decisões que caracterizam o currículo em ação. São essas decisões que vão adequar as proposições da BNCC à realidade local, considerando a autonomia dos sistemas ou das redes de ensino e das instituições escolares, como também o contexto e as características dos alunos. (Brasil, 2018, p.16)

Apesar das lacunas que envolvem a unidade temática Artes Integradas, existe aí, campo fértil para desdobramentos de um processo de ensino e aprendizagem divergente à pedagogia tradicional. A educação brasileira precisa de uma profunda transformação, de ordem revolucionária, a pedagogia tradicional é a antítese da mudança. Segundo (Saviani, 2008, p.52), “Uma pedagogia revolucionária centra-se, pois, na igualdade essencial entre os homens. Entende, porém, a igualdade em termos reais e não apenas formais”. A arte pode desenvolver um papel revolucionário na existência do sujeito, “pode” não é um determinismo, pelo contrário, é uma forma conjugada do verbo *poder*, de abrir possibilidades e possibilismos.

A pedagogia revolucionária situa-se além das pedagogias da essência e da existência. Supera-as, incorporando suas críticas recíprocas numa proposta radicalmente nova. O cerne dessa novidade radical consiste na superação da crença na autonomia ou na dependência absolutas da educação em face das condições sociais vigentes. (Saviani,2008, p.53)

A pedagogia tradicional, baseada na transmissão conteudista de professor para estudante, a alastrar os conhecimentos obtidos pela ciência, sistematizados e incorporados ao acervo cultural da humanidade, não pode ser uma via de mão única na educação do século XXI, pois não cabe em uma sociedade tecnologicamente ubíqua. A adequação dos métodos de ensino deve dialogar com a conjuntura e as especificidades construídas por um determinado povo, em um dado recorte histórico, abrangendo as necessidades e vicissitudes particularmente inerentes de cada estrutura social. A educação não é uma ferramenta mágica de garantias assertivas e estabilidade grupal, ela decorre da inquietação. “A educação, portanto, não transforma de modo direto e imediato e sim de modo indireto e mediato, isto é, agindo sobre os sujeitos da prática” (Saviani, 2008. p. 58)

A inquietação é a centelha do movimento, da mudança, da alternativa. A escola precisa ser atrativa, não pode ser um relevo protocolar na vida do sujeito.

O conhecimento sistematizado historicamente pelos seres humanos pode ser transmitido às novas gerações por diversas formas, inclusive, mas não somente, por aulas expositivas e preleções. O que buscamos sublinhar é que a transmissão do conhecimento advogada pela pedagogia histórico-crítica não se confunde com a apresentação ou verbalização de conhecimentos pelo professor, nem

se confirma por sua verbalização e fixação mnemônica pelo aluno: a questão que se coloca é como organizar a atividade escolar do estudante para que nela se reconstitua a atividade intelectual e prática historicamente acumulada e sintetizada nos sistemas conceituais das diversas áreas do conhecimento e da prática social, para que tais sistemas conceituais se tornem elementos mediadores da atividade social dos estudantes, ensejando a práxis. (Pasqualini; Lavoura, 2020, p.22)

As manifestações artísticas como desdobramento da expressão humana, devem ser uma experiência singular e espontânea, não pode ser coercitiva, uma obrigação imposta institucionalmente, mas livre e prazerosa, implicando não o trabalho em sua forma comum, pejorativo, mas sob a forma de uma experiência estética. A escola tem os mecanismos necessários para promover essa experiência, seja ela minimalista, sutil, mas, que promova experiências ao educando,

... e o que torna uma obra arte genuína não é o seu valor de utilidade, assim como não é o seu caráter contemplativo, mas o seu significado como experiência estética. O fazer de um artista não é melhor do que o fazer de um artesão, assim como as belas artes não são artes mais genuínas do que as artes úteis porque “qualquer atividade prática, desde que seja integrada e se mova por seu próprio impulso para a consumação, tem uma qualidade estética”. (Dewey, 2010, p. 115 *apud* Carvalho; Cunha, 2021, p. 7)

Um exemplo dessa experiência estética no espaço escolar pode ser um projeto relacionado à fotografia. As ferramentas tecnológicas atuais propiciam grande diversidade de possibilidades e o acesso aos *smartphones* abriram canais para o bom uso dessa ferramenta, seja para aprendizagem, descobertas e experimentos. A BNCC embasa parte desse argumento na diretriz para o Ensino fundamental para o desenvolvimento de habilidades, (2018, p.211) “Identificar e manipular diferentes tecnologias e recursos digitais para acessar, apreciar, produzir, registrar e compartilhar práticas e repertórios artísticos, de modo reflexivo, ético e responsável”. Cabe aqui inclusive, a junção entre a geografia e a fotografia, pois a ciência geográfica é por si também imagética, usufrui das metodologias e fundamentos científicos para seu arcabouço sociocultural, político-econômico e ambiental. No livro “Geografia e Fotografia - Apontamentos teóricos e Metodológicos”, a possibilidade de explorar o conhecimento através do exercício em fotografar como parte integrante na educação, ficam destacadas na passagem,

... analisar as questões afetas ao uso da fotografia, no sentido de evidenciar sua posição como elemento de mediação pedagógica, orientado ao processo de construção de um conhecimento que se pretende aplicado à leitura crítica do mundo. Assim, e considerando-se que a linguagem intrínseca à ciência Geográfica é imagética, o uso de fotografias no contexto da Geografia Escolar é ressignificado à possibilidade de observação, análise e interpretação da vida, da realidade, do mundo. (Steinke; Reis Junior; Costa, 2014, p.159)

Conciliar a prática e potencialidade em transformar imagens, as fotos criadas pela percepção dos estudantes sobre aquilo que os cerca, no espaço escolar ou fora deste, pode ser um caminho alternativo à autonomia, aprendizagem e construção de conhecimento, que ultrapassa o limite da sala de aula, que exercita a memória afetiva e o reconhecimento através da imagem, para Steinke; Reis Junior; Costa (2014, p.102) “A fotografia cumpre seu papel social para reconhecemos o mundo e nos fazer reconhecidos neste mundo”, a escola também possui tais características comuns a essa afirmativa, há uma forte potencialidade aí, inclusive na aliança com a arte.

No limite, a fotografia tem o poder de trazer à tona o belo na arte e o belo nas paisagens da vida. A aparência tem uma relação direta com a essência e a fotografia enquanto mediação consagra essa junção – a fotografia impede que o belo na arte se perca no belo das paisagens da vida, é um recurso de recorte emoldurado na totalização que advém da abstração ocorrida na contemplação. Para não permanecer na pura abstração, a essência é, antes de tudo, aparência e se perfaz nas representações. (Steinke; Reis Junior; Costa, 2014, p. 98)

O exemplo da fotografia como um veículo possível às manifestações artísticas na escola, representa apenas uma mostra das possibilidades inúmeras para promover um espaço mais acolhedor e engajado na educação, obviamente que isso pode e deve se estender à música, ao teatro, à dança, às artes visuais, à literatura etc., consonante às diretrizes da BNCC e Currículo Referência de Minas Gerais. Propor exposições sobre essas imagens trabalhadas pelos estudantes, em um espaço propício da escola, também é uma forma de valorizar tais iniciativas, possibilita aproximar a comunidade escolar, fortalecer o engajamento na instituição e dar ao ambiente uma aprendizagem mais prazerosa e intuitiva.

A desigualdade de acesso às Artes dentro ou fora da escola também possui relação direta com o contexto socioeconômico do indivíduo, pois o maior nível

financeiro, proporciona maiores oportunidades, principalmente no acesso à música e teatro. Tais conclusões foram coletadas no “Estudo para a Construção de Políticas Públicas de Arte, Cultura e Educação”, relatório publicado pela Fundação Itaú, em parceria com os Ministérios da Educação e da Cultura, e com apoio da OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico).

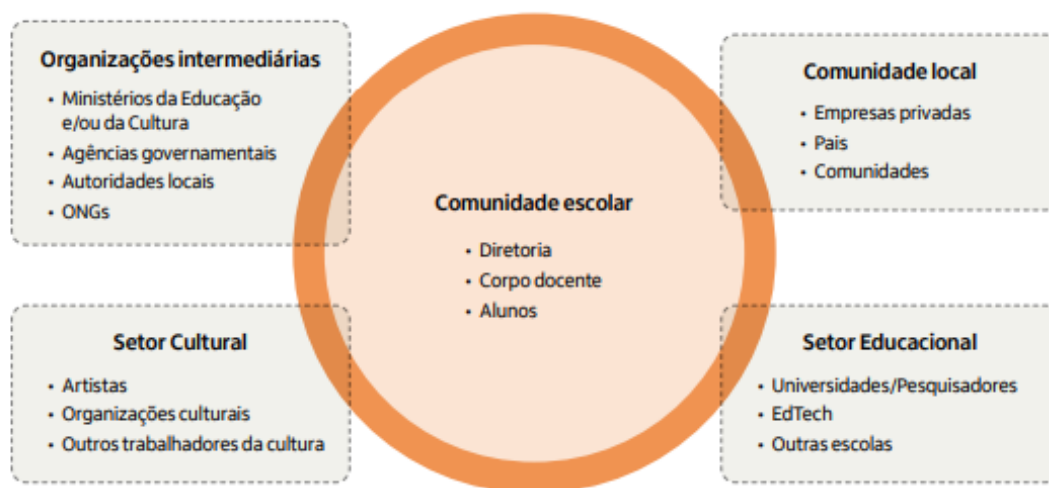
Não há soluções fáceis para problemas e contextos complexos, quando envolvemos Arte e educação, a equação não promove superficialidade, pois trata de elementos de ampla profundidade envolvendo pessoas, conjunturas sociais, econômicas e políticas em um dado momento histórico, vale aqui ressaltar um importante fragmento do “Estudo para a Construção de Políticas Públicas de Arte, Cultura e Educação”;

Há evidências de que a educação em artes e cultura está associada a melhores resultados cognitivos, socioemocionais e educacionais entre os jovens, inclusive entre estudantes de baixo nível socioeconômico e baixo desempenho (See & Kokotsaki, 2015; Winner, Goldstein, & Vincent-Lancrin, *Art for Art's Sake? The Impact of Arts Education*, 2013). Em longo prazo, a educação em artes e cultura pode ter efeitos positivos na saúde mental, no capital social e na participação cívica (OCDE, 2022). Mesmo que esteja longe de ser uma solução milagrosa, ela oferece uma ampla gama de benefícios ao desenvolvimento dos jovens, o que pode ajudar a prepará-los melhor para a vida. (Fundação Itaú, 2025, p.9)

Importante lembrar da grandeza e diversidade cultural brasileira, ou seja, o país é inerentemente uma potência em gestação de Arte e cultura, ainda, o estudo infere a possibilidade de o setor artístico gerar oportunidades de ampla profusão, “... o setor artístico e cultural contribui de forma considerável para o crescimento econômico e promove habilidades e inovação que beneficiam outras áreas”. (Fundação Itaú, 2025, p.9), portanto o poder de capilaridade das Artes é bastante amplo em uma sociedade.

A imagem representada como Figura 4, ilustra parte dessa diversidade e amplitude de setores que podem envolver a educação em Artes e cultura.

Figura 4 – Diversas partes interessadas contribuem para criar um ecossistema local de educação em artes e cultura



**Observação:** em alguns contextos, a mesma parte interessada pode pertencer a grupos diferentes (por exemplo, uma ONG cultural que faz parte do setor cultural também pode ser uma organização intermediária).

Fonte: Fundação Itaú, 2025.

Portanto, a inexistência de articulação entre diversas redes e esferas sociais, também promovem obstáculos intransponíveis a um ecossistema mais equilibrado envolvendo Artes e educação. Articulação para o desenvolvimento de políticas públicas e mudança de paradigmas, demanda planejamento, investimentos e coesão das partes envolvidas.

Como as estruturas de governança do Brasil são descentralizadas, é especialmente importante melhorar a coerência e o alinhamento entre os agentes e promover a colaboração vertical e horizontal. (OCDE, 2021) Em 2024, para aprimorar a organização da política cultural, o Brasil começou a implementar formalmente o Sistema Nacional de Cultura (2012), que otimiza a articulação, gestão e transferência de recursos entre níveis administrativos. (Fundação Itaú, 2025, p.36)

Na próxima sessão, um registro sobre a base conceitual de gestão curricular, seus aspectos propositivos e instigações, que refletem na maneira que a instituição exercita sua prática pedagógica.

### 3.1.1 Gestão curricular, perspectivas e desafios

Definir o conceito de currículo pode nos fazer debruçar por uma grande variedade de meandros filosóficos e ideológicos, porém, o objetivo central aqui é entender sua proposição prática em uma unidade escolar, ou seja, o que será ensinado e aprendido (disciplinas, temas, conceitos) e a forma como os alunos devem dominar tais conhecimentos em cada etapa da educação. Para Roldão; Almeida (2018, p.7) o currículo infere "... conjunto de aprendizagens que, por se considerarem socialmente necessárias num dado tempo e contexto, cabe à escola garantir e organizar". As diretrizes e centralidades curriculares implementadas pelas esferas federais, estaduais e municipais são também, reflexos de ideologias dominantes, interesses políticos estratégicos, persuasão da hegemonia de mercado, por conseguinte do sistema capitalista, pois a correlação entre educação e mercado de trabalho de fato não estão dissociados. Na escola, reivindica-se por parte do corpo escolar, a autonomia curricular, a emancipação institucional, portanto, há aí um "território em disputa", segundo (Arroyo, 2013). A simples presença das Artes no currículo não garante sua efetividade e acesso às mais diversas manifestações culturais ao educando, de forma a suprir suas demandas e oportunidades e colher benefícios. A elaboração do currículo é uma prática essencial para conectar educação, artes e cultura, mas não há consenso sobre como integrar as artes e a cultura à educação.

A política educacional pode tornar os benefícios da associação da educação às artes e à cultura uma realidade. Para isso, é necessário incorporá-las aos currículos, que são responsáveis por definir o conhecimento, as habilidades, os valores e a visão que os estudantes precisam desenvolver para trilhar um futuro melhor. No entanto, os currículos nacionais costumam ser baseados em um conjunto de princípios e ideias compartilhados sobre o que um país precisa (OCDE, 2021). A integração da educação em artes e cultura aos currículos nacionais é, talvez, o principal método para garantir o acesso igualitário dos estudantes à participação artística e cultural e, conseqüentemente, a seus benefícios cognitivos, socioemocionais e comportamentais. Esse aspecto da elaboração curricular também é muito suscetível a questionamentos, por isso exige reflexão e uma articulação cuidadosa e estratégica. (Fundação Itaú, 2025, p.14)

A necessidade intrínseca do dinamismo curricular da escola tem um espelho na própria sociedade, ou seja, transmutar é uma idiossincrasia de um recorte

histórico, da mobilidade social que não pode ser inerte. Em destaque vale corroborar tal assertiva, inclusive nas instituições educacionais.

... as identidades pessoais vêm sendo redefinidas. Identidades femininas, negras, indígenas, do campo. A identificação de tantas e tantos docentes com os movimentos sociais suscita novas sensibilidades humanas, sociais, culturais e pedagógicas, que se refletem na forma de ser professora-educadora, professor-educador. Refletem-se na forma de ver os educandos, o conhecimento, os processos de ensinar-aprender. Que indagações sobre o currículo vêm dessa nova identidade pessoal e coletiva dos(as) educadores (as)? (Arroyo, 2007, p. 17)

Indagar deveria ser uma premissa essencial humana, indagar é um ato político por si, portanto, por que não buscar também no currículo uma parte da explicação das insatisfações na escola? Para Arroyo (2007, p.20), “Como o mal-estar nas escolas na relação mestres-alunos pode estar indagando os currículos? As indisciplinas, o desinteresse teriam a ver com os conteúdos da docência, com os processos de aprendizagem e com a organização escolar e curricular?”

Para ampliar o referencial teórico a respeito do currículo, vale destacar também a etimologia, o termo currículo deriva da palavra latina *curriculum* (cuja raiz é a mesma de *cursus* e *currere*), que significa caminho, percurso ou corrida, para Sacristán (2013, p.17), “... o currículo a ensinar é uma seleção organizada dos conteúdos a aprender, os quais, por sua vez, regularão a prática didática que se desenvolve durante a escolaridade”. Portanto, cabe aos educadores e aos mecanismos oportunos à autonomia escolar sempre questionar a forma de “seleção organizada dos conteúdos”, com o intuito de oferecer uma educação mais libertadora e tomada de criticidade.

É preciso insistir que os significados dos objetivos educacionais não podem estar circunscritos aos conteúdos dos limites estabelecidos pelas tradições acumuladas nas disciplinas escolares. Da mesma maneira, consideramos que tanto essas quanto seus conteúdos são o resultado de certas tradições que podem e devem ser revisadas e modificadas. (Sacristán, 2013, p. 23)

Gerir um currículo em uma determinada unidade educacional não é uma tarefa simples, principalmente no IEE/JF, como já mencionado anteriormente, com um índice de complexidade de gestão - 6 (INEP,2025), o mais elevado parâmetro. A contribuição e participação coletiva são fundamentais para viabilizar qualquer

possibilidade de êxito e alguma autonomia curricular. As dimensões do labor em uma escola são variadas, gestão, coordenação, docência, especialistas, porém devem ser complementares e convergentes.

O gestor escolar, portanto, é alguém que no processo de trabalho escolar sabe dispor recursos por meio da racionalização do trabalho e da coordenação do esforço humano coletivo em função do fim visado, isto é, o ensino e a aprendizagem dos alunos. Docência e gestão, portanto, são dimensões da atividade pedagógica, mas não são a mesma coisa, a gestão é uma atividade-meio que concorre para a realização dos objetivos escolares sintetizados na docência. (Libâneo, 2006, p. 852)

Não será possível reivindicar mudanças sem o exercício da participação, mesmo que indireta. Participar é ingrediente básico da democracia, da cidadania, isso obviamente inclui as transformações desejadas na escola. A participação do sujeito é processual, deve ser construída por etapas, contudo um grande desafio, isso é pedagógico de alguma forma. Tal reflexão cabe substancialmente no debate a respeito de gestão escolar e da gestão curricular. A educação não se faz por práticas *top down* (de cima para baixo), ou seja, sem debates democráticos e amplos, abrangentes e participativos, autocracia gera outros produtos, menos educação, daí a importância da participação para a mudança.

Participação é um processo de conquista, não somente na ótica da comunidade ou dos interessados, mas também do técnico, do professor, do pesquisador, do intelectual. Todas estas figuras pertencem ao lado privilegiado da sociedade, ainda que nem sempre ao mais privilegiado. Tendencialmente buscam manter e aumentar seus privilégios. Se o processo de participação for coerente e consistente, atingirá tais privilégios, pelo menos no sentido de que a distância entre tais figuras e os pobres deverá diminuir. (Demo, 1993 *apud* Tenório, 2005, p. 114)

É essencial entender que a gestão curricular de uma escola é uma prática política, no contexto do Brasil, isso deve estar enraizado pelos educadores com ideologias progressistas, que entendem que a educação é um campo de luta por triunfo social, que o conservadorismo e as obediências irrestritas aos ditames de governos autocráticos não serão estimulados. Para Roldão; Almeida (2018, p. 10) “As tensões quanto ao que deve constituir esse corpo de aprendizagens são

inerentes ao caráter construído do currículo, campo de permanente negociação e balanço – e não objeto de um consenso definidor, prescritivo e imutável”.

A melhoria do rendimento e aprendizagem dos estudantes, tem correlação com as indagações que devem ser apontadas sobre determinada estrutura de ensino. O currículo faz parte dessa estrutura, este pode ser uma ferramenta determinante para mudar uma conjuntura adversa, portanto, cabe também à comunidade escolar se debruçar sobre este para torná-lo factível. A escola precisa trazer o educando de volta, a escola precisa criar mecanismos de engajamento e ludismo, o ambiente não pode ser hostil, com frequentes casos de violências diversas e cotidianas. Em dezembro de 2024, o Ministério da Educação (MEC) e o Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania (MDHC) lançaram o Observatório de Violências nas Escolas na plataforma *ObservaDH*. A iniciativa contou com o apoio técnico do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) e do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP). A ação é uma das respostas do Programa Escola que Protege, do MEC, que tem como objetivo fortalecer a capacidade das redes de ensino em prevenir e enfrentar a violência nas escolas. O programa faz parte do Sistema Nacional de Acompanhamento e Combate à Violência nas Escolas (Snave), instituído pelo Decreto nº 12.006/2024. O Snave visa produzir estudos, levantamentos e mapeamentos de ocorrências de violência escolar, além de divulgar medidas e soluções de gestão eficazes no combate a ela. Tal iniciativa demonstra a gravidade perante a realidade escolar do país. Alguns dados da plataforma *ObservaDH* - Violências intraescolares, são apresentados a seguir:

As violências fazem parte do ambiente escolar tanto no que diz respeito àquelas que podem ser captadas pelos registros oficiais (como nos casos em que a vítima procura um equipamento público para atendimento) quanto às violências que se manifestam no cotidiano e são percebidas pelas pessoas ali presentes.

Casos de violência atendidos em serviços públicos e privados de saúde são de notificação obrigatória no Sistema de Informação de Agravo de Notificação - Sinan, do SUS. Apenas **em 2023, foram registradas 13.117 vítimas de violência interpessoal nas escolas em todo o Brasil. Dentre estas, 2.204 se referem a violência autoprovocada (16,8%).**

Entre 2013 e 2023, foi registrado o total de **60.985** vítimas de violência interpessoal nas escolas, período em que também foram notificadas **9.437** vítimas de violência autoprovocada. Houve uma variação significativa no número de casos registrados ao longo

desses 11 anos, de **247,8%**. A variação específica para os casos de violência autoprovoçada foi ainda mais alarmante, atingindo **954,5%**. (Brasil, 2024)

Para concluir sobre esse destaque, cabe registrar que a violência autoprovoçada se distingue daquela entre pessoas distintas (interpessoal). Definitivamente o ambiente escolar não pode e não deve estar vinculado a tais situações que são inaceitáveis, a gestão curricular também tem como desafio enfrentar essa questão de frente. A violência autoprovoçada é aquela que:

A violência autoprovoçada é um grave problema de saúde pública em âmbito global. Pode se manifestar de diversas formas e alcançar qualquer indivíduo, independente da raça/cor, condição social, sexo e faixa etária. As lesões autoprovoçadas se caracterizam por atos de automutilação, que vão desde formas leves, como arranhões, mordidas e pequenos cortes na pele, até formas mais graves, como a perda de membros e até mesmo da própria vida. A Classificação Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde, publicada pela Organização Mundial da Saúde, também considera a autointoxicação intencional como violência autoprovoçada. (Brito et al., 2021, p. 2)

A educação insatisfatória, seja como aprendizagem e construção, perpassa por diversos fatores, inclusive o ambiente escolar no qual se realiza. O currículo não pode ser estático e definido em um único padrão e centralidade normativa. Reivindica-se, aqui, mais autonomia e proximidade ao contexto singular de cada unidade, uma maior contextualização conjuntural típica de cada lugar; trazer mais cultura e Artes Integradas de forma efetiva pode ser um instrumento de fuga dessa padronização da pedagogia tradicional.

Aquilo que se busca, na gestão autônoma das escolas, é simplesmente uma via de maior eficácia e adequação aos públicos. A justificativa dessa tendência, visível em todas as dinâmicas sociais (saúde, economia, apoio social, cultura etc.) reside na procura de mecanismos mais eficazes. No caso da educação, trata-se de equacionar caminhos diferenciados dentro de balizas nacionalmente estabelecidas e controladas, que conduzam a um maior sucesso da escola na sua função essencial: conseguir que os alunos adquiram as *aprendizagens curriculares* com uma eficácia aceitável que lhes permita assegurar a sua sobrevivência social e pessoal e um nível de pertença e desempenho sociocultural que permita à sociedade manter-se equilibrada e superar os riscos de ruptura. (Roldão; Almeida, 2018, p. 12)

De maneira intrínseca a gestão envolve a tomada de decisões, com objetivo(s) e finalidade(s) estabelecidos. Essas decisões devem representar também a capacidade e a sensibilidade de “escuta” do gestor, atento às demandas da escola e aos caminhos possíveis de uma instituição mais autônoma e independente;

a autonomia significa a capacidade das pessoas e dos grupos de livre determinação de si próprios, isto é, de conduzirem sua própria vida.... autonomia opõe-se às formas autoritárias de tomada de decisão, sua realização concreta nas instituições é a participação (LIBANEO, 2004). A autonomia, na perspectiva da gestão democrática, implica a liberdade de participação, a livre escolha e livre escolha pela ocupação dos lugares políticos e sociais na escola. (Almeida, 2022, p.19)

Estipulados os parâmetros de monitoramento e análises, estes são essenciais ao processo, inclusive como forma de não comprometer os resultados da gestão. Essas decisões da gestão devem estar em convergência e articulação entre si, pois estão diretamente relacionadas. Para Roldão; Almeida (2018), as políticas de flexibilização do currículo criaram 4 níveis de decisão sobre o currículo: 1 - Nível Central (macro), implementado pelo governo federal prescrevendo as aprendizagens comuns na rede escolar. 2 - Nível institucional (meso), relacionado à adaptação do currículo nacional ao contexto das escolas e seus respectivos instrumentos pedagógicos e organizativos internos. 3 - Nível grupal (meso), está relacionado à adaptação do projeto institucional da escola ao projeto de desenvolvimento de cada turma, envolvendo articulação entre os professores, equipe pedagógica e estudantes. 4 - Nível individual (micro), está relacionado ao dia a dia das decisões do professor em sua turma, apoiado pelas diretrizes institucionais, tendo como referência os níveis anteriores.

O currículo torna-se projeto curricular quando a escola (ou grupo de escolas servindo uma comunidade) assume o seu conjunto de opções e prioridades de aprendizagem, enquadradas no currículo nacional, delineado e adequando os modos estratégicos específicos de as pôr em prática no seu contexto, com o objetivo de melhorar o nível e a qualidade da aprendizagem de seus alunos – quando constrói o seu projeto curricular (que é naturalmente o principal conteúdo do seu projeto educativo). (Roldão; Almeida, 2018, p. 37)

Portanto, apontados os desafios da participação, sempre obstáculo no contexto prático da escola, participação efetiva sempre é um desafio, por fatores

diversos já destacados, a perspectiva de uma gestão curricular que envolva toda a comunidade escolar de uma unidade, possibilita a transformação, a mudança, a construção plural e contestadora daquilo que não vem trazendo resultados satisfatórios no processo de ensino e aprendizagem. É fundamental que a escola tenha uma digital, uma marca identitária condizente à sua realidade em um dado recorte de tempo, passível de metamorfismos, mas com características enraizadas em sua história. O currículo pode trazer isso, principalmente se as manifestações artísticas fortalecerem seus lastros de sociabilidade e prática de trocas, além disso, promover a interdisciplinaridade e a coesão de pertencimento entre a conjuntura do educando e a instituição.

O conhecimento curricular não é de natureza puramente técnica e generalizável, a identidade daí resultante é algo em construção e a sua natureza epistemológica é interdisciplinar, de fronteiras porosas e, inclusive, indefinidas e incertas. (Garcia; Moreira, 2003 *apud* Pacheco, 2013, p. 449)

Nesta sessão foram apontados alguns desafios relacionados à gestão curricular, envolvendo os obstáculos à efetividade de participação na construção dessa diretriz, o que poderia criar uma cultura de maior identidade na escola. Também foi levantada a questão crescente da violência: fator que não é estanque dentro da educação brasileira, a permeabilidade da violência nas escolas tem fatores pertinentes ao debate sobre o que se ensina e o que se aprende. A perspectiva por mais autonomia curricular tem forte apelo à forma que a gestão de uma escola conduz tal processo. Na próxima sessão, o objetivo é delimitar os possibilismos acerca da coletividade em um projeto de manifestação artística, a partir das diretrizes pedagógicas vigentes, uma projeção da multidisciplinaridade como aspecto de elo para exercício plural dessa atuação.

### **3.1.2 A multidisciplinaridade como possibilidade**

A possibilidade de implementação de um projeto relacionado às diversas manifestações artísticas no espaço escolar, seja cotidianamente como um fio condutor do exercício pedagógico diário ou como forma concentrada em um determinado período letivo, destacado no calendário anual escolar, requer uma

participação coletiva da gestão, da coordenação pedagógica, dos professores e estudantes. O planejamento para exercitar tais possibilidades de forma exitosa, envolve diversas questões, dentre elas, a disposição do corpo institucional, a disponibilidade, o interesse e também a identificação dos envolvidos com a forma artística que esse projeto se dará. Dessa forma, é inegável que a promoção das Artes Integradas como recurso de aprendizagem e vivência não resiste de forma isolada, limitada à determinada disciplina curricular apenas, sendo fundamental um elo entre as diferentes áreas do conhecimento, mesmo que estas áreas abordem de forma distinta o recurso artístico, mantendo a autonomia de cada área do conhecimento e suas respectivas identidades, mas de maneira coordenada, existindo apoio paralelo a um ou diversos eixos artísticos. Em destaque um trecho da introdução da BNCC reforça essa afirmação:

a BNCC propõe a superação da fragmentação radicalmente disciplinar do conhecimento, o estímulo à sua aplicação na vida real, a importância do contexto para dar sentido ao que se aprende e o protagonismo do estudante em sua aprendizagem e na construção de seu projeto de vida. (Brasil, 2018, p.15)

A multidisciplinaridade possui literalmente em sua raiz a pluralidade, cada disciplina do Ensino Fundamental II pode trabalhar grande leva de possibilidades no contexto artístico, usando a criatividade como ferramenta do engajamento dos alunos e melhoria do ambiente escolar, trazer seus conteúdos específicos de uma forma distinta à didática tradicional, promovendo uma educação mais atrativa e pertinente à realidade etária dos educandos. Segundo Bicalho; Oliveira (2011, p.7) “A multidisciplinaridade estaria hierarquicamente no primeiro nível, inferior, de integração entre as disciplinas, quando comparada à inter e à transdisciplinaridade”. Isso não significa uma importância reduzida da multidisciplinaridade, porém, no caso específico do IEE/JF, pela sua conjuntura complexa e diversa já abordada, esse primeiro nível de coletividade seria um passo importante a futuros avanços. Ainda no campo da interação escolar entre as disciplinas curriculares através das Artes Integradas, pode haver uma integração e/ou complementação de conhecimentos plurais. Para Nicolescu et al. (2000 apud Bicalho; Oliveira, 2011, p.7) “a multidisciplinaridade corresponde à busca da integração de conhecimentos por meio do estudo de um objeto de uma mesma e única disciplina ou por várias delas ao mesmo tempo”. É importante aqui fixar a autonomia de cada área do conhecimento,

sua soberania científica e criativa para estabelecer parâmetros e processos da presença artística em seu arcabouço de conteúdos para o Ensino Fundamental II. As principais características de experiências chamadas multidisciplinares, elencadas por Domingues (2005), são:

- a) aproximação de diferentes disciplinas para a solução de problemas específicos;
- b) diversidade de metodologias: cada disciplina fica com a sua metodologia;
- c) os campos disciplinares, embora cooperem, guardam suas fronteiras e ficam imunes ao contato. (Domingues, 2005, p.22 apud Bicalho; Oliveira, 2011, p.8)

Na conjuntura atual do IEE/JF, propor a multidisciplinaridade como mecanismo de participação e engajamento para viabilizar a presença artística na escola será também um desafio de engajamento. É fundamental que o corpo gestor e docente esteja aberto para gerar oportunidades distintas ao educando, que exercitem novas possibilidades de transmissão de saberes e cultivem a criatividade como centelha do desenvolvimento na educação. A escola de modo geral precisa de mais integração, coesão, a fragmentação didática curricular não agrega como unidade institucional.

A dificuldade que temos em relacionar as disciplinas vem do chamado efeito escola, que divide o conhecimento humano em porções estanques, sem atentar para suas fundações comuns, e acaba ensinando que esses conteúdos são separados. Por motivos puramente gerenciais, a escola fragmenta um conhecimento que nasce naturalmente integrado, e logo depois realiza esforços hercúleos para uni-lo novamente. (Morais; Lopes, 2015, p. 39 apud Costa et al.,2024, p.9)

Em termos de exemplificação, imaginemos trabalhar uma encenação teatral na escola, envolvendo geografia, história, língua portuguesa, matemática, ciências e Artes, a respeito das mudanças climáticas. Cada disciplina pode trazer seu conteúdo direcionado a tal manifestação artística, novamente como exemplo, a geografia pode trazer dados estatísticos sobre o clima, a história pode trazer um levantamento da observação climática por povos antigos, baseado no empirismo popular, a língua portuguesa pode contribuir na produção textual das falas dos personagens, a matemática pode trabalhar escalas, medidas e proporções com as vestimentas utilizadas na peça, a ciência pode embasar o roteiro das argumentações com

cientificismo claro, e as Artes como amarra artística, para dar vida a tal execução, trazendo criatividade, construção de possíveis cenários, artesanato e artefatos a serem usados. Está posto uma forma objetiva e clara, dentre N possibilidades, de unir multidisciplinaridade e Artes Integradas em uma determinada escola.

A multidisciplinaridade demanda planejamento e, por consequência, tempo para trocas coletivas. A escola pode e deve usar o tempo disponível dentro do calendário letivo de uma forma mais produtora, voltada efetivamente para as demandas internas institucionais e sua construção pedagógica autônoma e plural. A educação não pode estar exclusivamente refém das burocracias e lampejos de governos autocratas, estes, que tratam a educação como manobra, através da frieza dos dados quantitativos em detrimento ao aporte real e ao envolvimento com a educação pública democrática e de qualidade, a construção pedagógica deve promover um ambiente educacional destinado à educação de fato,

Os investimentos na mudança das práticas pedagógicas e nas condições dadas ao trabalho docente podem ser positivos e alcançar mais êxito no ritmo da aprendizagem e no sucesso de alunos com maiores dificuldades. Por isso, em contraposição à extensão do tempo, há educadores que advogam, antes, dar maior qualidade ao tempo previsto, que, simplesmente, creditar mais tempo para obter melhor resultado de aprendizado. É preciso reconhecer que há tempos educativos intelectuais, culturais e estéticos, marginalizados pelo ensino escolar, que privilegiam uns conhecimentos em detrimento de outros. Há, também, tempos de vida e modos de transmissão e de avaliação do saber diferente do padrão convencional da escola, pouco valorizados na vida escolar. (Gausse, 2013 *apud* Chizzotti; Bocchi, 2016, p.70)

Nesta sessão houve uma abordagem acerca da importância da multidisciplinaridade, como processo de exercitar a coletividade e participação em um determinado projeto, não é desejável que em uma instituição de uso conjunto e acesso público, ocorra construções estritamente individuais. Na próxima sessão, a metodologia de pesquisa aplicada sobre os desdobramentos do estudo.

### 3.2 METODOLOGIA APLICADA

A pesquisa é um estudo de caso no IEE/JF, de ordem qualitativa, oportunamente exercida em etapas, perpassando as análises documentais, pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo, envolvendo todos os gestores da

instituição (Direção, vice direção, coordenação pedagógica), professores de Artes do turno da tarde da escola, abrangendo apenas o ensino fundamental II (6<sup>a</sup>, 7<sup>a</sup>, 8<sup>a</sup> e 9<sup>a</sup> anos), seus respectivos estudantes (dois representantes de cada turma deste segmento), ou seja, alunos destas turmas, eleitos pelos colegas de classe como representantes.

A análise documental envolveu o Projeto Político Pedagógico e o Regimento escolar da instituição, ambos documentos públicos, buscando analisar e destacar os fatores que norteiam o processo de ensino e aprendizagem. O intuito foi estabelecer um diagnóstico do exercício prático na escola, relacionado às manifestações artísticas, ou seja, os elementos convergentes e divergentes ao que está propositivo nos textos oficiais de tais documentos. Relevante também seria analisar as atas das reuniões internas de construção e planejamento dos projetos artísticos, estes documentos são restritos, sua análise está condicionada às devidas autorizações e concessão de acesso, seja pelo Comitê de Ética da Pesquisa (CEP), seja dos gestores responsáveis, como também da Secretaria Estadual de Educação de Minas Gerais (SEE/MG), sendo assim, caso fosse necessário estas consultas, todos os devidos cuidados éticos e impessoais pertinentes às informações, singulares e cabíveis ao objetivo da pesquisa seriam tomados.

A pesquisa bibliográfica envolve o desenvolvimento conceitual inerente ao objeto central da pesquisa, as Artes Integradas e sua concepção através da BNCC, o contexto da diversidade das manifestações artísticas na escola, suas diretrizes e possibilidades. Desenvolver os conceitos de Gestão Curricular e seus desdobramentos, é fundamental na construção de argumentos para propor um projeto artístico permanente e dinâmico na unidade escolar envolvida, inclusive, pensar o currículo como mecanismo de inclusão e dinamismo no processo de ensino e aprendizagem.

Ao ser por excelência um instrumento da prática pedagógica, o currículo relaciona-se intimamente com a profissionalidade docente, entrecruza componentes e determinações pedagógicas, políticas, administrativas e de inovação, em suma, é um ponto central de referência para a melhoria da qualidade de ensino, das práticas docentes e da renovação da instituição escolar em geral. O currículo é, assim, entendido como um complexo projeto social, com múltiplas expressões e com uma dinâmica própria, construída no tempo e sob certas condições. (Morgado, 2013. p.10)

Indispensável também pensar que, o conceito de multidisciplinaridade como elo do engajamento democrático das manifestações artísticas e sua pluralidade, um processo associativo entre diversas ciências da base curricular tradicional, pode gerar desdobramentos relevantes, seja na construção e relevância de perspectivas distintas, como também no fomento da coletividade. Essa pesquisa bibliográfica abrange artigos científicos e literatura acadêmica pertinente ao objeto.

Houve uma reunião de apresentação da proposta da pesquisa e uma entrevista com o corpo gestor e coordenação pedagógica da escola (Direção, vice direção e coordenação pedagógica), devidamente registrada em áudio e consequentemente transcrita conforme adequação e consentimento dos participantes, objetivando explicar sobre a prática das manifestações artísticas efetivas no currículo da unidade e também, ouvir da gestão a sua percepção sobre a pesquisa e seus respectivos desdobramentos na gestão curricular. A aplicação da entrevista foi direcionada através de um questionário (Apêndice A), devidamente em consentimento com os participantes, para registrar suas impressões entre manifestações artísticas no espaço escolar.

Concomitante ao processo de levantamento documental, houve uma entrevista semiestruturada com os professores do turno da tarde (Apêndice C), envolvendo principalmente os docentes de Artes (3 professores do turno da tarde), que foi registrada em áudio e devidamente transcrita e validada em comum acordo aos participantes da roda. Vale ressaltar que toda contribuição voluntária dos demais professores do turno, serão de grande valia à escola. Essa construção metodológica vai gerar subsídios importantes na elaboração de um Plano de Ação Educacional (PAE), essencial para implementação presencial das Artes na unidade, enfim, as possibilidades são múltiplas na construção coletiva e democrática de uma escola mais lúdica, artística, cultural e inclusiva.

Após esses primeiros levantamentos da pesquisa de campo através das entrevistas e debates, foi aplicado um questionário para o corpo docente envolvido do turno da tarde (Apêndice B), com o objetivo de registrar impressões e desdobramentos da pesquisa com a anuência registrada em termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE) pelos participantes.

Houve também uma roda de conversa com os representantes aptos de cada turma envolvida (Apêndice D), dada a devida autorização de assentimento pelos responsáveis legais dos estudantes. Tais instrumentos foram importantes no

complemento de interlocução entre pesquisador e estudantes. Assim, com o devido termo de assentimento livre e esclarecido (TALE), registrado em concordância aos participantes, essa conversa possibilitou compreender inicialmente a relação de parte dos alunos com as Artes, suas perspectivas na unidade escolar, sendo aplicado em um determinado dia letivo previamente estabelecido. Esses termos (TALE) foram entregues aos alunos representantes das turmas, diretamente pelo pesquisador, em um determinado dia letivo, concomitante aos horários que o professor/pesquisador esteve na escola, conforme seu horário e carga horária já estabelecidos (segundas, quartas e quintas-feiras durante a tarde - 13:00 às 17:25hs), que foram entregues a seus respectivos responsáveis legais e posteriormente, no dia letivo subsequente, fossem devidamente recolhidos, já assinados e consentidos a autorização e participação da pesquisa. Reforçando que, as entregas dos termos para assinatura dos responsáveis e sua devolução assinada, foram previamente acordados nos mesmos dias e horários apontados acima.

Todas as reuniões, rodas de conversa, entrevistas e aplicação de questionários foram realizadas no IEE/JF, com as devidas autorizações prévias dos sujeitos e concordância dos participantes.

Em termos de metodologia, o diário de campo seria um importante registro para fins comparativos entre recortes e momentos da Arte na escola e, recortes e momentos do cotidiano ausente de Artes, porém, a ausência até a presente pesquisa de um projeto artístico consolidado, dinâmico e plural, inviabiliza o objetivo de registrar tais impressões dessa manifestação artística e o envolvimento da escola no evento a ser realizado, a ilustrar

A escrita do diário de campo pode fazer parte do processo de imersão no campo-tema da pesquisa, não apenas configurar seu registro. Na relação com o campo-tema, a emergência de afetos aponta relevâncias, produz distinções que se destacam em um fundo como experiências a serem narradas. A escrita destas experiências pode produzir reflexões que levam ao surgimento de outros afetos, os quais disparam novas análises. (Kroef; Gavillon; Ramm, 2020. pp. 469-470)

As Artes integradas no âmbito educacional merecem atenção e registro, inclusive como experiência multiplicadora, afetiva e de inclusão, ainda, segundo

(Kroef; Gavillon; Ramm, 2020, p.470) “O afeto constitui nossa experiência corpórea e também se constitui como a efetivação da corporeidade”.

A respeito dos critérios de inclusão e critérios de exclusão da pesquisa:

- a) Critérios de inclusão - Equipe gestora, coordenador(a) pedagógico(a), professores(as) de Arte do ensino fundamental II, dois representantes dos estudantes das respectivas turmas (6º, 7º, 8º e 9º anos) do IEE/JF turno da tarde (17 turmas no total). Totalizando 40 participantes.
- b) Critérios de exclusão: Professores em período de licença médica e professores/coordenadores contratados não efetivos.

Sobre a possibilidade de riscos que a pesquisa envolveu - Classificação de risco: Mínima. A pesquisa representa risco bastante atenuado, pois envolve perguntas de cunho a desenvolver um projeto artístico educacional, portanto, envolve um ambiente acolhedor; ambiente privativo; perguntas de forma objetiva; estar atento aos sinais verbais e não verbais de desconforto; liberdade em interromper a participação; possibilidade de recusa a responder a qualquer pergunta; sigilo dos dados; utilização de nomes fictícios ou outra forma de manutenção do anonimato; assegurar a confidencialidade e a privacidade, a proteção da imagem e a não estigmatização, garantindo a não utilização das informações em prejuízo das pessoas e/ou das comunidades; não expor imagens que possibilitem a identificação do participante.

Portanto, o risco de exposição à identificação devido às informações coletadas nas entrevistas, porém, será garantido o sigilo sobre a identificação dos participantes, o anonimato dos participantes e das informações e a interrupção ou cancelamento das entrevistas caso se faça necessário. Além disso, utilizaremos nomes fictícios quando for preciso citar e apresentar trechos das entrevistas, com o objetivo de prezar pelo anonimato dos entrevistados. Será assegurado a todos os participantes, ao final do estudo, acesso gratuito e por tempo indeterminado, aos resultados da pesquisa.

Sobre os benefícios possíveis que envolvem a participação da pesquisa, destaco a contribuição diretamente na construção de uma gestão curricular mais efetiva, democrática, inclusiva e lúdica, ao incluir projetos de Artes Integradas na instituição educacional. Essa participação também enaltece o caráter de pertencimento à escola, criando possibilidades de alternar um ensino tradicional, para alternativas inovadoras no processo de ensino e aprendizagem.

O percurso metodológico constitui-se como ponto determinante para o desenvolvimento da investigação, podendo dispor à pesquisa originalidade, rigorosidade e reconhecimento científico.

A partir da coleta de dados (documentos oficiais da instituição pesquisada, Regimento Escolar, Projeto Político Pedagógico, Atas das reuniões de planejamento pedagógico, BNCC, Currículo Referência de Minas Gerais, Lei de Diretrizes e Bases, Bibliografia levantada, pesquisas e entrevistas com os sujeitos envolvidos, registro das rodas de conversa), a etapa subsequente envolve a análise dessa coleta. Analisar os dados coletados envolveu a metodologia de análise de conteúdo, respeitando os critérios básicos de revisão preliminar, conhecimento do que foi coletado e a administração do material. Segundo Bardin (2016) a Análise de Conteúdo (AC) é composta por três fases: a pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados e interpretação.

... a AC é um método de pesquisa que envolve a sistematização e a interpretação de dados a partir de uma análise sistemática e objetiva do conteúdo de um conjunto de dados. Pode ser aplicado em diversos tipos de dados, como entrevistas, textos, imagens, vídeos, entre outros. As técnicas da AC são procedimentos específicos que analisam dados coletados, identificando e classificando elementos importantes como palavras, expressões, unidades de sentido, proposições, entre outros. Em resumo, enquanto o método da AC é uma abordagem geral, que busca orientar todo o processo de análise de dados qualitativos, as técnicas da AC são procedimentos específicos utilizados para identificar e classificar elementos importantes presentes nos dados coletados.

(Bardin apud Valle; Ferreira. 2025. p.11)

O importante da AC é realizar uma análise sistemática e objetiva do conteúdo de um conjunto de dados, buscando compreender o seu significado e identificar padrões ou tendências presentes nos dados, contribuindo assim, para um conhecimento mais profundo e rigoroso dos elementos apresentados em uma determinada realidade, viabilizando conclusões mais precisas e fundamentadas. Cabe destacar que a AC pode levar a interpretações dentro dos limites da variabilidade e, deve compor as produções acadêmicas de forma contextualizada, integrativa e explicativa durante as diferentes etapas de sua construção, e não apenas como uma descrição detalhada e uma sistematização de seu método. Os limites podem em mutação transformar-se em contribuições ao entendimento do fato pesquisado, não há aqui a pretensão de se esgotar o debate acerca desse tema,

considera-se que as contribuições teóricas e reflexivas apresentadas funcionem como aberturas epistemológicas e metodológicas, que contribuam para que os pesquisadores possam se debruçar sobre a AC para explorar os dados das pesquisas.

Os dados levantados a partir da pesquisa de análise documental e bibliográfica são fundamentais para um estudo de caso mais robusto, informativo e compreensivo de um determinado problema, em um dado recorte conjuntural. Tratar todos os dados coletados com seriedade, discernimento e objetividade a respeito de uma realidade vivenciada, direciona ao entendimento em qualificar e quantificar um estudo. Trazer esse arcabouço de conhecimento na convergência à pesquisa de campo, envolvendo todos os participantes mencionados, os desdobramentos e vivências da roda de conversas, entrevistas e questionário, pode proporcionar um conjunto de saberes e compreensão ainda mais próxima à evidência da escola. Portanto, creio que a aplicação dos instrumentos de pesquisa de forma assertiva e direcionada às partes envolvidas, vai trazer um conjunto de informações substanciais e enriquecedoras sobre as manifestações artísticas no presente da escola, uma reflexão e envolvimento plural, abrindo possibilidades para uma construção coletiva, e por conseguinte, suas perspectivas em um plano de ação futuro, direcionado às Artes Integradas como projeto da unidade educacional em estudo.

As pesquisas de campo foram realizadas entre os dias 18 de setembro de 2025 e 22 de outubro de 2025. As entrevistas semiestruturadas com o corpo gestor (Direção, vice direção e coordenação pedagógica dos 6º e 7º anos do turno da tarde), roteiro disponível como apêndice A nessa pesquisa, teve que sofrer uma alteração dentro do que havia sido inicialmente planejado, uma vez que a coordenação dos 8º e 9º anos deste turno estava ocupada temporariamente por uma profissional contratada não efetiva, ou seja, correspondente ao critério de exclusão da pesquisa.

Também foram realizadas neste período de campo entrevistas semiestruturadas com os(as) professores(as) de Artes do turno da tarde, roteiro disponível como apêndice C nessa pesquisa, totalizando três (3) profissionais efetivos do Ensino Fundamental II. Além das entrevistas destacadas, houve a distribuição do questionário ao corpo docente do referido turno de forma estruturado, roteiro disponível como apêndice B, sendo que, dos 35 (trinta e cinco) professores

aptos a responderem o questionário, foi possível distribuir de forma física 27 (vinte e sete) questionários, para 27 professores dentro do critério de inclusão da pesquisa, pois oito (8) professores(as) estavam de licença por diferentes razões, sendo essas vagas ocupadas de forma temporária por profissionais contratados, portanto, no critério de exclusão. Houve a devolutiva de 22 (vinte e dois) questionários aptos para a análise dos dados.

Por fim, também aconteceu uma roda de conversas com os representantes de turmas do Ensino Fundamental II do respectivo turno, dos 34 (trinta e quatro) estudantes aptos no critério de inclusão das 17 (dezessete) turmas envolvidas, 28 (vinte e oito) estudantes receberam e devolveram os Termos de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e os Termos de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE), 25 (vinte e cinco) estudantes participaram de forma presencial na roda de conversas. A roda de conversas com os estudantes da unidade escolar pesquisada, ocorreu no dia 22 de outubro de 2025, no Salão Nobre da instituição, com os devidos consentimentos e autorizações dos estudantes envolvidos e dos seus responsáveis legais respectivamente, conforme descrito nos procedimentos metodológicos. Não foi possível contar integralmente com os 34 alunos(as) representantes aptos a participarem da roda de conversas, porém dos 25 estudantes que estiveram presentes, havia pelo menos um representante de cada uma das 17 turmas envolvidas do Ensino Fundamental II do turno da tarde, sendo assim, uma participação que obteve abrangência no segmento envolvido na pesquisa. Foi formalizado uma circunferência com 25 cadeiras no salão da escola para a acomodação de todos e a cadeira do mediador/pesquisador na mesma disposição dos estudantes, todos os 25 estudantes participantes assinaram uma lista de presença após o término da roda de conversas, que durou 1 hora aproximadamente, além disso, para realizar a conversa, contamos com a contribuição de todos os demais professores do período desse dia letivo, no sentido de autorizar a participação dos representantes da turma durante o horário de suas respectivas aulas, sem que houvesse prejuízo na perda de conteúdo das aulas, que posteriormente repassaram aos envolvidos o que foi trabalhado no horário de cada disciplina.

Buscar o debate em uma escola envolvendo a temática sobre a presença artística, inerentemente, deve abranger a possibilidade de dar voz ao corpo discente, afinal, estes são os sujeitos centrais na viabilidade de exercitar as Artes na escola,

daí a necessidade de promover na pesquisa essa roda de conversas. A expectativa foi de provocar a conversa, o debate, a reflexão, a discordância, a concordância, e deixar que os estudantes tivessem a liberdade e a espontaneidade em falar sobre Artes na escola, a partir de um direcionamento dado através de um roteiro proposto em 5 (cinco) questões, disponível no apêndice D do trabalho. Cada aluno(a), que de maneira espontânea quis se pronunciar durante a roda de conversas, foi mantido seu anonimato, sendo identificados conforme cada participação voluntária por “Estudante 1, Estudante 2, Estudante 3...”, assim respectivamente em ordem numérica crescente.

É relevante também destacar que todas as entrevistas mencionadas, além das falas obtidas através da roda de conversas foram adaptadas, no intuito de suprimir as marcas de oralidade, não havendo, portanto, perdas de sentido e contexto através das respostas colhidas em campo.

O motivo da escolha desses participantes mencionados envolve uma perspectiva viável, possível dentro da proposta da pesquisa envolvendo a gestão curricular relacionado às Artes Integradas. A partir desse critério exequível, houve a participação democrática dos principais atores envolvidos da unidade escolar em questão, abrangendo o corpo gestor e coordenação pedagógica, corpo docente de Artes, corpo docente das demais disciplinas e também do corpo discente, este, simbolizado pelos representantes de cada turma do Ensino Fundamental II, sendo todos os participantes do turno da tarde especificamente. Notadamente, a pesquisa de campo não foi capaz de atingir a totalidade de 100% dos envolvidos no critério de inclusão da pesquisa, pois, há uma complexidade e variáveis que impedem inerentemente o cumprimento dessa universalidade.

As entrevistas com o corpo gestor e docentes de Arte foram agendadas individualmente com os profissionais destacados, entre horários pertinentes ao turno da tarde (13:00 às 17h25min) em dias letivos regulares, havendo um planejamento e colaboração coletiva na escola para viabilizar a disponibilidade para realização da pesquisa. Já com os questionários que foram distribuídos em forma física, pessoalmente, em conjunto com o TCLE, ocorreu em dias letivos alternados, durante o horário do intervalo às 15hs30min, pois foi a forma mais viável de encontrar os docentes de maneira mais espontânea e receptiva a receber o material, sendo recolhido as devidas devolutivas nos dias letivos subsequentes. Em conclusão a essa etapa da pesquisa de campo, a roda de conversas ocorreu no último dia da

data compreendida da fase, no Salão Nobre da instituição, também em dia letivo, com duração aproximada de 1 hora, que contou com a colaboração coletiva da escola para proporcionar tal atividade, reafirmando o período entre os dias 18 de setembro de 2025 a 22 de outubro de 2025 essas ações em campo. Para manter o sigilo e a privacidade dos participantes da pesquisa, cada indivíduo foi identificado por números, (ex. Gestor 1, Professor 1, Aluno 1 etc.), os questionários não foram identificáveis, portanto, mantendo o anonimato das respostas obtidas. Todas as entrevistas e a roda de conversas foram devidamente gravadas por áudio exclusivamente, utilizando concomitantemente dois aparelhos por motivos de segurança, um celular e um gravador de voz portátil, devidamente autorizadas pelos participantes, as entrevistas foram devidamente transcritas posteriormente para a análise de conteúdo. Os roteiros das entrevistas e da roda de conversa estão disponíveis no apêndice do trabalho.

O Quadro 1 apresenta o perfil dos profissionais da unidade escolar que participaram das entrevistas semiestruturadas:

Quadro 1 – Perfil dos profissionais entrevistados na unidade escolar

<b>Exercício na área educacional</b>	<b>Exercício na escola pesquisada</b>
Gestor 1- desde 1997 em exercício na educação	Desde 2015 na escola pesquisada
Gestor 2- desde 2011 em exercício na educação	Desde 2013 na escola pesquisada
Gestor 3- desde 2012 em exercício na educação	Desde 2019 na escola pesquisada
Professor 1- desde 2009 em exercício na educação.	Desde 2016 na escola pesquisada
Professor 2- desde 2010 em exercício na educação	Desde 2024 na escola pesquisada
Professor 3- desde 2005 em exercício na educação	Desde 2015 na escola pesquisada

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

Identificar os importantes dados da pesquisa de campo é uma tarefa complexa, que envolve conectar os desdobramentos dos dados ao referencial teórico, portanto, será pertinente a esse estudo de caso, distribuir os temas relacionados em esferas específicas ao referencial, ou seja, destacar na análise dos dados os fatores que vão ao encontro e de encontro à bibliografia trabalhada, para

que haja uma convergência mais didática, buscando fugir de um pragmatismo acentuado e compartimentado em singularidades e individualidades entre os participantes da pesquisa.

### 3.3 IMPRESSÕES E ANÁLISES DAS PESQUISAS

Nessa seção será apresentada a análise dos dados das pesquisas realizadas em campo, incluindo as entrevistas com o corpo gestor e coordenação da escola, os docentes de Arte do turno da tarde, além do questionário aplicado aos docentes aptos a participarem da pesquisa, por fim, a roda de conversas realizada com os representantes dos estudantes do Ensino Fundamental II do turno da tarde da unidade escolar.

A estrutura do texto dessas impressões e análises coletadas em campo foi desenvolvida a partir de três eixos temáticos inerentes ao tema da pesquisa e, conseqüentemente, bastante citados e abordados ao longo da coleta de dados pelos participantes, portanto distribuídos em: Participação e Projeto Político Pedagógico, Gestão Curricular e Artes Integradas e Autonomia Escolar. Essa estrutura segmentada em eixos temáticos foi fundamental para estabelecer uma direção textual mais didática e concreta, possibilitando uma melhor compreensão sobre as abordagens dos envolvidos diretamente nas pesquisas. Além das citações diretas e indiretas dos envolvidos nas pesquisas, dispostos no texto, também houve a construção de quadros e gráficos que registram numericamente os dados coletados para melhor visualização dos resultados, sempre buscando também, um diálogo com os autores pesquisados na referência bibliográfica.

#### **3.3.1 Participação / Projeto Político Pedagógico (PPP)**

Foram identificados entre todos os participantes do corpo gestor da instituição educacional pesquisada, obstáculos inerentes à gestão curricular da unidade, principalmente sob o aspecto relacionado às manifestações artísticas como possível presença recorrente na instituição. Com base nas análises das entrevistas, que serão demonstradas ao longo da sessão, há uma inquietação presente entre os entrevistados envolvendo as dificuldades na educação, dentre elas, o processo de ensino e aprendizagem em questão, a criticidade em relação a um determinando

sistema educacional público é também uma ação política e um exercício da cidadania, pois envolve uma política pública de direitos e deveres do(a) cidadão(ã). É válido que toda a comunidade escolar faça uma reflexão e indagação, sobre o que está sendo ensinado nas escolas e por que estão sendo ensinados tais conteúdos? Essa provocação é mencionada por Arroyo (2017), quando observa a necessidade de identificação entre os educadores e educandos em suas respectivas conjunturas e identidades pessoais e sociais. Em destaque, os fatores determinantes à baixa participação e engajamento da comunidade escolar envolvida na construção do Projeto Político Pedagógico da unidade, pois a necessidade de dinamismo desse documento institucional, se fragiliza quando não se efetiva na prática um envolvimento plural e determinante no processo. Essa perspectiva de baixo engajamento e envolvimento coletivo se dá por fatores diversos e complexos, que envolve contextos socioeconômicos de toda a comunidade escolar, disponibilidade de horários, desvalorização dos profissionais da educação, cultura de participação democrática etc. Participação é um processo de conquista, ainda, segundo Tenório (2005), essa participação é fundamental no encurtamento das distâncias entre privilegiados e desassistidos. Para um dos gestores, identificado como Gestor 1, este destaca, “Eu noto que muitos professores, muitos funcionários que poderiam participar ativamente do PPP, junto à comunidade, não participam. Então, acho que tem pouca inserção, ainda mais no lado artístico” (Gestor 1, entrevista realizada em 24/09/2025). Ainda segundo este entrevistado, há material humano satisfatório para a produção artística na unidade, porém, não é satisfatório em termos de efetivação prática e participativa, “precisaria ser melhor trabalhado em relação a isso. Apesar da gente ter bons professores voltados para a área artística, para a área da cultura, professores de artes, professores que gostam de música, como eu sei que tem aqui na escola, acho que poderia ser melhor trabalhado” (Gestor 1, entrevista realizada em 24/09/2025). Nesta passagem, observa-se que há uma transferência de responsabilidades, mesmo que não direcionada, ao julgar que “poderia ser melhor trabalhado”, o sujeito transmite subjetividade à ação direta de exercitar as manifestações artísticas na escola. Esses fragmentos da entrevista conectam diretamente com a parte da pesquisa que trata sobre a necessidade inerente de participação democrática e plural na gestão curricular da escola, para Sacristán (2013), as tradições acumuladas nas disciplinas escolares podem e devem ser modificadas e revisadas conforme uma realidade de inquietação, por conseguinte,

essa necessidade não necessariamente se aplica na prática, pois também como abordado na pesquisa, os obstáculos perpassam por diversos fatores intrinsecamente ligados às premissas do setor educacional, como a conjuntura da comunidade escolar, situação profissional dos professores, (des)valorização salarial, entraves e disponibilidade de tempo e planejamento envolvendo o calendário escolar, demandas externas à pedagogia da escola etc. Em Silva; Muzzeti (2017), a crise no sistema educacional brasileiro perpassa por consequências inevitáveis, cujos frutos serão visíveis a uma realidade posta.

Outro integrante da gestão, identificado como Gestor 2, destaca também a dificuldade em aglutinar participação coletiva na construção do PPP, o que afeta diretamente a gestão curricular, “[...] de uma maneira geral, é um sintoma da nossa realidade material e concreta. Muitas vezes a nossa incapacidade de mobilizar esforços coletivos para construir de forma plena, coletiva, democrática, um Projeto Político Pedagógico na nossa escola, devido às nossas condições mesmo do trabalho” (Gestor 2, entrevista realizada em 01/10/2025). Essas condições adversas de trabalho refletem diretamente na Complexidade da Gestão da Escola, calculado pelo INEP, neste caso, abordado na redação da pesquisa, cujo valor foi a nota máxima de complexidade, (6) em 2024. Para Gobbi et al. (2020), a complexidade da gestão, por natureza demanda maiores habilidades e capacitação dos profissionais gestores escolares, fator este que poderia atenuar as consequências inerentes da complexidade. Ainda, segundo o Gestor 2, a desmobilização de práticas coletivas está relacionada:

[...] Além do que, a gente não é valorizado por esse exercício, por esse exercício de dedicação extra, sala de aula. Eu acho que isso desmobiliza necessariamente não só a construção coletiva do PPP, mas a participação ativa dos membros da comunidade escolar em cada um dos órgãos democráticos que a escola compõe, dentre eles, por exemplo, o próprio colegiado escolar, a comissão de licitação etc. A escola tem vários organismos de gestão coletiva que, em tese, deveriam ter uma atividade mais orgânica [...] e efetiva dentro do espaço escolar. Mas, pelas condições materiais e concretas de possibilidade dessa mobilização, esses órgãos ficam um pouco estagnados e dependendo, muitas vezes, da proatividade das pessoas que estão mais próximas da gestão escolar. (Gestor 2, entrevista realizada em 01/10/2025)

As dificuldades apontadas na construção e/ou reformulação do PPP, que deve ser dinâmico, em constante adequação às necessidades e conjunturas

variáveis pertinentes ao ambiente social da escola, trazem consequências ao exercício efetivo do documento e também na gestão curricular, inclusive destacando a desvalorização profissional na educação, tema inerente à pesquisa, reforçado por Rodrigues; Sales, (2023), o não prestígio social do educador no Brasil, evidenciando assim a precarização profissional. Vale destacar o apontamento de outro gestor, identificado por Gestor 3, relata que na prática, a atual reformulação do PPP no ano de 2025, está a cargo de um integrante apenas da gestão pedagógica do turno da manhã, ou seja, corrobora as afirmações dos demais gestores, já destacados anteriormente a respeito das dificuldades de mobilização coletiva. Diversos fatores foram apontados como responsáveis à fragilidade da participação massiva da comunidade escolar, porém os fatores externos também são relevantes, que vão desde a escassez de financiamento educacional via Estado, como também um excesso de avaliações externas (avaliações do Sistema de Avaliação da Educação Básica - Saeb, Sistema Mineiro de Avaliação da Educação Pública - SIMAVE, avaliações diagnósticas aplicadas contínuas de aprendizagem e avaliações internacionais como o PISA), essa demanda burocrática em excesso mexe com a agenda curricular institucional, promovendo de forma discricionária entre os profissionais da unidade escolar, a “gestão do tempo, do calendário e da forma de trabalhar o currículo”. Em relato do Gestor 3, o questionamento dessas demandas é latente.

[...] a grade (curricular) é muita amarrada, a gente correndo com esse excesso de avaliações que o Estado tem enviado para as escolas, as avaliações externas, temos muita demanda externa para ser feita na escola. Faltam recursos humanos e material de infraestrutura, e, acho que também o Estado não prioriza transformações educacionais, pois falta apoio, não posso falar que falta apoio da direção, essa faz o que pode, a direção está amarrada assim como nós (docentes e coordenação). (Gestor 3, entrevista realizada em 18/09/2025)

Podemos observar que há uma recorrência de fatores às ações coletivas que exigem engajamento mais acentuado na instituição, isso se deu principalmente através das afirmações do corpo gestor nas entrevistas à pesquisa, fica destacado também, que determinados pontos da prática institucional escolar estão sujeitas às políticas educacionais *top down*, ou seja, são implementadas através de leis, normativas e orientações de governo, sem muita margem à discricionabilidade,

sendo o cumprimento administrativo uma prerrogativa de função do servidor, a exemplo disso, está o calendário escolar, estão os horários e dias letivos inflexíveis, as avaliações externas pré estabelecidas legalmente, resoluções enviadas através do governo de Minas Gerais apontando eixos temáticos a serem trabalhados, os conteúdos programados e estabelecidos na BNCC e Currículo Referência de Minas Gerais nos processos de ensino e aprendizagem, as limitações estruturais e financeiras, além das demais atribuições protocolares e burocráticas de uma escola. Segue abaixo a resolução Nº 5.222, de 4 de dezembro de 2025.

## CAPÍTULO II

### Do Planejamento e Homologação do Calendário Escolar

Art. 2º – O Calendário Escolar deverá ser elaborado com a participação da Comunidade Escolar, aprovado pelo Colegiado e homologado pelo Serviço de Inspeção Escolar, em conformidade com o disposto nesta Resolução e demais normas aplicáveis. (Minas Gerais, 2025, p.1)

Observa-se que, tal Resolução acima destacada, infere no capítulo II a orientação pela participação coletiva da comunidade escolar envolvida diretamente, porém, a autonomia dessa escola e da comunidade estão restritas à conformidade e às normas implantadas pelas ações e diretrizes do governo estadual. Segue abaixo ainda na mesma Resolução Nº 5.222, de 4 de dezembro de 2025, no Capítulo III, Art. 4º Das Datas e Programações Específicas do Calendário:

Art. 4º – Deverão constar no Calendário Escolar as seguintes datas e programações: – Período do ano escolar (para os cursos de organização anual): 02/02/2026 a 23/12/2026; IX – Demais datas e períodos de relevância:

- a) 9 a 13 de março: realização integrada da Semana Escolar de Combate à Violência contra a Mulher (Lei Federal no 14.164/2021) e da Semana de Valorização de Mulheres que Fizeram História (Lei Federal no 14.986/2024), ambas desenvolvidas na semana que contempla o Dia Internacional da Mulher (8 de março), com ações educativas dedicadas à reflexão sobre a luta das mulheres pela conquista de direitos, ao enfrentamento das violências de gênero e ao reconhecimento das contribuições femininas na ciência, na cultura, na política, na economia e nas demais áreas da vida social;
- b) 16 de março: Dia Nacional da Conscientização sobre as Mudanças Climáticas, instituído pela Lei no 12.533/2011, cujo objetivo é sensibilizar a sociedade sobre os impactos do aquecimento global e das mudanças climáticas. Nesse dia, as escolas promoverão, junto à comunidade escolar, eventos, debates e mobilizações relacionadas à proteção dos ecossistemas brasileiros;

- c) 21 de março: criado pela ONU, o Dia Internacional contra a Discriminação Racial rememora a luta pela conquista de direitos sociais para a população negra, em referência às vítimas do Massacre de Sharpeville, na África do Sul, em 1960; e o Dia Nacional das Tradições das Raízes de Matrizes Africanas e Nações do Candomblé, instituído pela Lei no 14.519/2023, que tem por objetivo combater o racismo religioso, celebrar a diversidade de crenças e valorizar a cultura afro-brasileira;
- d) 21 de março: data que faz alusão à trissomia do cromossomo 21, o Dia Internacional da Síndrome de Down visa à promoção e à divulgação de eventos que valorizem a pessoa com síndrome de Down na sociedade;
- e) 2 de abril: instituído pela Lei no 13.652/2018, o Dia Nacional de Conscientização sobre o Autismo tem por objetivo difundir informações sobre essa condição do neurodesenvolvimento humano e reduzir o preconceito dirigido às pessoas afetadas pelo Transtorno do Espectro Autista (TEA);
- f) 7 de abril: Dia Nacional de Combate ao Bullying e à Violência na Escola, instituído pela Lei no 13.277/2016, que tem o objetivo de conscientizar a sociedade sobre a importância de criar um ambiente escolar seguro, respeitoso e acolhedor para todos os estudantes;
- g) 8 de abril: Dia Nacional do Sistema Braille, instituído pela Lei no 12.266/2010, com o objetivo de conscientizar a população sobre a importância das políticas públicas para inclusão das pessoas cegas no sistema educacional brasileiro;
- h) 16 a 24 de abril: Semana dos Direitos Humanos na rede pública estadual de ensino, conforme Lei Estadual no 11.035/1993, com a realização de debates sobre direitos humanos os quais deverão, obrigatoriamente, contemplar as múltiplas opiniões a respeito do tema;
- i) 19 de abril: Dia dos Povos Indígenas, instituído pela Lei no 14.402/2022. A data tem por objetivo reforçar a luta da população indígena brasileira pelo acesso a direitos, pela preservação de suas culturas, línguas e territórios, bem como promover a conscientização da história e o rompimento de estereótipos e preconceitos;
- j) 13 de maio: Dia Nacional de Denúncia Contra o Racismo. Contemplado pela Lei no 10.639/2003, é uma oportunidade para a escola ressignificar o Dia da Abolição da Escravatura no Brasil pela lei formal (Lei Áurea - Lei no 3.353/1888), destacando a luta e a resistência da população negra e sua busca pelo pleno acesso aos direitos e pela equidade;
- k) 17 de maio: Dia Estadual contra a Homofobia, instituído pela Lei Estadual no 16.636/2007, com o intuito de conscientizar sobre a importância do respeito e igualdade, além de combater o preconceito, a discriminação e a violência;
- l) 18 de maio: Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, instituído pela Lei no 9.970/2000, o objetivo é sensibilizar e mobilizar para a proteção da infância e da adolescência;
- m) 18 a 22 de maio: Semana de Conscientização sobre o Uso Adequado das Novas Tecnologias de Informação e Comunicação. Instituída pela Lei no 20.629/2013, tem por objetivo promover a conscientização sobre o uso responsável e seguro das tecnologias digitais, buscando educar e informar sobre os riscos e os benefícios do uso das novas tecnologias;

- n) 27 de maio: Dia Nacional do Censo Escolar da Educação Básica, instituído pela Portaria MEC no 264/2007, que determina a última quarta-feira do mês de maio de cada ano como a data de referência das informações declaradas ao Censo Escolar;
- o) 31 de maio a 5 de junho: Semana Nacional do Meio Ambiente e Dia Mundial do Meio Ambiente. Instituídos pelo Decreto Federal no 86.028/1981 e pela Assembleia Geral das Nações Unidas de 1972, respectivamente, visam promover a conscientização e a realização de ações em defesa das questões ambientais e da sustentabilidade.;
- p) 12 de junho: Dia Nacional de Combate ao Trabalho Infantil. Instituído pela Lei no 11.542/2007, visa conscientizar e mobilizar a sociedade para erradicar o trabalho infantil, garantindo os direitos das crianças e adolescentes;
- q) 19 a 26 de junho: Semana Estadual de Prevenção às Drogas. Instituída pela Lei Estadual no 25.300, de 12/06/2025, visa conscientizar e prevenir o uso de drogas;
- r) 3 de julho: Dia Nacional de Combate à Discriminação Racial. Instituída pela Lei no 1.390/1951 (Lei Afonso Arinos), tem por objetivo reforçar a constante necessidade de combater o racismo e a discriminação, seja de forma explícita ou velada;
- s) 8 de julho: Dia Nacional da Ciência e Dia Nacional do Pesquisador Científico. Instituídos, respectivamente, pela Lei no 10.221/2008 e pela Lei no 11.807/2008, têm por objetivo promover a produção científica e estimular o interesse pela ciência;
- t) agosto: O mês de agosto é dedicado à Campanha Agosto Lilás, instituída pela Lei Federal no 14.448/2022, que tem como objetivo conscientizar a população para pôr fim à violência contra a mulher, mobilizar a sociedade para a prevenção e enfrentamento a essas violações, fortalecer a divulgação da Lei no 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), bem como incentivar a denúncia e o acolhimento adequado e humanizado das vítimas;
- u) 11 de agosto: Dia D da Busca Ativa Escolar. A data, instituída pela Resolução SEE no 5.080/2024, tem por finalidade fortalecer as ações de prevenção à infrequência, ao abandono e à evasão escolar, promovendo estratégias articuladas para assegurar a permanência e o sucesso dos estudantes na rede pública estadual de ensino;
- v) 12 a 18 de agosto: Semana Estadual das Juventudes, instituída pela Lei Estadual no 22.413/2016, e em Resolução SEE No 5.222/2025 (128845307) SEI 1260.01.0226123/2025-23 / pg. 4 consonâncias com o Dia Internacional da Juventude (Dia 12 de agosto) estabelecido pela ONU em 1999, tem por objetivo a realização de ações voltadas à discussão de temas relacionados às juventudes nas áreas de educação, cultura, trabalho, entre outras. Além disso, visa incentivar a diversidade, o protagonismo juvenil e a participação no debate de políticas públicas, valorizando as potencialidades e contribuições dos jovens;
- w) 21 a 28 de agosto: Semana Nacional da Pessoa com Deficiência Intelectual e Múltipla, instituída pela Lei no 13.585/2017, visa o desenvolvimento de conteúdos para conscientizar e promover a inclusão social das pessoas com deficiência e para combater o preconceito e a discriminação;
- x) setembro: A Campanha Setembro Amarelo, instituída pela Lei no 15.199, de 8 de setembro de 2025, tem como objetivo informar a população sobre os riscos do suicídio e da automutilação, divulgar os recursos disponíveis para apoio e tratamento, reduzir o estigma e os

preconceitos relacionados à saúde mental, e promover a empatia, a compreensão e o apoio. Estabelece como marcos o dia 10 de setembro, Dia Nacional de Prevenção do Suicídio, e o dia 17 de setembro, Dia Nacional de Prevenção da Automutilação;

y) 18 a 25 de setembro: Semana Nacional do Trânsito, prevista pela Lei no 9.503/1997, tem como objetivo promover a conscientização sobre a segurança no trânsito, visando reduzir acidentes e promover comportamentos mais responsáveis entre os motoristas, pedestres e ciclistas;

z) 21 de setembro: Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência, instituído por iniciativa de movimentos sociais, em 1982, e oficializado pela Lei no 11.133/2005;

aa) setembro: mês dedicado a trazer visibilidade à comunidade surda, que abarca datas importantes como o Dia Internacional das Línguas de Sinais (23/09), o Dia Nacional do Surdo (26/09), instituído pela Lei no 11.796/2008, e o Dia do Tradutor (30/09), destinado a difundir e ensinar a Libras (Língua Brasileira de Sinais), bem como intensificar a luta pelas escolas bilíngues;

ab) 6 a 10 de outubro: Semana Cultural Interescolar, instituída pela Lei no 14.988/2024, aberta à participação dos pais de estudantes e à comunidade em geral, poderá contar com a participação voluntária de artistas e de representantes da cultura popular na realização das atividades;

ac) 10 de outubro: Dia Nacional de Segurança e de Saúde nas Escolas, instituído pela Lei no 12.645/2012, dedicado à segurança e à saúde nas escolas;

ad) 16 a 19 de novembro: Criada pela Lei Federal no 11.988/2009, a Semana de Educação pela Vida contempla a oferta de conteúdos relacionados à ecologia e ao meio ambiente, educação para o trânsito, sexualidade, prevenção de doenças transmissíveis, direito do consumidor e ao Estatuto da Criança e do Adolescente;

ae) 20 de novembro: Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra, em homenagem ao líder negro Zumbi dos Palmares, conforme Lei no 12.519/2011.

Parágrafo único – Os referidos períodos e datas de relevância serão trabalhados por meio de atividades e projetos como temas transversais ao currículo escolar. (Minas Gerais, 2025, p.3-5)

Podemos observar que o extenso calendário e propositivas temáticas da Resolução Nº 5.222 da Secretaria Estadual de Educação de Minas Gerais 2026 é um exemplo claro das limitações e autonomia escolar vigente. O excesso pode ter um efeito reverso, configurado em escassez, desorganização, ausência de foco e desconexão da realidade.

Para Santos (2017), o currículo se constitui com as experiências vivenciadas pelo aluno na escola, sob a supervisão dessa instituição inclusive, possibilitando maior sensibilidade e desenvolvimento de novas formas de pensamento a partir da prática pedagógica. Portanto, se a escola está excessivamente sujeita às normativas protocolares e burocráticas, que interfiram na flexibilidade e viabilidade de práticas

pedagógicas plurais, configura-se aí um engessamento da autonomia escolar também.

A primeira participação da roda de conversas, a partir da orientação do roteiro envolvendo o interesse em participar de atividades artística na escola, o Estudante 1 expôs que em sua opinião “[...] o interesse em participar seria grande, porém, sente que falta oportunidade e diversidade de acesso às Artes na escola”. Essa primeira fala, já abre um destaque que envolve os eixos de participação e acesso às Artes no ambiente escolar; esse Estudante 1 relata, ainda, que pratica com maior frequência atividades artísticas em casa, envolvendo desenho, fotografia e escrita. O Estudante 2, aponta “[...] a escola é o primeiro lugar de convivência fora de casa, e deveria ser mais interessante, trazer a Arte para que todos ficassem mais interessados”. Essa fala do Estudante 2 chama bastante atenção, pois há o entendimento de escola como lugar de convívio social além do espaço familiar e por isso, traz a expectativa de propor pertencimento e novidades em sua vida. Essa “novidade” que a escola pode trazer ao educando perpassa pela fala do Estudante 3, que questiona o acesso à Arte na escola através de pouca diversidade, “[...] eu acho que Arte não é só desenho, colorir, cabe à escola também demonstrar ou dar oportunidade de conhecer diferentes formas de Arte, a dança é uma Arte, o circo, o teatro”. Há nesse questionamento inclusive, uma convergência às Artes Integradas da BNCC, no sentido de estimular a integração, pluralidade e diversidade das manifestações artísticas no ambiente escolar.

Uma afirmação que foi repetida algumas vezes na roda de conversas por, pelo menos, quatro estudantes distintos, infere que a Arte é uma forma de se expressar, inclusive com relatos pessoais dos Estudantes 1, 2 e 3 “[...] se sentiam melhor ouvindo música, desenhando e dançando”. Neste sentido, há uma convergência às dimensões do conhecimento das Artes Integradas na BNCC, na Base a expressão artística “refere-se às possibilidades de exteriorizar e manifestar as criações subjetivas por meio de procedimentos artísticos, tanto em âmbito individual quanto coletivo” (Brasil, 2018). Para Rocha (2013), a bagagem cultural de cada estudante precisa ser valorizada também pela escola, pois traz ao discente o sentido de pertencimento e existência social.

Essas falas iniciais do corpo discente na roda de conversas, manifestam o desejo de acessar as manifestações artísticas no ambiente escolar, os questionamentos a respeito da forma de contato com Artes e sua possibilidade de

ser mais ampla e diversa, características intrínsecas a um arranjo participativo e coletivo.

### **3.3.2 Gestão curricular e artes integradas**

Neste tópico da pesquisa de campo é importante trazer apontamentos das entrevistas realizadas com os(as) professores(as) de Artes do turno da tarde da escola, suas perspectivas a respeito da prática artística na instituição e suas respectivas observações, pois estão diretamente ligados à prática em sala de aula, além das contribuições inerentes dos demais gestores e estudantes da instituição.

No tópico anterior, a abordagem sobre os obstáculos em promover uma participação plural na escola foi central, esse fato também se reflete quando as manifestações artísticas não são amplas na transposição da prática fora da sala de aula. Também pôde ser observado a dificuldade de engajamento mais amplo em algumas atividades praticadas pelo corpo docente de Artes, para uma profissional docente da unidade escolar em questão, identificado como Professor 1, o trabalho pedagógico não possui um lastro amplo de abrangência coletiva, “Eu faço atividades dentro de sala, mas as atividades são mais dentro de sala mesmo. A gente não tem um ambiente para poder trabalhar arte de forma coletiva” (Professor 1, entrevista realizada em 26/09/2025). A dificuldade de trabalhar em conjunto na unidade foi destacada anteriormente pelos Gestores, para ampliar tal afirmação, o Gestor 2 aponta ainda que, esse obstáculo reflete também na construção do PPP da instituição e conseqüentemente em possíveis projetos coletivos, leia-se:

[...] O mesmo acontece no caso do PPP. Então, muitas vezes, o PPP fica a cargo de uma supervisão, de uma gestão escolar para poder mobilizar as atualizações que são necessárias, sem que isso se torne, necessariamente, um espaço de discussão amplo e democrático, como deveria ser. E acho que isso impacta diretamente as possibilidades e o alcance do PPP no que diz respeito às manifestações artísticas, porque, muitas vezes, os agentes mobilizadores dessas atividades não participam diretamente dessa composição. (Gestor 2, entrevista realizada em 01/10/2025)

Esse destaque da fala chama a atenção, pois o ambiente deve ser criado por toda a comunidade escolar envolvida, isso também é preconizado no PPP e na gestão curricular mas, na prática, não se afetiva, trazendo assim, uma necessidade

de construir um caminho que deve ser desbravado por todos, mesmo reconhecendo os obstáculos e adversidades plurais e variáveis da educação pública no país. Segundo Guedes (2025), o PPP é a criação de uma identidade e a afirmação de uma cultura organizacional, portanto, é indispensável a participação e envolvimento coletivo nesse propósito norteador institucional da escola. Ainda segundo o Professor 1, os problemas relacionados à infraestrutura da escola, relacionado à não disponibilidade de um espaço físico propício, um ateliê de Artes especificamente, não contribui para a difusão das manifestações artísticas de maneira mais ampla, “[...] eu até já pedi (à gestão) algumas vezes um espaço, um ateliê, para a gente poder trabalhar, porque a gente pode fazer cerâmica, pintura, tudo em um ateliê, mas ainda não é uma realidade. Na escola, em geral, as atividades que eu vejo são sempre dentro de sala de aula” (Professor 1, entrevista realizada em 26/09/2025). Essa demanda do educador, foi relacionada nas entrevistas com os Gestores 1 e 2, trazendo assim, a possibilidade de viabilizar um espaço físico na escola especificamente para realização de manifestações artísticas, o Gestor 2 afirmou, “[...] esse espaço tem sido construído com esse objetivo. Ele está passando por uma reforma, já está com a pintura adiantada, com a recomposição da estrutura bastante adiantada. Acredito que essa sala vai estar disponível. E é fundamental que haja um espaço próprio para que essas mobilizações se organizem.” (Gestor 2, entrevista realizada em 01/10/2025). Como a escola pertence a um prédio tombado pelo patrimônio histórico do município, as obras estruturais, as reformas e adaptações do espaço físico são mais complexas no âmbito burocrático, devendo respeitar legislação específica para que não haja descaracterização, IPHAN (2025), somado a isso, cabe ao estado de Minas Gerais levantar esforços, planejamento e ação política e financeira na manutenção, melhoria e preservação da instituição.

Para o Professor 2, também há ausência de integração nas manifestações artísticas, como a extensão para além da sala de aula, “[...] eu observei que não tem um projeto integrado. Muito embora ele exista no PPP, na prática isso não foi apresentado” (Professor 2, entrevista realizada em 29/09/2025). Destacou também, que apesar da ausência efetiva de um projeto, reconhece que a gestão está disponível e aberta às propostas de realização neste sentido, “[...], mas existe uma certa abertura a isso. Toda vez que é proposta alguma coisa aos gestores, a coisa não é deixada de lado [...]” o Professor 2 pondera também que sente uma dificuldade generalizada em projetos integrados de Arte na educação “[...] até o

momento, eu não consegui elaborar, pensar dentro da realidade dessa escola, até porque é uma escola bem grande, o que seria difícil em termos de integração. Mas isso não é uma questão só dessa escola” (Professor 2, entrevista realizada em 29/09/2025). Sem dúvidas essa dificuldade relatada poderia ser atenuada, caso o debate a respeito de Artes e manifestações artísticas fosse uma constante na cultura dessa instituição.

Um destaque importante dessa entrevista foi o apontamento sobre o não lugar de destaque das Artes na conjuntura pedagógica prática, “[...] estamos em um momento em que a educação está completamente voltada para o mercado, está se afastando de Paulo Freire cada vez mais. Então, a maior ênfase e sucesso na escola é o que precisa de nota para passar de ano” (Professor 2, entrevista realizada em 29/09/2025). Chama atenção esse destaque sobre Paulo Freire, no sentido de interrogarmos: Será que em algum momento da educação brasileira estivemos próximos aos ideais de Freire? Me arrisco a dizer que não. Essa fala do Professor 2 evocando Paulo Freire, no sentido de resgatar uma educação libertadora, para emancipação do indivíduo, opõe à pressão determinantemente produtivista do capitalismo, isso converge à ideia destacada na pesquisa em relação à necessidade de rever-se em suas posições, envolver-se com a curiosidade dos alunos e dos diferentes caminhos que possamos percorrer juntos, Freire (2001), não restrito às meras formalidades e vontades de um sistema opressor. Ainda, vale destacar o apontamento dado à marginalização da Arte na educação, segundo este profissional:

[...] A Arte é marginalizada no sentido de que não é legal, tem camadas de subjetividade, porque a gente tem uma marginalização que é legal, é a marginalização que bota a resistência na frente da coisa, como enfrentamento do *status quo*. Mas, quando há artes em termos de disciplina, a gente não tem muita coisa que resguarde a discricionariedade artística legalmente para o trabalho. (Professor 2, entrevista realizada em 29/09/2025)

Estar à margem, esse foi o sentido a interpretar no apontamento acima, quando um fator, no caso a Arte, não representa de maneira central o caminho, a prática exercida no processo de ensino e aprendizagem. Sobre isso, vale lembrar a citação de Pretto e Zitkoski (2016), ao afirmar que a escola brasileira não tem desenvolvido trabalhar o campo afetivo dos estudantes, havendo apenas a preocupação cognitiva, respondendo aos ensejos da educação de mercado.

Somado a essa ideia, vale também destacar o seguinte trecho da entrevista do Professor 2:

[...] as outras disciplinas, os outros corres da vida não possibilitam a onipresença artística na escola. Então, quando a gente tem uma educação em que ela não está pautada nisso, em que a experimentação artística não tem lugar, a gente tem a produção cada vez mais de pessoas cooptadas pelo capitalismo e, pensarem menos, a reflexão não é prioridade. Porque a Arte mexe com os sentidos. (Professor 2, entrevista realizada em 29/09/2025)

Sobre a capacidade da Arte envolver sentimentos, importante revisar a ideia de Rocha (2013), sobre o intrínseco papel institucional da educação, em não menosprezar o aporte cultural e sentimental do educando, não cabe à escola qualquer juízo de valor. Ainda sobre a Arte mexer com os sentidos, a BNCC usa o termo “estesia”, que “[...] refere-se à experiência sensível dos sujeitos em relação ao espaço, ao tempo, ao som, à ação, às imagens, ao próprio corpo e aos diferentes materiais”. Brasil (2018). O significado e a representação da Arte na escola não estão efetivamente claro para os estudantes, inclusive infere subjetividade, o trecho a seguir da roda de conversas ilustra tal afirmação, citado também por dois estudantes, respectivamente os Estudantes 4 e 5, que eles compreendem a Arte apenas através do futebol, ou seja, há nessas afirmações uma junção entre esporte e Arte, o que levaria a conversa para um debate de dicotomia filosófica, ou seja, futebol é Arte? Arte é futebol? Não foi possível aprofundar tais questionamentos com os estudantes, nem era esse o objetivo, mas ficou claro que na roda de conversas, muitos dos participantes associavam Arte e esporte, inclusive havendo citações de artes marciais como exemplo também, sendo assim, destaca a necessidade de a escola ampliar conceitos e definições acerca de ambos, sejam modalidades esportivas, sejam Artes Integradas.

Integrando o grupo de professores de Arte aptos a participarem das entrevistas, o Professor 3, destaca que a singularidade da escola em questão, relacionada ao tamanho da unidade e com turmas cheias, pode ser um fator determinante à dificuldade em realizar projetos integrados de Arte, em destaque “É uma escola muito grande, com mais de 2 mil alunos, todas as turmas lotadas. O que potencializa, por um lado, porque nós temos alunos com habilidades, com proficiência, várias linguagens e expressões artísticas, mas, por outro lado,

inviabiliza projetos mais dinâmicos, que envolvam, de forma coletiva, a escola toda” (Professor 3, entrevista realizada em 02/10/2025). Essa dificuldade de mobilização coletiva na unidade vem sendo abordado ao longo da pesquisa, as características da escola envolvendo escala (tamanho/proporção), demanda sim, esforços plurais e coletivos para viabilizar qualquer projeto, somado a isso, claro, apoio do estado de Minas Gerais, inclusive financeiramente, porém, chama atenção que nesse contexto, a fala do Professor 3 lança luz à potencialidade e diversidade plural em termos de possibilidades artísticas na escola. Há uma conexão aí com a ideia de viabilizar experiências sensoriais no espaço escolar, segundo Eça (2010), possibilitar experiências transversais de aprendizagem com a arte e pela arte, sem a pretensão de formar artistas ou públicos, indicar estímulo à criatividade e sensibilidade são fundamentais na educação.

Há outra questão bastante relevante apontada pelo Professor 3, a respeito da carga horária preestabelecida legalmente, pois para este profissional, praticar Arte no ambiente escolar envolve o obstáculo do tempo, ou seja, 50 (cinquenta) minutos regulares de uma aula, este julga insuficiente para ampliar projetos e/ou diversificar práticas artísticas que envolva cinema, teatro e música por exemplo, segundo o Professor 3, “[...] uma aula de arte, você chega, a gente gasta de 5 a 10 minutos para organizar a sala, claro. E você gasta mais 10 minutos para fazer uma chamada, se você tiver que distribuir alguma coisa, você gasta mais tanto para atender individualmente algum aluno, sobram 20 minutos para uma aula de arte.” (Professor 3, entrevista realizada em 02/10/2025). O Professor 1 também apontou a má gestão do tempo na grade curricular como um empecilho às manifestações artísticas “[...] se eu fizer uma atividade que vai envolver muita sujeira ou vai envolver barulho, como é que eu vou fazer? Na sala convencional, 50 minutos depois, tem outra aula de outro professor, fica inviável, aí não dá tempo. Se eu estou em um ateliê, viabiliza.” (Professor 1, entrevista realizada em 26/09/2025). Sobre a organização do tempo na escola, vale destacar que este é fundamental no processo pedagógico, no currículo e nas condições de aprendizagem do estudante, ainda, a questão quantitativa nem sempre é determinante, a registrar a qualidade desse tempo; para Gausse (2013 *apud* Chizzotti; Bocchi, 2016) a escola por vezes negligencia a qualidade do tempo, existe possibilidade de promover resultados satisfatórios e destacáveis a partir do bom uso do tempo, na educação é viável promover o êxito quando o tempo não é negligenciado.

Importante apontar que apesar dos obstáculos relatados pelos Professores de Arte 1, 2 e 3, envolvendo fatores como o espaço físico inadequado e/ou subutilizado na escola para o exercício das manifestações artísticas, dificuldade em praticar a multidisciplinaridade e integração de projetos na unidade e também problemas da organicidade do tempo, todos citaram práticas factíveis, que já tiveram experiência em realizar ao longo de suas jornadas profissionais, e continuam abertos em exercer tais práticas em um novo projeto de Artes Integradas nesta unidade escolar da pesquisa. Como Exemplo, o Professor 1 destacou que gostaria de ampliar a confecção da boneca Abayomi<sup>3</sup> com os estudantes, principalmente em períodos do calendário destinados à reflexão e conscientização da Cultura Negra no Brasil. Sem dúvidas esse é um ótimo exemplo de um tema amplo e importantíssimo para integrar a escola através da Arte, de diversas formas inclusive.

Ao pontuar na roda de conversas sobre a forma que os estudantes poderiam contribuir diretamente ao promover atividades artísticas na instituição, muitos se mantiveram em silêncio, ao insistir na questão, houve um sentimento de dúvidas e insegurança majoritariamente entre os alunos(as) participantes, até que a persistência na condução da roda, trouxesse o posicionamento do Estudante 8, “[...] acho que a nossa ajuda deve ser em conjunto, porque ninguém vai conseguir fazer nada sozinho, e deveríamos promover um desfile de moda na escola e também sair mais da sala de aula para desenhar e fotografar nas ruas”. Essa afirmação do Estudante 8, converge à fala bastante direta e objetiva do Estudante 9, que brevemente expôs, “[...] Faltam colocar mais Arte em todas as matérias aqui da escola, seria muito legal”. Respectivamente os Estudantes 8 e 9 flertam diretamente com o eixo “Participação” e também “Multidisciplinaridade”, pois enxergam a integração de conhecimentos e a necessidade de ampliar o engajamento coletivo, característica intrínseca ao universo escolar, comunitário e inclusivo, para Moraes; Lopes (2015), a escola não deveria fragmentar o conhecimento que nasce naturalmente integrado. Cabe nessa reflexão ainda, a necessidade de esforços de toda a comunidade escolar, governos e suas políticas educacionais, no sentido de

---

<sup>3</sup> A boneca Abayomi, importante símbolo de resistência negra na cultura brasileira, foi criada pela artesã maranhense Lena Martins no final da década de 80, quando se discutia a marcha pela farsa de 100 anos da abolição e o movimento das mulheres negras passava por um intenso período de produção de conhecimento e crescente visibilidade.

gerar mecanismos de melhoria de aprendizagem e fortalecimento da autonomia escolar relacionado às suas especificidades locais e regionais.

O Estudante 1, em mais uma intervenção, destacou, “[...] seria muito interessante a escola trazer pessoas novas, de fora da escola, para exercitar diferentes formas de Arte que não temos acesso aqui, como músicos, dançarinos e atores e atrizes”. Tal colocação do Estudante 1 possui forte apelo sensível, pois explicita os déficits e carências institucionais da escola em questão, situação que esbarra em elementos burocráticos, seja na contratação de profissionais especializados em atividades artísticas pontuais, seja na disponibilidade e acesso legal de profissionais que estejam fora do corpo docente institucional da unidade. O Estudante 1 ainda complementa, “[...] A escola poderia levar os alunos mais vezes em eventos artísticos na cidade, porque isso pode despertar maior interesse em Artes e talvez formar novos artistas”. Essa afirmação retrata a necessidade de vivência e experiência nas Artes, a importância do acesso e da oportunidade de conhecer, registrado também na BNCC e redigido pelo termo “estesia” como agente da sensibilidade, “refere-se à experiência sensível dos sujeitos em relação ao espaço, ao tempo, ao som, à ação, às imagens, ao próprio corpo e aos diferentes materiais. Essa dimensão articula a sensibilidade e a percepção, tomadas como forma de conhecer a si mesmo, o outro e o mundo”. Brasil (2018). Complementando o momento da roda de conversas, o Estudante 10 acrescenta, “[...] se tivéssemos mais aulas de teatro e música na escola, nos ajudaria a comunicarmos melhor e termos mais facilidade em aprender”. Esse apontamento do Estudante 10, correlacionando aprendizagem e Artes, corrobora à percepção de contribuição na formação humana e cidadã possivelmente viável em uma escola, para Eça (2010), as experiências múltiplas e transversais entre Arte e educação não devem se restringir necessariamente à formação de um artista, mas sim, primeiramente, em indivíduos mais críticos e solidários.

Já o Professor 2, destacou sua percepção do perfil dos estudantes dessa escola da pesquisa, para promover um trabalho com forte potencialidade em percepção espacial e observação da paisagem urbana. Por se tratar de uma unidade escolar central de grande porte, esta absorve alunos de diversas regiões e bairros do município, forçando um deslocamento diário inerente, através disso, o Professor 2 propôs aos educandos, registrar grafites e outdoors em seus respectivos caminhos como forma de refletir a paisagem da cidade e suas respectivas

intervenções artísticas e estéticas. Um exemplo viável de também promover a pluralidade artística na unidade. Por fim, o Professor 3 destacou o interesse em promover a confecção de histórias em quadrinhos na escola, uma maneira de estimular a leitura e claro, a produção artística na escola.

A diversidade de ideias e possibilidades são inerentemente reais e amplas quando há a oportunidade para o debate, para a reflexão e também para a prática da escuta, escutar o outro e suas percepções. Neste sentido, exemplos de viabilidade artística na escola, criam mecanismos do sujeito destravar suas próprias limitações pessoais, para Lippard; Chandler (2013) “A mudança de ênfase da arte como produto para a arte como ideia libertou o artista de limitações presentes”.

### **3.3.3 Autonomia escolar: sem liberdade institucional não existe emancipação da educação, não existe arte sem independência**

A análise da pesquisa de campo, por meio das entrevistas com o corpo gestor e docente de Artes na escola do turno da tarde, tensionou a reflexão a respeito da autonomia escolar novamente. De forma direta e/ou indireta, os sujeitos da pesquisa perpassam em constância pelo campo da fragilidade em emancipar a educação, seja a partir de ações institucionais e discricionárias adaptativas a uma realidade nem sempre correspondente aos ditames e normativas de governos distantes do ímpeto popular, seja pelos obstáculos conjunturais em promover o engajamento da comunidade escolar e seus respectivos propósitos. O Gestor 2 articulou da seguinte forma:

[...] acho que a cultura organizativa da escola que tende, assim como socialmente, a reproduzir os mesmos paradigmas e estímulos que estão institucionalizados, uma autonomia escolar mais ampla pode ser um caminho, porém... uma autonomia que perpassa pela própria comunidade compreender o valor desse conceito, a partir da sua própria práxis. Então, o que eu quero dizer é que a cultura organizativa tende a se conservar, ela tende a se reproduzir, porque, por mais que seja cultural, ela é sustentada por um aparato institucional que tende a mobilizá-la no sentido da sua própria reprodução. Então, é aquilo, a gente trabalha, trabalha, trabalha e não sente a realidade mudando. (Gestor 2, entrevista realizada em 01/10/2025)

O apontamento do Gestor 2, provoca inclusive uma discussão sob o aspecto inerente do papel institucional da escola em uma determinada sociedade, a partir do momento que a construção de uma autonomia escolar só é possível quando o povo estiver apto a construir esse perfil coletivamente, ou seja, a autonomia escolar não surgirá como um apêndice de uma dada política pública por exemplo, para Silva (2021), a cultura política e histórica da sociedade brasileira, pautada em uma colonização opressora e excludente, ainda refletem na conjuntura de desigualdades, opressões sociais e fragilidade da democracia vigente. Esse apontamento a respeito da “aptidão popular”, referente à construção coletiva para uma escola mais independente, perpassa pelo desenvolvimento histórico da própria sociedade em questão, envolvendo sua formação cultural, seus ciclos políticos, a conjuntura socioeconômica dentre outros fatores, portanto, as políticas públicas participativas podem ser determinantes em uma democracia em desenvolvimento, seja como perspectiva de um povo mais atuante e presente, seja como processo de mobilidade e inclusão. Para o Professor 2, a ausência da autonomia escolar no sistema educacional reflete diretamente nas etapas subsequentes do processo de ensino e aprendizagem, envolvendo inclusive, a redução de influência das Artes com o passar dos anos na escola, pois as exigências curriculares estão voltadas às necessidades do mercado de trabalho, essencialmente:

[...] à medida que as pessoas vão crescendo, elas vão tendo mais dificuldade de aprender, porque elas vão perdendo o viés da arte como modo de aprendizado. O modus operandi que a arte funciona, que é o modo da criação, da invenção; é o modo de aprender. A gente aprende inventando, a gente aprende criando. Se a gente vai perdendo isso com o tempo, aprender vai ficar mais difícil. (Professor 2, entrevista realizada em 29/09/2025)

Essa fala do Professor 2 reforça a necessidade de um processo pedagógico educacional mais independente dos anseios do mercado e governos subservientes ao capital. Para Roldão; Almeida, (2018), a autonomia escolar oferece uma via de maior eficácia e adequação aos públicos, buscando caminhos alternativos na educação, de forma conjunta e plural, na busca de melhores resultados educacionais.

A autonomia da escola passa inclusive pela questão financeira, ter maior discricionariedade para estabelecer coletivamente as prioridades e investimentos

conforme a realidade da instituição, para o Professor 3, a falta de material e infraestrutura adequada nas aulas de Arte são pontos negativos e limitadores do seu exercício profissional, “[...] eu precisaria ter apoio financeiro, material e infraestrutura, como professor licenciado em artes visuais, não tenho condição de explorar determinados eixos das Artes Integradas... mas tinha que ser explorado”. O déficit de aporte e investimentos na educação, afeta a ampliação de possibilidades, seja do educador e do educando, inclusive, fragiliza a autonomia escolar, para Almeida (2022), a autonomia está diretamente ligada à liberdade de participação coletiva, através das escolhas de ocupação dos lugares políticos e sociais na escola, porém, não há escolhas se existem fatores limitantes, seja em investimentos, tempo, conjuntura escolar etc.

A autonomia escolar também foi questionada de forma indireta pelos estudantes, principalmente ao confrontarem uma realidade posta em conformidade à Lei estabelecida envolvendo aparelhos celulares. Ao serem perguntados a respeito da comunicação envolvendo atividades artísticas na escola, o Estudante 7 interveio, questionou sobre o uso e acesso ao celular durante o horário das aulas<sup>4</sup>, “[...] quando o celular estava disponível durante as aulas, facilitava o acesso imediato às Artes”. Claro que o uso da tecnologia durante as aulas pode ser um importante aliado ao processo de ensino e aprendizagem, inclusive a BNCC menciona a tecnologia na unidade temática Artes Integradas, “explora as relações e articulações entre as diferentes linguagens e suas práticas, inclusive aquelas possibilitadas pelo uso das novas tecnologias de informação e comunicação” Brasil (2018). Não é o objetivo aqui desenvolver uma reflexão acerca dos pontos positivos e negativos da Lei nº 15.100/2025, porém, é inegável o universo de possibilidades que a tecnologia pode trazer no processo educativo, inclusive através da abordagem educação e Artes, quando usado de forma orientada e estruturada, o impacto dessa lei sobre a conjuntura educacional e social de tecnologia ubíqua, deve ser acompanhado por pesquisas sérias, trazer dados robustos e seus respectivos dados.

Na parte final da roda de conversas, foi levantado através do mediador do encontro, quais seriam as maiores dificuldades para acontecer eventos artísticos na escola segundo imaginavam os estudantes participantes, como resposta majoritária

---

<sup>4</sup> Desde 2025 em todo o Brasil, a Lei nº 15.100/2025, que proíbe alunos de usarem telefone celular e outros aparelhos eletrônicos portáteis em escolas públicas e particulares, inclusive no recreio e no intervalo entre as aulas.

foi, “[...] que as aulas são muito parecidas, expositivas e muito conteúdo específico de cada matéria”, inclusive, o Estudante 1 resumiu, “[...] as aulas são muito maçantes”. Essa síntese da última frase é um reflexo da necessidade de repensar o processo pedagógico de ensino e aprendizagem no espaço escolar, o caminho da mudança, da transformação, deve ser construído coletivamente. O Estudante 3 também destacou que muitos colegas sentem vergonha e são tímidos ao expressar a Arte em público e afirmou, “[...] o medo é ser julgado nas redes sociais”. Fica aqui o registro do efeito direto e indireto das mídias sociais e do julgamento social como contrapartida no exercício artístico na visão deste estudante. Para o Estudante 2, a timidez e a vergonha como obstáculo, “[...] seguem um padrão, por medo de sermos rejeitados ou ridicularizados, porém, isso acaba impedindo de sermos realmente quem queremos ser”. Há aqui, um apelo por liberdade, respeito e autonomia, a Arte não existe sem a reivindicação exposta pelo Estudante 2, reivindicação pelo direito de se expressar e ser naturalmente o que se é. Segundo Saviani (2008), a pedagogia revolucionária está além da essência e da existência, a superação é o cerne perante as condições sociais conjunturais. Essa superação também se dá através dos nossos próprios medos e limitações.

Feitos os devidos apontamentos, reflexões e contribuições desta roda de conversas entre os representantes dos estudantes do Ensino Fundamental II do turno da tarde da escola pesquisada, destaco algumas impressões importantes: Menos da metade dos 25 alunos(as) presentes se pronunciaram verbalmente, houve diversas tentativas para que todos pudessem se expressar de forma livre e espontânea, porém alguns estudantes preferiram se manter apenas em observação. Menciono também, que a timidez é um fato bastante relevante nos jovens que estiveram na roda de conversas, apesar de majoritariamente estarem interessados na presença artística no cotidiano escolar. Os 10 alunos que não se abstiveram em conversar e debater, contribuíram conforme as suas possibilidades individuais ao tema proposto, entendendo a importância da discussão em prol da realidade escolar posta na unidade. Por fim, esse tempo exercido em uma roda de conversas com os estudantes, foi realizado de forma ordeira, respeitosa e inclusiva, sem nenhum contratempo que pudesse comprometer a pesquisa e a oportunidade do encontro. A contribuição dos estudantes perpassou por diversas questões inerentes à Arte, à conjuntura da unidade escolar, à participação e engajamento coletivo, aos medos e aflições sobre o processo de ensino e aprendizagem da educação, ao julgamento

social, à necessidade de pertencimento e entendimento do sujeito em um espaço público e suas relações, isto é, além do seu espaço familiar.

### **3.3.4 Análise do questionário aplicado aos professores do ensino fundamental II – turno da tarde**

A aplicação do questionário estruturado ao corpo docente da instituição em questão, envolvendo especificamente o turno da tarde, direcionado aos profissionais efetivos do Ensino Fundamental II a partir do critério de inclusão, foi uma maneira encontrada de ampliar a participação na pesquisa realizada. Doravante aos eixos trabalhados nos demais instrumentos da pesquisa de campo, que envolveram a participação coletiva e o PPP, a gestão curricular e as Artes Integradas e também, reflexões a respeito da autonomia curricular, a devolutiva dos 22 questionários coletados dos profissionais da escola contribuem de forma a traçar um paralelo à abordagem proposta envolvendo as Artes na educação. Compreender os dados coletados de 22 profissionais diferentes, de disciplinas distintas, envolvendo um questionário com cinco (5) perguntas e cinco (5) opções de respostas estruturadas (A, B, C, D ou E), envolve perspectivas quantitativas e também uma análise qualitativa.

No quadro 2 a seguir, cada uma das cinco perguntas buscou coletar do(a) profissional de educação respectivamente as seguintes questões: envolvimento da presença das manifestações artísticas na unidade, satisfação pessoal da metodologia aplicada individualmente em sala de aula, conhecimento individual a respeito das Artes Integradas na BNCC, disponibilidade para o debate envolvendo flexibilização curricular na escola em questão, e por fim, em termos quantitativos, quanto o(a) professor(a), considera importante o uso de Arte e Cultura no processo de ensino e aprendizagem. Cada pergunta do questionário aplicado obteve um arcabouço de respostas estruturadas, conforme destacado no Quadro 2, observa-se a predominância em considerar a presença artística como contribuição curricular (questão 1), como também, os relevantes valores na escala de importância das Artes no processo pedagógico (questão 5).

Quadro 2 – Resultado do questionário aplicado ao corpo docente da instituição de ensino

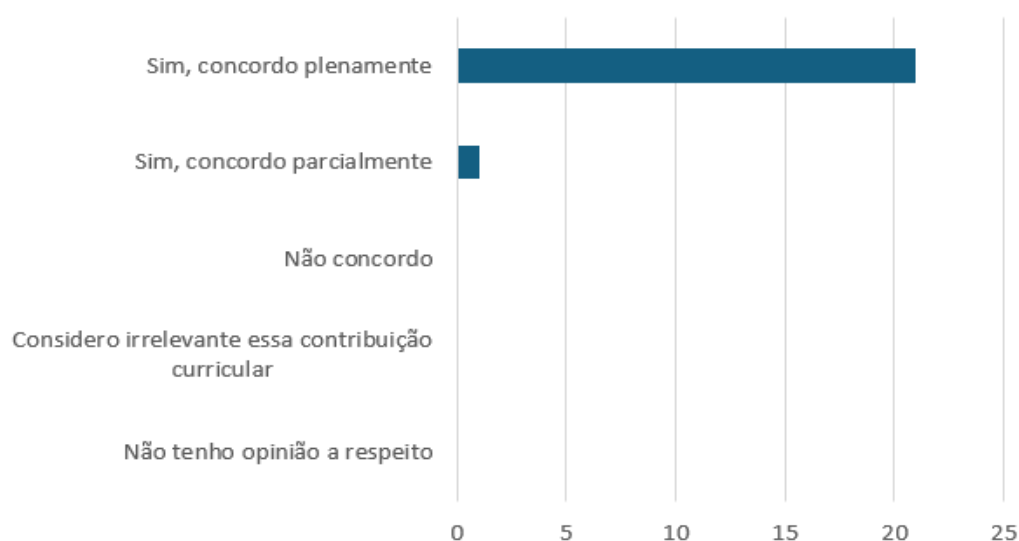
Perguntas	Opções	Número de respostas
1- Você concorda sobre a presença das manifestações artísticas como mecanismo de contribuição curricular da escola?	Sim, concordo plenamente	21
	Sim, concordo parcialmente	1
	Não concordo	0
	Considero irrelevante essa contribuição curricular	0
	Não tenho opinião a respeito	0
2- Você a partir da disciplina que leciona, está satisfeito(a) com a sua metodologia de ensino e aprendizagem em sala de aula de modo geral?	Sim, muito satisfeito(a)	3
	Sim, parcialmente satisfeito(a)	17
	Não, insatisfeito(a)	2
	Não, muito insatisfeito(a)	0
	Nem satisfeito(a) nem insatisfeito(a)	0
3- Você sabe o que são as Artes Integradas instituídas na Base Nacional Comum curricular (BNCC)?	Sim, sei totalmente	3
	Sim, sei parcialmente	7
	Apenas já ouvi falar	6
	Não, nunca ouvi falar	6
	Tenho pouca ou nenhuma familiaridade com a BNCC	0
4- Você estaria disposto(a) a debater a flexibilização curricular da escola, com o objetivo de propor a frequência de Artes Integradas no cotidiano da instituição?	Sim, estou disposto(a) a participar desse debate	14
	Sim, estou disposto(a) a participar, com ressalvas	6
	Não quero participar desse debate	1
	Talvez	1
	Sou contrário(a) à flexibilização curricular da instituição	0
5- Em uma escala de zero a dez (0-10), quanto importante você considera o uso de Arte e Cultura como apoio no processo de ensino e aprendizagem do IEE/JF?	0-2	0
	3-4	0
	5-6	0
	7-8	10
	9-10	12

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

A seguir os gráficos representam individualmente cada questão aplicada no questionário ao corpo docente do Ensino Fundamental II do turno da tarde, sendo o Gráfico 1 correspondente à questão 1, Gráfico 2 à questão 2 e assim sucessivamente.

Gráfico 1 – Distribuição das respostas dadas pelos docentes à questão 1 do questionário aplicado

1 - Presença das manifestações artísticas como mecanismo de contribuição curricular da escola

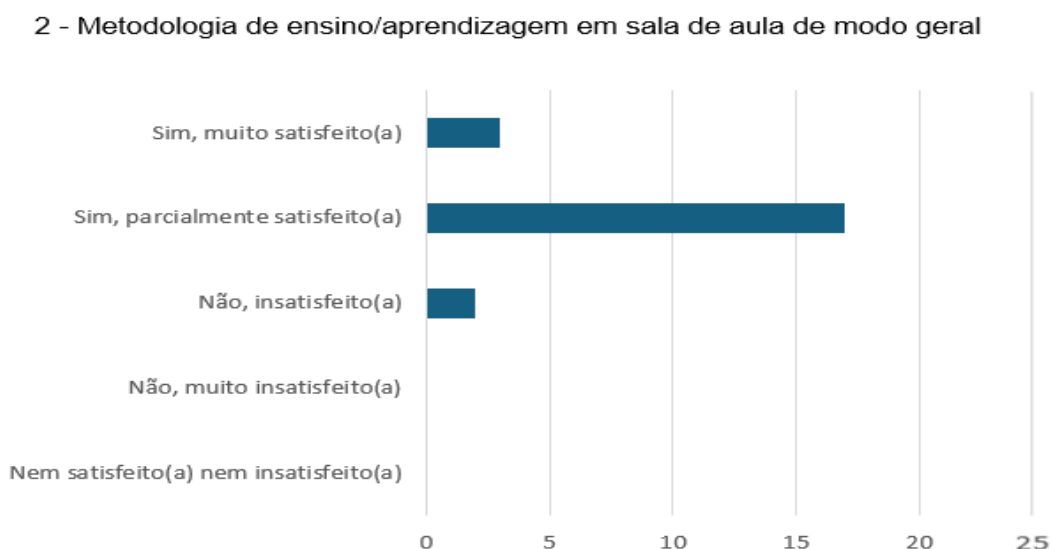


Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

O Gráfico 1 mostra majoritariamente que, o corpo docente que participou da pesquisa concorda plenamente com a presença das manifestações artísticas na escola, exceto um(a) participante, que concorda parcialmente. Portanto, tal disposição do corpo docente em trazer a Arte como presença ao processo de ensino e aprendizagem é um fator importante, estabelece um caminho de viabilidade e consideração positiva em projetos relacionados na unidade. Essa disposição do corpo docente pode contribuir também na promoção de projetos artísticos que envolvam a multidisciplinaridade e a diversidade apontada nas Artes Integradas da BNCC (2018), explorando relações e articulações entre diferentes práticas e linguagens. Para Eça (2010), a Arte na escola possibilita experiências transversais de aprendizagem com a arte e pela arte, e isso pode ser determinante caso o corpo docente esteja aberto, sem a necessidade determinante em formar artistas ou públicos, mas sim de atingir um futuro equilibrado, onde os indivíduos sejam mais

criativos, mais críticos e mais solidários, enfim, onde a sensibilidade esteja como ferramenta agregadora.

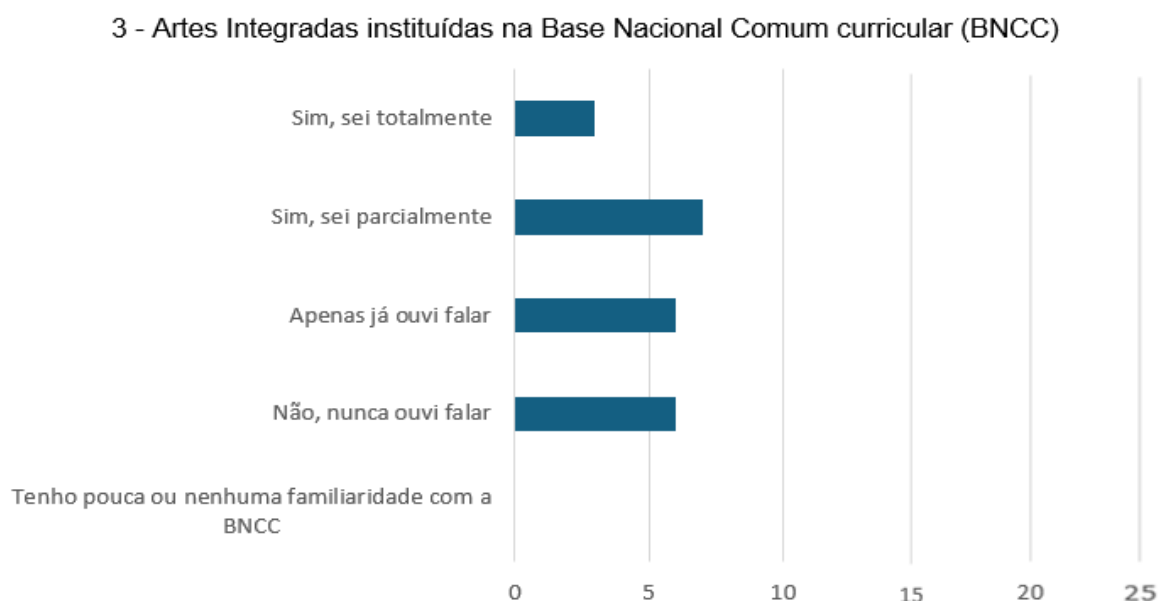
Gráfico 2 – Distribuição das respostas dadas pelos docentes à questão 2 do questionário aplicado



Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

A segunda questão representada no Gráfico 2, aborda a satisfação pessoal a respeito da metodologia de ensino utilizada pelo docente, observa-se majoritariamente (17), que estão parcialmente satisfeitos, ou seja, há margem para mudanças e ajustes na metodologia de ensino, sendo três (3) docentes muito satisfeitos e dois (2) insatisfeitos. Podemos destacar também que o grau de satisfação individual do docente em sua metodologia de ensino e aprendizagem, pode inclinar-se à fatores que envolvem subjetividades diversas, pois o trabalho docente em sala de aula é complexo e múltiplo, portanto, a satisfação individual perpassa por elementos multifatoriais e heterogêneos, contudo essa questão 2 traz a possibilidade de autorreflexão do labor profissional do sujeito.

Gráfico 3 – Distribuição das respostas dadas pelos docentes à questão 3 do questionário aplicado

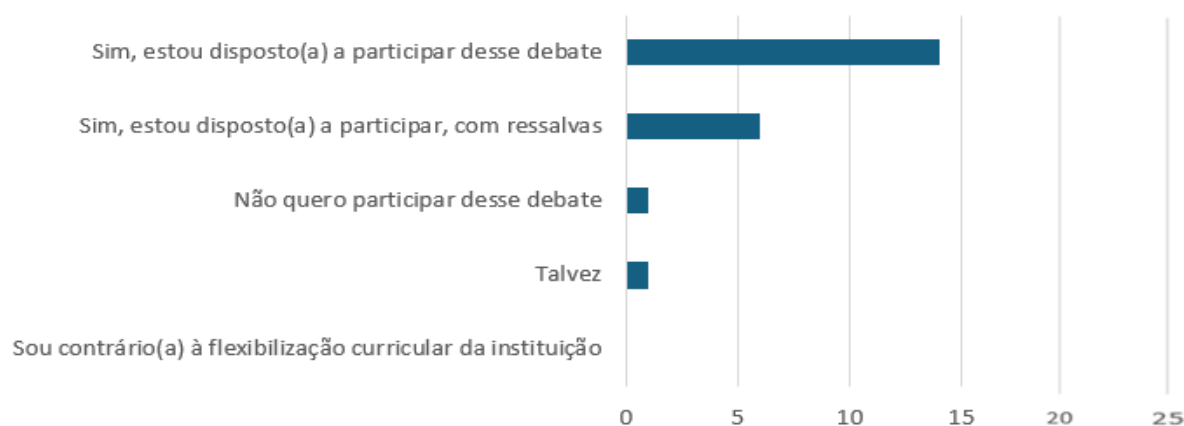


Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

A terceira questão representada no Gráfico 3, sobre o conhecimento individual do(a) docente a respeito das Artes Integradas na BNCC, obteve devolutivas mais heterogêneas, destaque aqui pela necessidade do corpo de professores(as), ampliarem seus conhecimentos e familiaridade com a unidade temática da Base em questão, sendo que majoritariamente apresentam conhecimento incompleto da unidade, assim, sete (7) conhecimento parcial, seis (6) apenas já ouviram falar sobre e outros seis (6) nunca ouviram falar sobre Artes Integradas na BNCC. Apenas três (3) docentes declararam conhecer totalmente tal unidade temática na Base Nacional.

Gráfico 4 – Distribuição das respostas dadas pelos docentes à questão 4 do questionário aplicado

4 - Debate sobre a flexibilização curricular da escola, com o objetivo de propor a frequência de Artes Integradas no cotidiano da instituição

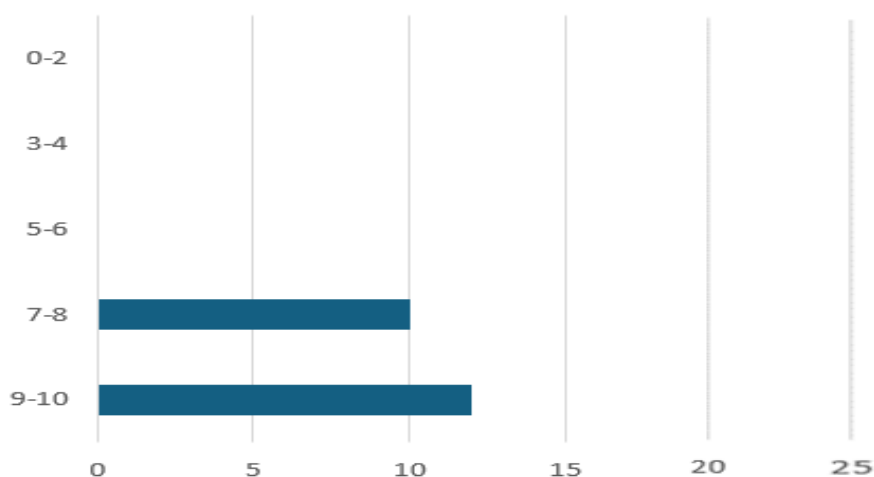


Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

A quarta questão representada no Gráfico 4, envolvendo a possibilidade de debate sobre a flexibilização curricular na escola, no intuito de envolver as Artes Integradas no cotidiano da instituição, também apresentou majoritariamente um interesse coletivo em participar dessa discussão, sendo quatorze (14) docentes prontificados, seis (6) dispostos em participar com alguma ressalva, um (1) apenas não interessado e, outro declarou que talvez possa participar. Essa disponibilidade ampla do corpo docente em debater uma possível flexibilização curricular, pode viabilizar projetos de Arte e Cultura na escola, inclusive com uma participação mais plural e diversa dos professores(as).

Gráfico 5 – Distribuição das respostas dadas pelos docentes à questão 5 do questionário aplicado

5 - Arte e Cultura como apoio no processo de ensino/aprendizagem do IEE/JF



Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

A última e quinta questão representada no Gráfico 5, aborda o grau de importância que cada docente considera a Arte e a Cultura no apoio ao processo de ensino e aprendizagem, de maneira geral, os participantes consideraram muito relevante, sendo que, em uma escala de importância variável entre zero e dez (0-10), de forma crescente, o valor dez (10) máxima importância, zero (0) nenhuma importância. Dez (10) professores(as) consideraram os valores entre (7-8) de importância e doze (12) professores(as) consideraram os valores entre (9-10), de importância da Arte e Cultura no ambiente escolar. Portanto, neste recorte do questionário, também houve uma abertura favorável à presença e apoio às Artes na unidade pesquisada através do corpo docente participante.

### 3.4 PRINCIPAIS CONCLUSÕES DA ANÁLISE

As pesquisas realizadas em campo através das entrevistas, questionário e roda de conversas, pôde estabelecer um parâmetro geral da conjuntura envolvendo Artes integradas e gestão curricular na instituição em questão. Quando referimos ao corpo gestor e coordenação pedagógica da escola, algumas indagações e propositivas considerando a presença artística na unidade, prevaleceram os apontamentos a respeito da participação coletiva dos integrantes da instituição, uma

deficiência crônica que pode ser justificada por elementos multifatoriais (tempo, organização, motivação ou sua ausência, infraestrutura inadequada, a existência de demandas excessivas ao cargo de magistério, coordenação e gestão etc). Apesar da presença e viabilidade de atividades pedagógicas plurais e diversas preconizadas no PPP da escola, não há em termos efetivos, tal exercício no cotidiano de ensino e aprendizagem. Também foram levantados pelo corpo gestor e coordenação, que fatores relacionados à autonomia escolar são relevantes no contexto geral, seja para mudanças e transformações da gestão do currículo envolvendo Arte e cultura no cotidiano da unidade, como também limitações à discricionariedade para resolução de elementos da organicidade interna da escola.

Sobre as entrevistas envolvendo o corpo gestor de Arte, ficaram enfatizados os problemas relacionados à infraestrutura espacial local, investimentos diretos em ferramentas pedagógicas de auxílio às atividades artísticas, equipamentos inerentes, insumos etc. Positivamente, há por parte majoritária do corpo docente da instituição, apoio às ideias e práticas de Arte e cultura como presença em ensino e aprendizagem, fator este que promove importante passo para uma escola mais lúdica e plural no processo educacional. As devolutivas da pesquisa abrangendo o questionário aplicado aos docentes do turno da tarde, corroboram a abertura e a disposição na implementação de Arte e cultura para os estudantes, predominantemente em todas as disciplinas existentes na grade curricular, alertando assim, para a necessidade de maior envolvimento coletivo e possíveis trabalhos multidisciplinares.

Na roda de conversas, fica explícito algumas características de parte dos estudantes quando possuem a oportunidade de falar, de expressar e pensar, refletindo timidez, introspecção, por vezes inseguranças e dúvidas, porém, observa-se também por parte desses alunos(as), a aspiração urgente em mudanças no processo pedagógico de ensino e aprendizagem, manifestando pensamentos sobre o significado da Arte, sua importância e o desejo de maior acesso e oportunidade de cultura no ambiente escolar. A partir dessa roda de conversas, o destaque também fica na importância de valorizar o pertencimento, a bagagem e a fala de cada um que se dispôs a participar, há sim por parte relevante dos estudantes o desejo em descobrir, vivenciar novas atividades e estímulos criativos plurais, a escola pode e deve criar mecanismos viáveis a esta proposição, mesmo que esse caminho não seja uma tarefa simplista, mas humanamente possível.

#### **4 PLANO DE AÇÃO EDUCACIONAL (PAE)**

Os dados levantados na pesquisa de campo, distribuídos em instrumentos de pesquisa distintos (entrevistas, questionário e roda de conversas), foram importantes como elementos contributivos para propor um Plano de Ação Educacional (PAE). Neste sentido, cabe aqui retomar a pergunta da pesquisa, quais elementos justificam os obstáculos à permanência perene das manifestações artísticas no ambiente escolar? Por conseguinte, os objetivos centrais do estudo, buscando analisar os meandros da gestão curricular, propor e implementar a construção coletiva e integrada das manifestações artísticas, de forma prática e efetiva neste ambiente escolar, possibilitando transformar os métodos tradicionais de ensino e aprendizagem, através de uma gestão curricular acentuada na presença das Artes Integradas.

A coleta de dados da pesquisa de campo procurou, através dos instrumentos, encontrar elementos que pudessem favorecer a indagação e os objetivos do estudo. Três (3) eixos temáticos foram estabelecidos a partir dos elementos coletados em campo: 1 - Participação da comunidade escolar envolvida/ Projeto Político Pedagógico da escola; 2 - Gestão curricular e Artes Integradas; 3 - Autonomia Escolar. Esses eixos são frutos da convergência bibliográfica trabalhada na pesquisa, como também elementos inerentes às abordagens encontradas na coleta de dados em campo, com os diferentes atores participantes (gestores/ coordenação, docentes e discentes) da instituição em questão.

A sistematização dos dados pós análise refletiu convergências nas entrevistas com os gestores e coordenação, no sentido da necessidade de ampliação e desenvolvimento da participação coletiva na unidade, principalmente no quesito da proposição de projetos relacionados às Artes Integradas. Essa convergência também foi observada nas entrevistas realizadas com o corpo docente de Artes participante, assim como os dados coletados entre o corpo docente do questionário aplicado no turno da tarde, inclusive com concordância majoritária a respeito da possibilidade de contribuição curricular das manifestações artísticas como presença na escola. Entre os estudantes, a roda de conversas apontou uma necessidade relevante de ampliar as manifestações artísticas na instituição, seja como amparo ao processo de ensino/ aprendizagem, seja como mecanismo de

maior engajamento e socialização. A seguir o Quadro 3, destacando os eixos, dados da pesquisa e ações propositivas.

Quadro 3 – Dados da pesquisa e ações propositivas

<b>Eixos</b>	<b>Dados da pesquisa</b>	<b>Ações Propositivas</b>
1-Participação/ PPP	Déficit no engajamento e participação coletiva na unidade. Fatores estruturais, conjunturais e culturais no sistema educacional são determinantes, inclusive na construção do PPP isso está retratado, sendo uma construção protocolar e não plural.	Ampliar a cultura institucional de participação coletiva. Promovendo mecanismos de motivação e inclusão da comunidade escolar. Tais ações demandam investimentos estruturais e recursos financeiros direcionados, incentivos e aporte governamental são imprescindíveis. Os projetos de Arte e cultura na escola podem ser veículos de engajamento, já que a pesquisa apontou disponibilidade e empatia à ideia na pesquisa de campo.
2-Gestão Curricular e Artes Integradas	A grade curricular pré estabelecida, a carga horária inflexível e os conteúdos obrigatórios, foram apontados entre os participantes da pesquisa, como elementos de restrição a uma gestão curricular favorável à prática e presença constante das Artes Integradas na escola. Somado a esses fatores, os problemas estruturais da unidade, principalmente a ausência de um espaço destinado à Arte e Cultura.	Ampliar o debate no espaço coletivo de reuniões institucionais para a construção de projetos artísticos. Inclusive, estimular a participação plural na forma de investir os recursos financeiros da escola, para viabilizar um ateliê e/ou outros espaços de uso integrado para promoção da cultura. É possível através da convergência dispositiva observada na pesquisa de campo, estabelecer aulas conjuntas, entre diferentes disciplinas, em um dado espaço de uso coletivo e integrado, seja com a carga horária vigente, tornando-a flexível e legalmente amparada.
3-Autonomia Escolar	A autonomia escolar perpassa por questões hierárquicas, institucionais, legais e esferas de poder distintas. Existem limitações em uma unidade escolar que perpassam por legislação e orientações governamentais, que por vezes, são absorvidas de forma discricionária pelos entes públicos. Os fatores de ordem financeira e orientações políticas,	Buscar alternativas legais e propositivas que podem atenuar os obstáculos a uma maior autonomia institucional. Promover conscientização, clareza e participação coletiva a respeito das demandas e possibilidades pedagógicas locais. Portanto inerentemente, o eixo participação é essencial a uma escola mais independente e com personalidade, ou seja,

	podem apresentar elementos restritivos a uma escola mais autônoma e próxima a uma realidade apresentada.	adequada e mais próxima à conjuntura posta.
--	--	---

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

O Plano de Ação Educacional (PAE) se baseia no uso da ferramenta 5W2H. O método 5W2H é uma ferramenta de gestão utilizada para definir direcionamentos estratégicos de um plano. A ideia é responder sete (7) perguntas básicas, para entender quais são os próximos passos necessários para que o projeto inicial seja colocado em prática. Nessa metodologia sua explicação está no próprio nome: 5W2H são, literalmente, as letras iniciais em inglês das sete perguntas que precisam ser respondidas para ter o direcionamento necessário. Sendo: 1. What? (O quê?), ações e descrições mais detalhadas sobre o que é o projeto em questão. 2. Why? (Por quê?), aqui é importante entender qual é o propósito desse projeto, ou seja, a justificativa para sua realização. 3. Where? (Onde?), é a localização em que esse projeto vai ser executado. 4. When? (Quando?), ter uma data definida é essencial, porém cabe ressaltar que estabelecer prazos e limites são fundamentais para atenuar imprevistos e obstáculos que possam surgir. 5. Who? (Quem?), estabelecer os participantes do projeto a partir dos critérios de inclusão propostos. 6. How? (Como?), propor os métodos e formas de atingir e viabilizar o exercício do projeto. 7. How much? (Quanto?), levantar os custos e os investimentos necessários para a execução do projeto (Corrêa, 2019). A seguir o Quadro 4, baseado na ferramenta 5W2H.

Quadro 4 – Ações a serem executadas 5W2H

Nº de ações	What - O quê?	Why - Por quê?	Were - Onde?	When - Quando será feito?	Who - Quem?	How - Como?	How much - Quanto?
1- Ação 1 – Encontros e argumentação	Promover e discutir a implementação de projetos relacionados às Artes integradas no cotidiano da unidade, em reuniões pedagógicas/ módulo II na escola.	As reuniões pedagógicas e de módulo II possuem quórum significativo de profissionais envolvidos da escola.	IEE/JF	Reuniões pré-estabelecidas no calendário escolar anual de 2026.	Gestão/ coordenação e corpo docente da instituição.	Apresentação de projetos culturais possíveis de executar na escola, possibilitando a maior divulgação e informação possível.	Custo médio de uma reunião escolar, envolvendo o café coletivo entre os participantes.
2- Ação 2 – Fotografia através do celular	Implementar um projeto de fotografia, através de aparelhos de celular. (A unidade escolar em questão recebeu 80 aparelhos para uso coletivo e pedagógico através da SEE-MG).	A fotografia pode ser uma importante ferramenta auxiliar no processo de ensino/aprendizagem, inclusive, com um olhar artístico e lúdico.	IEE/JF, entorno da escola, pontos turísticos de Juiz de Fora.	Dias letivos, conforme calendário escolar anual de 2026.	Estudantes do Ensino Fundamental II do turno da tarde da escola e o corpo docente envolvido nas turmas.	Promover junto aos estudantes a importância da fotografia, sua relação com as Artes e estímulo à criatividade e observação da paisagem local.	Custo de locomoção e transporte quando necessário.
3- Ação 3- Exposição dos trabalhos	Promover a exposição coletiva das fotografias registradas pelos estudantes.	A divulgação das fotos é uma forma de valorizar e dar visibilidade aos trabalhos dos estudantes.	IEE/JF	Dias letivos conforme calendário escolar anual de 2026.	Aberto à comunidade escolar envolvida.	As fotos digitais são arquivadas e expostas em telão de Datashow, já disponível na escola. Essa exposição pode vir acompanhada de	A maior parte dos insumos necessários já estão disponíveis na escola. Portanto, algum custo

Nº de ações	What - O quê?	Why - Por quê?	Were - Onde?	When - Quando será feito?	Who - Quem?	How - Como?	How much - Quanto?
						música, teatro, pintura, etc.	adicional pode estar incluso no orçamento da unidade.
4 - Ação 4 – Selfies entre estudantes	A fotografia Também pode ser um instrumento de socialização e promoção de vínculos de afeto e estímulo de habilidades artísticas.	Ao registrar fotos não apenas das paisagens, como também dos colegas da escola e suas relações de amizade.	IEE/JF	Dias letivos conforme calendário escolar anual de 2026.	Estudantes do Ensino Fundamental II do turno da tarde.	Registrar expressões faciais, emoções, relações de amizade entre os estudantes pode ser uma forma de estabelecer vínculos coletivos.	Custo Zero.
5 - Ação 5 – Desenho, pintura e criatividade	Reprodução em desenho ou pintura das fotografias expostas. Reprodução em desenho ou pintura de obras importantes da Arte Nacional e/ou internacional.	Desenhar ou pintar a imagem digitalizada é uma forma de imersão e reflexão das imagens. Reproduzir obras consagradas é uma forma de conhecer Arte e Cultura universal.	IEE/JF	Dias letivos conforme calendário escolar anual de 2026.	Estudantes do Ensino Fundamental II do turno da tarde	As imagens a serem reproduzidas pelos estudantes podem ser exibidas coletivamente no Datashow, ou em grupos na sala de informática.	Custo Zero.

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

As proposições apresentadas no Quadro 4 tem por objetivo torná-las exequíveis e, que também estejam em conformidade com as diretrizes da BNCC, do Currículo Referência de Minas Gerais, do PPP e Regimento da unidade escolar em questão. As proposições apontadas estão identificadas como ações, numeradas de 1 a 5, sendo as seções de 4.1 a 4.5.

#### 4.1 AÇÃO 1 – ENCONTROS E ARGUMENTAÇÕES

Oportunizar esse tempo nas reuniões para pautar atividades artísticas, também é uma forma de discutir um projeto curricular que dê personalidade à escola, para Roldão; Almeida, (2018) “O currículo torna-se projeto curricular quando a escola (ou grupo de escolas servindo uma comunidade) assume o seu conjunto de opções e prioridades de aprendizagem”.

Trazer ao debate coletivo junto à gestão, coordenação e ao corpo docente a importância de implementação de projetos artísticos na unidade é um passo essencial para ampliar a participação, a interação e o conhecimento da proposta. Esse debate deve ser colocado em pauta nas reuniões pedagógicas previamente agendadas no calendário escolar de 2026, mesmo havendo outras pautas que envolvem toda a organicidade da escola, será indispensável a reserva de tempo durante esses encontros para viabilizar a proposta. Para Domingues (2005) *apud* Bicalho; Oliveira (2011), a aproximação de diferentes disciplinas é importante para a resolução de problemas específicos, incluindo a diversidade de metodologias, daí a importância de reuniões pautadas. O calendário escolar que envolve diversas demandas, encontra nessas reuniões pedagógicas e de Módulo II, um espaço adequado à construção de iniciativas que podem se desdobrar em práticas voltadas às Artes Integradas na instituição, inclusive esses encontros abrangem a carga horária obrigatória dos profissionais da escola, resultando naturalmente em uma participação mais expressiva de todos os envolvidos. É um momento também propício a ouvir, escutar e propor novas ações, possibilitando trocas de experiências e novas ideias, ratificando também os dados coletados na pesquisa de campo, principalmente nas questões que envolvem o apoio majoritário das Artes na escola.

Uma unidade escolar das proporções dessa instituição da pesquisa, envolve uma gama de demandas muito grande e diversa. Planejar e praticar momentos coletivos na escola, para desenvolver reuniões e debates a respeito de possíveis

projetos e ações envolvendo Artes e manifestações culturais, reivindica participação e conhecimento majoritário do corpo docente envolvido, além da gestão e coordenação escolar. As reuniões de Módulo II, onde há um espaço e tempo adequado às essas questões, podem representar um momento determinante à realização desse planejamento e apontamento aos projetos culturais na instituição. No calendário abaixo, Figura 5, as datas respectivas de 11/04/26, 23/05/26 e 20/06/26, atendem às propositivas da Ação 1, ou seja, dias oportunos à exposição de ideias, debates e conversas entre os professores, coordenação e gestão, oportunamente podem ser transformadas em ações concretas, principalmente no segundo semestre de 2026, havendo assim, tempo hábil à consolidação do entendimento e abertura coletiva em viabilizar a maior presença artística nesta escola. A diversidade do corpo docente, com suas especificidades e singularidades, tem a capacidade de promover e contribuir democraticamente para uma escola mais lúdica, pensar alternativas, criar possibilidades e de maneira colaborativa e empática, exercer pedagogicamente as Artes como presença cotidiana. Importante ressaltar que as datas acima mencionadas também devem ter a BNCC e o Currículo Referência de Minas Gerais em pauta, pois neles estão parâmetros e diretrizes que corroboram legalmente a prática cultural na educação.

Abaixo o Calendário Escolar 2026 da unidade pesquisada, importante para apontar algumas ações de planejamento das proposições. O calendário está representado na Figura 5.

Figura 5 – Calendário Escolar 2026



SECRETARIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS  
SUPERINTENDENCIA REGIONAL DE ENSINO DE JUIZ DE FORA  
CALENDÁRIO ESCOLAR - ANO 2026  
Resolução SEE n. 5.222 de 04/12/2025.

Instituto Estadual de Educação de Juiz de Fora

DL: 00 janeiro DE: 00						
D	S	T	Q	Q	S	S
				1FN	2F	3F
4F	5F	6F	7F	8F	9F	10F
11F	12F	13F	14F	15F	16F	17F
18F	19F	20F	21F	22F	23F	24F
25F	26F	27F	28F	29F	30F	31F

DL: 13 fevereiro DE: 04						
D	S	T	Q	Q	S	S
1	2DE	3DE	4IT	5	6	7
8	9	10	11	12	13	14
15	16R	17R	18R	19DE	20DE	21
22	23	24	25	26	27	28M

DL: 22 março DE: 00						
D	S	T	Q	Q	S	S
1	2	3	4	5	6	7
8	9	10	11	12	13	14
15	16	17	18	19	20	21M
22	23	24	25	26	27	28
29	30	31				

DL: 18 abril DE: 00						
D	S	T	Q	Q	S	S
			1	2R	3	4
5	6	7	8	9	10	11M
12	13	14	15	16	17	18
19	20R	21FN	22	23	24	25
26	27	28	29	30		

DL: 20 maio DE: 00						
D	S	T	Q	Q	S	S
					1FN	2
3	4	5	6	7	8	9
10	11	12	13	14	15	16
17	18	19	20T	21IT	22	23M
24	25	26	27CE	28	29	30
31						

DL: 21 junho DE: 00						
D	S	T	Q	Q	S	S
	1	2	3	4R	5R	6
7	8	9	10	11	12	13
14	15	16	17	18	19	20M
21	22	23	24	25	26	27SL
28	29	30				

DL: 13 julho DE: 00						
D	S	T	Q	Q	S	S
			1	2	3	4
5	6	7	8	9	10	11M
12	13	14	15	16	17	18
19	20R	21R	22R	23R	24R	25R
26	27	28R	29R	30R	31R	

DL: 21 agosto DE: 00						
D	S	T	Q	Q	S	S
						1
2	3	4	5	6	7	8
9	10	11	12	13	14	15
16	17	18	19	20	21	22M
23	24	25	26	27	28	29
30	31					

DL: 22 setembro DE: 00						
D	S	T	Q	Q	S	S
			1	2	3	4
5	6	7FN	8	9T	10IT	11
12SL	13	14	15	16	17	18
19M	20	21	22	23	24	25
26	27	28	29	30		

DL: 17 outubro DE: 00						
D	S	T	Q	Q	S	S
				1	2	3
4	5	6	7	8	9	10
11	12FN	13R	14R	15R	16R	17
18	19	20	21	22	23	24M
25	26	27	28	29	30	31

DL: 19 novembro DE: 00						
D	S	T	Q	Q	S	S
1	2FN	3	4	5	6	7M
8	9	10	11	12	13	14
15FN	16	17	18	19	20FN	21
22	23	24	25	26	27	28
29	30					

DL: 14 dezembro DE: 03						
D	S	T	Q	Q	S	S
			1	2	3	4
5	6	7	8	9	10	11
12M	13	14	15	16	17	18T
19	20	21DE	22DE	23DE	24R	25FN
26R	27	28	29R	30R	31R	

F	Férias Escolares
FN	Feriado Nacional
IT	Início ano/semestre letivo
T	Término ano/semestre letivo
SL	Sábado letivo
DE	Dia escolar
EIR	Estudos Independentes de Recuperação
R	Recesso
CE	Dia Nacional do Censo Escolar
DD	Dia de Busca Ativa
M	Módulo II
13	Feriado Municipal
#	Colegiado Escolar

<b>ORGANIZAÇÃO ANUAL DOS BIMESTRES</b>		
1º Trimestre:	04/02/2026 a 20/05/2026.	
2º Trimestre:	21/05/2026 a 09/09/2026.	
3º Trimestre:	10/09/2026 a 18/12/2026.	
<b>CONSELHO DE CLASSE:</b>		<b>REUNIÃO DE PAIS:</b>
CC 1 - 1º Bimestre:	14/05 a 20/05/2026	1º Bimestre: 21/05 a 03/06/2026.
CC 2 - 2º Bimestre:	02/09 a 09/09/2026	2º Bimestre: 10/09/a 22/09/2026.
CC 3 - 3º Bimestre:	11/12 a 18/12/2026.	3º Bimestre: 21/12 a 23/12/2026.
<b>Referências de Sábados letivos e Correspondência Anual:</b>		
Sábado 27/06/2026 (ref. Sexta-feira)	Quarta-feira 22/04/2026 (ref. Segunda-feira)	
Sábado 12/09/2026 (ref. Segunda-feira)	Quarta-feira 03/06/2026 (ref. Sexta-feira)	
<b>Módulo II (M):</b>		
28/02/2026.	20/06/2026.	24/10/2026.
21/03/2026.	11/07/2026.	07/11/2026.
11/04/2026.	22/08/2026.	12/12/2026.
23/05/2026.	19/09/2026.	
<b>APROVAÇÃO DO COLEGIADO ESCOLAR:</b>		

Diretor(a) da Escola: \_\_\_\_\_

Inspetor(a): \_\_\_\_\_

Fonte: IEE/JF (2026).

A partir da exposição do devido Calendário Escolar 2026, os duzentos (200) dias letivos instituídos legalmente pelo sistema educacional brasileiro, expressa ampla viabilidade de ações pedagógicas propositivas à Arte e cultura na escola, pois há tempo hábil considerável às ações planejadas neste sentido, porém, cabe a todo o corpo gestor, coordenador, docente e discente, promover práticas convergentes e efetivas à utilização racional desse Calendário, seja em conformidade aos conteúdos

básicos curriculares, seja em conexão às atividades artísticas pedagógicas possíveis.

#### 4.2 AÇÃO 2 – FOTOGRAFIA ATRAVÉS DO CELULAR

Apontar uma possibilidade inicial através de uma ideia factível, pode ser determinante para os desdobramentos de um projeto e suas adjacências. Portanto, ressaltando a preconização da BNCC na unidade temática Artes Integradas, como objeto de conhecimento, “contextos e práticas, processos de criação, matrizes estéticas e culturais, patrimônio cultural e Arte e tecnologia” (Brasil, 2018), a fotografia ganha importante relevância, seja como prática e suas derivações artísticas possíveis. Os fatores conjunturais e estruturais que inerentemente envolvem a sociedade e por consequência a escola, estão diretamente associados à tecnologia ubíqua, neste ponto, o uso da fotografia como ferramenta de Arte e Cultura pode se ampliar para fins pedagógicos, envolvidos no processo de ensino e aprendizagem. A escola possui aparelhos de celular disponíveis para desenvolver um projeto de fotografia entre os discentes do Ensino Fundamental II, incorporados como patrimônio público da instituição escolar via SEE/MG, esses aparelhos possibilitam a inclusão de alunos que não possuem acesso a *smartphones*, que poderão ser usados em tempo e local pré determinados à realização das fotografias com viés artístico.

Existem diversas formas em desenvolver a fotografia para fins pedagógicos, nesta ação, a propositiva é trazer aos estudantes noções básicas de fotografia, principalmente através do uso prático, com o auxílio dos aparelhos e do aplicativo de fotografia, buscar dentro da própria unidade escolar histórica, na arquitetura circunvizinha ao prédio escolar, e, em visitas a determinados pontos da cidade, previamente planejados e autorizados (parques, praças, jardim botânico, museu etc.), explorar as mais diversas possibilidades, seja na observação espacial, seja no olhar crítico e analítico, através da sensibilidade de um instante, retratar através da imagem capturada um processo de desdobramentos, tanto na contemplação, organização, exposição e realização de eventos para a comunidade escolar envolvida. Obviamente que esse movimento de sair de sala de aula com os estudantes, para prática externa e visitas, demandam elementos extras (autorização dos responsáveis, disponibilidade de vagas para visita da escola,

transporte e respectivo custo etc.), porém, questões bastante exequíveis a serem realizadas havendo planejamento e ações assertivas da instituição. Abaixo, o Quadro 5 demonstra de forma objetiva uma proposta envolvendo a fotografia como ação pedagógica de Arte e Cultura.

#### Quadro 5 – Projeto de fotografia através do celular

- **Título da prática** - Observando o mundo através da fotografia.
- **Etapas de ensino** - Turmas do Ensino Fundamental II – Tarde - IEE/JF
- **Componentes Curriculares** - Artes, Geografia e Ciências
  - **Local: Jardim Botânico da UFJF – Juiz de Fora/ MG**
  - **Objetivos:**
    - ✓ Promover o exercício de observação da paisagem aos estudantes
    - ✓ Incentivar o olhar ambiental de cidadania e sustentabilidade
    - ✓ Exercitar práticas de conscientização sobre a relevância da natureza
    - ✓ Destacar a importância de áreas verdes em centros urbanos
    - ✓ Praticar a socialização entre o coletivo escolar
    - ✓ Conjuguar os conhecimentos teóricos de sala de aula em ambientes abertos, envolvendo Artes, Geografia e Ciências (observação de espécies vegetais e animais, qualidade do ar, preservação ambiental, fotografia das paisagens, desenho a céu aberto etc.).
    - ✓ Contemplação, roda de conversas sobre a experiência vivenciada, engajamento coletivo.

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

Essa proposição também pode desenvolver trabalhos relacionados aos conceitos intrínsecos às diversas áreas do conhecimento, envolvendo noções de espaço, pertencimento, afeto, envolvimento social, formas geométricas da arquitetura, história da arquitetura, meio ambiente etc. Vivenciamos tempos de mudanças climáticas e episódios extremos no clima cotidianamente, a partir dessa unidade temática que envolve geografia e ciências, principalmente, é viável levar os

estudantes à observação do excesso de lixo nas ruas, suas causas, consequências e possíveis soluções, um projeto importante, que envolve também cidadania, direitos, deveres, consciência social, dentre outros, um exemplo de ação possível e viável que a fotografia pode ser uma fermenta determinante, inclusive, com forte apelo na comunidade escolar, sendo gerado de forma palpável, pode trazer retornos incontáveis como elemento educacional.

Estimular a criatividade é essencial através da fotografia, além disso, perpassa por seis dimensões do conhecimento: Criação, crítica, estesia, expressão, fruição e reflexão, fatores indissociáveis às Artes Integradas, "... explora as relações e articulações entre as diferentes linguagens e suas práticas, inclusive aquelas possibilitadas pelo uso das novas tecnologias de informação e comunicação" (Brasil, 2018).

#### 4.3 AÇÃO 3 – EXPOSIÇÃO DOS TRABALHOS

Promover a exposição das fotografias retratadas pelos estudantes é uma forma de dar visibilidade e valorizar o trabalho realizado, inclusive, essas exposições podem ser organizadas de forma temática, ou seja, conforme o eixo trabalhado e/ou lugar visitado e envolvido. Essa exposição pode ser desenvolvida em dias letivos pré estabelecidos no calendário escolar, como também em semanas culturais, agregando assim, outras formas de Artes e manifestações culturais, envolvendo música, teatro, dança, artes visuais, conforme o engajamento e organização envolvendo os estudantes das turmas do Ensino Fundamental II e seu respectivo corpo docente. A ideia é transformar uma exposição de fotografias, em um evento cultural presente no calendário da escola, gerando uma prática de incentivo frequente dessas ações na unidade, para promover uma cultura artística e seus desdobramentos. Trazer de forma convergente educação e Arte é um passo de transformação, para Rodrigues (2001), "educar compreende acionar os meios intelectuais de cada educando para que ele seja capaz de assumir o pleno uso de suas potencialidades físicas, intelectuais e morais para conduzir a continuidade de sua própria formação". Acionar os meios intelectuais de cada educando é também uma forma de inclusão, de proporcionar acolhimento e viés de pertencimento à uma determinada conjuntura. Ainda, sobre a capacidade da Arte em promover sentidos, a estesia como é retratada na BNCC edificando o desenvolvimento à sensibilidade do

educando, “...essa dimensão articula a sensibilidade e a percepção, tomadas como forma de conhecer a si mesmo, o outro e o mundo. Nela, o corpo em sua totalidade (emoção, percepção, intuição, sensibilidade e intelecto) é o protagonista da experiência”. Brasil, (2018). Conhecer a si mesmo, o outro e o mundo é um grande desafio, porém, aí pode estar representado o verdadeiro sentido do termo Educação.

A integração das diversas formas de Arte durante a exposição de fotografias, também pode ser uma oportunidade de descobrir ritmos musicais desconhecidos e/ou de menor apelo popular, como exemplo, trabalhar artistas clássicos (música erudita), seu recorte histórico e contexto, músicas regionalistas e movimentos culturais (Movimento Manguebeat), músicas instrumentais (Choro/ Chorinho), rock brasileiro da década de 1980, enfim, são possibilidades múltiplas que podem se conectar às mais diversas áreas do conhecimento dispostas no currículo escolar, e, o mesmo se dá com o teatro, promovendo autuação e interpretação de histórias, releitura de peças, com a dança, integrando e socializando os estudantes e com as artes visuais e suas formas de manifestação.

#### 4.4 AÇÃO 4 – SELFIES ENTRE ESTUDANTES

Um outro desdobramento que pode ser trabalhado junto aos estudantes com a fotografia são as *Selfies*, ou seja, autorretratos digitais, individuais e coletivos, que possam servir de ferramentas de socialização, senso coletivo, pertencimento e inclusão. Essa maneira de trabalhar fotografias é uma inspiração proveniente de Sebastião Salgado<sup>5</sup>, que em algumas de suas obras, explorava as feições e aspectos sensíveis às características humanas. Nesta ação, apresentar Sebastião Salgado aos estudantes é um propósito a se realizar, seja pela importância de sua obra, seja pelo impacto visual e cultural do seu legado. A ideia das *selfies* entre os estudantes, também pode ser uma ferramenta para exercício da autoestima, autoconhecimento, sendo inclusive, apoio para trabalho integrado a uma peça de teatro que possa vir a surgir em meio às manifestações artísticas propostas, cada expressão facial pode demonstrar emoções distintas do indivíduo (alegria, tristeza, seriedade, cansaço, animação etc), trabalhar emoções individuais e coletivas em

<sup>5</sup> Sebastião Ribeiro Salgado Júnior - Nasceu no município de Aimoré, no interior de Minas Gerais, em 8 de fevereiro de 1944, falecimento em 23 de maio de 2025, Paris, França. Foi um fotógrafo documental e fotojornalista brasileiro. Salgado viajou por mais de 120 países para seus projetos fotográficos.

uma turma do Ensino Fundamental II na escola em questão será um exercício de vivência. Abaixo, o Quadro 6 ilustra a ideia apresentada nesta ação.

Quadro 6 – Selfies entre estudantes

Local – IEE/JF	Objetivos	Referência
A prática pode ser realizada em sala de aula ou nas áreas externas da instituição (pátio, quadra, salão), envolvendo todas as turmas do Ensino Fundamental II turno da tarde.	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Promover a socialização entre os integrantes da turma.</li> <li>✓ Trabalhar individualidades relacionadas à autoestima, expressão facial, sentimentos, respeito ao próximo.</li> <li>✓ Combate ao bullying.</li> <li>✓ Suporte a um possível projeto envolvendo teatro e atuação cênica na escola.</li> </ul>	➤ Sebastião Salgado é uma das maiores referências da fotografia mundial. Parte de sua obra envolve fotografias que evidenciam as diversas expressões faciais humanas. Ter a possibilidade de apresentar Sebastião Salgado aos estudantes, possibilita uma compreensão concreta do objetivo dessas selfies na escola.

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

A fotografia tem a capacidade de desenvolver nossas experiências passadas, trazer lembranças, registrar o presente e futuramente termos parâmetros de comparação, para Steinke; Reis Junior; Costa (2014), “A fotografia cumpre seu papel social para reconhecemos o mundo e nos fazer reconhecidos neste mundo”. Reconhecer-se neste mundo é um aspecto inerente de pertencimento.

#### 4.5 AÇÃO 5 – DESENHO, PINTURA E CRIATIVIDADE

Explorando ainda mais o produto das fotografias registradas pelos estudantes, é possível criar nestas exposições conjuntamente, premiações simbólicas na instituição de forma a valorizar e incentivar os estudantes que produziram imagens com apelo artístico, que possa ter ampla divulgação digital pela

internet, e, também, desenvolver aulas de desenho e/ou pintura a partir dessas melhores fotografias captadas. Desenvolvendo melhor a propositiva destacada, a divulgação dos trabalhos de desenho e pintura dos estudantes pode ser através das redes sociais da escola, pois é o espaço adequado às práticas contemporâneas de comunicação social, essa divulgação é possível através do laboratório de informática da instituição, com datas e horários previamente agendados para tal ação. As aulas para a reprodução de desenhos ou pinturas independem da disciplina, já que no questionário aplicado aos docentes, houve relevante abertura às iniciativas culturais na unidade em questão, podendo ser aprofundado nas aulas específicas de Arte, envolvendo técnicas específicas de desenho e pintura. As possíveis premiações simbólicas aos estudantes que se destacarem por suas obras, pode ser um elemento de incentivo e reconhecimento social, valorizando a participação e o talento dos envolvidos. As premiações simbólicas podem ser angariadas através de gincanas na escola, doações e apoio da própria comunidade escolar, onde o valor em pecúnia não seja o objetivo central, mas sim, o reconhecimento do valor artístico, e isso, também é um valor educacional para se trabalhar em uma escola, de forma concreta, os prêmios simbólicos podem ser: medalhas, chocolates, canetas, cadernos, camisas, chinelos etc. Importante também ressaltar que, a apresentação de obras de grandes pintores(as) nacionais e internacionais aos discentes, representa outra relevante possibilidade de imersão cultural, seja de forma digitalizada através do Datashow, as múltiplas obras de arte podem ser baixadas em arquivos específicos disponíveis online, organizadas por períodos históricos, movimentos culturais (Barroco, Renascimento, Impressionismo, Modernismo, ou até mesmo arte urbana contemporânea), localização geográfica, representam possibilidades diversas na prática artística cotidiana da escola, criando um ambiente fértil para reconhecer obras de arte, sua história e influência na humanidade e, novamente, abrangendo diversas áreas do conhecimento curricular. Vale ressaltar que as ideias, as propositivas e destaques apontados neste Plano de Ação Educacional, podem ser adaptados e encorpados a partir do envolvimento e participação coletiva, como evidenciado na pesquisa, nada é estático, a disposição em implementar mais Arte na escola, apontada pela gestão, coordenação, corpo docente e corpo discente deve ser combustível às mudanças. “A arte é a prova viva e concreta de que o homem é capaz de restabelecer, conscientemente e, portanto, no plano do significado, a união entre sentido, necessidade, impulso e ação que é

característica do ser vivo”. Dewey, (2010). Sentir-se vivo estando vivo, apesar de o paradigma flertar à obviedade, na prática nem sempre isso é possível, portanto, se a Arte tiver a capacidade de colorir os dias escolares, literalmente ou não, todos esses esforços não serão em vão para a educação.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A motivação para o desenvolvimento da presente pesquisa, veio da ausência ou, de forma mais generosa, da escassez de Arte e cultura no cotidiano pedagógico da escola em questão. Não há na presente pesquisa a pretensão unilateral de promover a implementação de Artes Integradas na instituição, há sim, uma proposta exequível em trazer um problema que envolve gestão curricular e seus desdobramentos pedagógicos, envolvendo Arte e Cultura na educação. Poder trazer reflexões a respeito desse tema, envolve a preocupação referente ao ensino excessivamente conteudista e tradicional, contrapondo às demandas contemporâneas de uma sociedade ubíqua tecnologicamente, que promove necessidades dinâmicas, diametralmente oposta à prostração. Trazer ideias possíveis, apontar viabilidades legais, são critérios inerentes a uma educação mais libertadora e criativa, compreender uma escola a partir de uma conjuntura temporal em um dado temático, no caso, Arte e Cultura, são os elementos de convergência da presente pesquisa, principalmente quando podemos ter a compreensão que podemos fazer mudanças dentro de uma realidade factível.

A gestão curricular de uma escola envolve questões multifatoriais, abrange desde as leis e diretrizes educacionais vigentes, passando pelo nível de autonomia escolar da unidade e sua capacidade discricionária, envolvimento e participação dos profissionais e estudantes da instituição e demais envoltura da comunidade escolar, seu arranjo estrutural e conjuntural. Ainda, a gestão curricular não pode ser uma ação impositiva, em sistemas democráticos, essa gestão deve ser construída coletivamente, plural e a base do engajamento mais abrangente possível. Essas propositivas não perpassam pela simplicidade e pragmatismo, ou seja, promover participação e debate coletivo envolve o exercício constante, gradativo e insistente, inclusive, são traços culturais que estão nos horizontes de médio, longo prazo, e, claro, ninguém faz isso de maneira individual, até porque a escola é uma instituição coletiva, complexa e diversa.

A unidade escolar da pesquisa, por suas particularidades e razões intrínsecas, possui grande potencial para explorar eixos e projetos pedagógicos que estejam alinhados às mais diversas manifestações artísticas amparadas na BNCC, no Currículo Referência de Minas Gerais, em suas respectivas vigências e recortes temporais, ainda, as Artes estão também ratificadas direta e indiretamente pelas

diretrizes do Projeto Político Pedagógico e Regimento Escolar do IEE/JF, em construção permanente e aprimoramento indispensável. Cabe então, reunir os propósitos favoráveis, a disposição de toda comunidade escolar envolvida, a legislação sancionada, as ideias coletivas e criativas, para buscar uma possibilidade pedagógica de ensino e aprendizagem mais lúdica e participativa envolvendo as Artes Integradas. Usar os aspectos possíveis e positivos são determinantes para criar possibilidades na gestão curricular de uma unidade escolar, isso não significa ignorar os obstáculos e limitações, significa a não conformidade a um modelo de educação tradicional e/ou datado, que traz um estigma maçante, um ambiente exaustivo e que encontra terreno fértil ao desânimo e à incapacidade de renovação.

A introdução da pesquisa traz o questionamento a respeito da escassez de Arte e Cultura no turno da tarde da escola em questão, foco da abordagem devido sua conjuntura complexa e ampla no contexto da instituição educacional. No capítulo 2, as perspectivas e a realidade empírica envolvendo a gestão curricular voltada às manifestações artísticas, o amparo legal ao tema e a dissonância com o exercício prático no cotidiano da unidade. Também, ao final do capítulo em questão, foram apontados vetores importantes aos obstáculos à infraestrutura e condições gerais à educação na escola, envolvendo principalmente, baixo aporte financeiro e investimentos circundantes das esferas públicas, sendo a desvalorização profissional um problema bastante relevante e sensível aos problemas educacionais.

No capítulo 3, o desenho metodológico abarca os mecanismos de desenvolvimento do referencial teórico, em discussão, Artes Integradas, Gestão Curricular e Multidisciplinaridade, esses três referenciais levam respectivamente, a proposta de manifestações culturais, sua existência e exercício no currículo e a participação, esta última, uma idiosincrasia retórica no ambiente escolar em análise, onde a atividade prática nem sempre é capaz de se efetivar. Ainda no capítulo terceiro, a narrativa da metodologia da pesquisa aplicada, seus aspectos inerentes, legais e normativos, com uma abrangência entre gestores, coordenação pedagógica, corpo docente e estudantes do Ensino Fundamental II do especificado turno, esses atores da pesquisa estiveram envolvidos em entrevistas, questionário e roda de conversas.

Já o capítulo 4, em destaque o Plano de Ação Educacional (PAE), não há aqui a intenção definitiva de resolução dos problemas e lacunas encontradas à ausência/carência de manifestações artísticas na escola, há sim, uma inquietude

que busca alternativas e ideias a um ambiente escolar mais lúdico, cultural, engajado, participativo e, com possibilidades reais de transformar uma realidade posta, longe de ser imutável. Cabe também a pertinente reflexão e debate à autonomia escolar, pedagógica, que de forma indissociável força mais participação e coletividade plural e inclusive de toda a comunidade escolar. A análise dos dados coletados na pesquisa de campo, levam à disposição majoritária dos sujeitos participantes em desenvolver a maior presença das Artes na instituição, cabe, portanto, estabelecer na prática através de uma gestão curricular mais colaborativa, sua efetivação cotidiana e exercê-la em organicidade.

Ter a oportunidade de participar de um mestrado profissional em educação, de uma instituição pública brasileira, sem dúvidas é motivo de satisfação pessoal, pois a conjuntura histórica social desse país não favorece a maioria das pessoas, portanto, sim é um privilégio singular, uma oportunidade profissional, que traz uma visão mais ampla da educação vivenciada como professor em exercício de sala de aula, mas, promove desafios futuros porque o aparato de ferramentas de transformação foram ampliadas, espero saber aplicá-las, cotidianamente, e aprendendo mais, cotidianamente.

Em analogia com o tempo, a Arte não é estática, Arte é movimento, não são todos que conseguem apreciá-la, compreendê-la, mesmo que não seja feita para entender. Para alguns ou muitos, a Arte passa despercebida, seja a Arte humana ou a abstrata Arte da natureza, essa sim, verdadeiramente abstrata, verdadeiramente inexplicável, misteriosa e difusa, cabe a cada indivíduo a capacidade singular de interpretação. Assim como o tempo, a Arte é subjetiva, composta por camadas, nuances, cores... capaz de tocar pessoas de formas distintas, sim somos assim também, distintos, essa é a diversidade que também está na escola, institucionalmente um ambiente que jamais deve ser pasteurizado pelas conformidades burocráticas, autocráticas e beligerantes. Assim como o tempo, a Arte escorre entre os dedos da mão, não se segura, não se repreende, não se engessa. A Arte, assim como o tempo, inerentemente precisa estar presente na escola, seja como ensino, seja como aprendizagem, seja como vivência e experiência. Este estudo é uma iniciativa, de modo a exercê-lo em ações práticas, na tentativa de consolidação efetiva.

A capacidade humana de criação não possui fronteiras, precisa ser constantemente estimulada e, a escola é terreno fértil de criação, desde que haja

ferramentas e possibilidades para tal. O processo de ensino e aprendizagem não pode estar em inércia através de metodologias estritamente mecanicistas, mas, em constante desconstrução e dinamismo.

A Arte é um convite... um convite a pensar, cantar, tocar, dançar, atuar, desenhar, pintar, ouvir, sentir e aprender. Aprender!

## REFERÊNCIAS

ABUD, Carol de Oliveira; SOUZA, Luciano Pereira de; GORISCH, Patricia Cristina Vasques de Souza. **Mudança climática: uma crise previsível**. Unisanta Law and Social Science, [s. l.], v. 12, n. 1, 2024. Disponível em:

<https://periodicos.unisanta.br/LSS/article/view/908>. Acesso em: 28 mai. 2025.

ALMEIDA, Flávio Aparecido de. **Gestão Escolar: Administração, Supervisão, orientação e inspeção escolar - Dimensões teóricas, práticas e institucionais**. 1. ed. Guarujá - SP: Editora Científica Digital, 2022. v. 1. 86p. Disponível em:

<https://downloads.editoracientifica.com.br/books/978-65-5360-067-6.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2025.

ALMEIDA JUNIOR, J. S. DE. **Reflexões acerca do estágio curricular na formação do professor licenciado em teatro**. Educação em Revista, v. 29, n. 2, p. 43–64, jun. 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-46982013005000003>. Acesso em: 12 mai. 2025.

ANACHE A.A.; FERNANDES V.L.P. **Manifestações da criatividade no trabalho pedagógico do professor de artes visuais**. Psicologia Escolar Educacional, v.19, n.1, p.49-57, jan. 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2175-3539/2015/0191793>. Acesso em: 05 out. 2024.

ANDRADE, D. P.; CÔRTEZ, M.; ALMEIDA, S. **Neoliberalismo autoritário no Brasil**. Caderno CRH, v. 34, p. e021020, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.9771/ccrh.v34i0.44695>. Acesso em: 03 abr. 2025.

ARROYO, Miguel. **Currículo, território em disputa**. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

ARROYO, Miguel Gonzáles. **Indagações sobre o currículo: educandos e educadores: seus direitos e o currículo**. Brasília, DF: MEC/SEB, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/indag2.pdf>. Acesso em: 21 mai. 2025.

BARBOSA, Ana Mae. **Da interdisciplinaridade à interterritorialidade: caminhos ainda incertos**. Paidéia, Belo Horizonte, Ano 7, n. 9, p. 11-29, jul./dez. 2010. Disponível em: <https://revista.fumec.br/index.php/paideia/article/view/1288>. Acesso em: 03 out. 2024.

BASTOS, Manoel de Jesus. **A relevância do regimento escolar em uma instituição de ensino**. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação, [S. l.], v. 8, n. 12, p. 666–674, 2022. DOI: 10.51891/rease.v8i12.8060. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/8060>. Acesso em: 29 abr. 2025.

BICALHO, Lucinéia Maria; OLIVEIRA, Marlene. **Aspectos conceituais da multidisciplinaridade e da interdisciplinaridade**. Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, Florianópolis/SC, Brasil, v. 16, n. 32, p.

1–26, 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2011v16n32p1>. Acesso em: 27 mai. 2025.

BILHÃO, I. A.; KLAFKE, Á. **Igreja, Estado e educação: uma análise da constituição do Movimento de Educação de Base (MEB)**. Revista Brasileira de História da Educação, v. 21, p. e153, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.4025/rbhe.v21.2021.e153>. Acesso em: 19 out. 2024.

BOBBIO, Norberto; REVELLI, Marco (Org.). **Democracia e segredo**. Trad.: Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Editora Unesp, 2015.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 19 abr. 2025.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1996. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm). Acesso em: 19 abr. 2025.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2014. Disponível em: <file:///C:/Users/Windows/Downloads/plano-nacional-educacao-2014-2024-2ed-1.pdf>. Acesso em: 19 abr. 2025.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. Observatório Nacional de Direitos Humanos (**Observa DH**). **Violências intraescolares**. Brasília, DF, 2024. Disponível em: <https://observadh.mdh.gov.br/>. Acesso em: 24 mai. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018. Disponível em: [https://www.gov.br/mec/pt-br/escola-em-tempo-integral/BNCC\\_EI\\_EF\\_110518\\_versa\\_ofinal.pdf](https://www.gov.br/mec/pt-br/escola-em-tempo-integral/BNCC_EI_EF_110518_versa_ofinal.pdf). Acesso em: 08 fev. 2025.

BRITO, Franciele Aline Machado de; MOROSKOSKI, Márcia; SHIBUKAWA, Bianca Machado Cruz; OLIVEIRA, Rosana Rosseto de; HIGARASHI, Ieda Harumi. **Violência autoprovocada em adolescentes no Brasil, segundo os meios utilizados**. Cogitare Enfermagem, [S. l.], v. 26, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.5380/ce.v26i0.76261>. Acesso em: 24 mai. 2025.

CARVALHO, A. H. DE.; CUNHA, M. V. da. **Uma genealogia das teses de John Dewey acerca da arte na educação**. Educar em Revista, v. 37, p. e81888, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0104-4060.81888>. Acesso em: 15 mai. 2025.

CASTRO, Maria Helena Guimarães. **Breve histórico do processo de elaboração da Base Nacional Comum Curricular no Brasil**. Em Aberto, v.33, n. 107, p. 95-112, jan./abr. 2020. Disponível em: <http://emaberto.inep.gov.br/ojs3/index.php/emaberto/article/view/4557/3777>. Acesso em: 19 abr. 2025.

CHIZZOTTI, Antonio; BOCCHI, Roberta Maria Bueno. **O tempo da escola:** organização, ampliação e qualificação do tempo do ensino escolar. *Revista Educação em Questão, [S. l.], v. 54, n. 42, p. 65–89, 2016.* Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/10953>. Acesso em: 12 nov. 2025.

COLI, Jorge. **O que é arte.** 15. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995. Disponível em: [https://professor.ufop.br/sites/default/files/ceiomacedo/files/o\\_que\\_e\\_arte\\_jorge\\_coli\\_0.pdf](https://professor.ufop.br/sites/default/files/ceiomacedo/files/o_que_e_arte_jorge_coli_0.pdf). Acesso em: 28 ago. 2025.

CORRÊA, F. R. **Gestão da qualidade.** Volume Único. Rio de Janeiro: Fundação Cecierj, 2019.

COSTA, Ana Paula; MARRAFÃO, Jaqueline Araújo Esteves; MAGALHÃES, Epaminondas de Matos; PEREIRA, Marcos Aparecido. **Literatura e multidisciplinaridade:** a leitura literária como prática educacional integradora. *Revista Prática Docente, [s. l.], v. 9, p. e24008, 2024.* Disponível em: <https://periodicos.cfs.ifmt.edu.br/periodicos/index.php/rpd/article/view/831>. Acesso em: 28 mai. 2025.

DEWEY, John. **Arte como experiência.** (versão parcial) Tradução de Ricardo Corrêa Barbosa. São Paulo: Martins Fontes, 2010. Disponível em: <file:///C:/Users/Windows/Downloads/John%20Dewey%20-%20Arte%20como%20experi%C3%Aancia.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2025.

DUARTE, L. F. D. **Valores cívicos e morais em jogo na Câmara dos Deputados:** a votação sobre o pedido de impeachment da Presidente da República. *Religião & Sociedade, v. 37, n. 1, p. 145–166, jan. 2017.*

EÇA, T. T. P. DE. **Educação através da arte para um futuro sustentável.** *Cadernos CEDES, v. 30, n. 80, p. 13–25, jan. 2010.* Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-32622010000100002>. Acesso em: 05 out. 2024.

FREIRE, P. **Carta de Paulo Freire aos professores.** *Estudos Avançados, v. 15, n. 42, p. 259–268, maio 2001.* Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142001000200013>. Acesso em: 14 nov. 2024.

FUNDAÇÃO ITAÚ. **Estudo para a construção de políticas públicas de arte, cultura e educação** [recurso eletrônico]. São Paulo: Fundação Itaú, 2025. 62 p. Disponível em: <https://s3.sa-east-1.amazonaws.com/prd.editor.fundacaoitau.org.br/public/otherfile/401/file/7d3bd48a8094c89a0a928f13e56e1937.pdf>. Acesso em: 27 set. 2025.

GATTI, Bernadette. **Avaliação de sistemas educacionais no Brasil.** *Sísifo/Revista de Ciências da Educação, n. 09, maio/ago 09.* Disponível em: [https://professor.ufop.br/sites/default/files/danielmatos/files/gatti\\_2009\\_avaliacao\\_de\\_sistemas\\_educacionais\\_no\\_brasil.pdf](https://professor.ufop.br/sites/default/files/danielmatos/files/gatti_2009_avaliacao_de_sistemas_educacionais_no_brasil.pdf). Acesso em: 29 ago. 2025.

GUEDES, N. C. **A importância do Projeto Político Pedagógico no processo de democratização da escola.** *Ensino em Perspectivas, [S. l.], v. 2, n. 2, p. 1–15, 2021.*

Disponível em:

<https://revistas.uece.br/index.php/ensinoemperspectivas/article/view/4815>. Acesso em: 2 mai. 2025.

GOBBI, B. C. *et al.* **Uma boa gestão melhora o desempenho da escola, mas o que sabemos acerca do efeito da complexidade da gestão nessa relação?**. Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação, v. 28, n. 106, p. 198–220, jan. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-40362019002701786>. Acesso em: 07 nov. 2025.

GOMBRICH, E. H. **A História da Arte**. 16. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2000. Disponível em: <https://cursoseorientacoes.com/wp-content/uploads/2014/09/historia-da-arte-gombrich.pdf>. Acesso em: 15 mai. 2025.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Complexidade de Gestão da Escola. 2025**. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/indicadores-educacionais/complexidade-de-gestao-da-escola>. Acesso em: 10 mai. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Cidades e estados, 2022**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/mg.html>. Acesso em: 26 abr. 2025.

**Instituto Estadual de Educação de Juiz de Fora (IEE/JF)** - Av. Getúlio Vargas, s/n - Centro, Juiz de Fora - MG, 36010-040 Telefone: (32) 3215-6039.

INSTITUTO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO. **Projeto Político Pedagógico**. Juiz de Fora, MG, 2022. 71 páginas.

INSTITUTO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO. **Regimento Escolar**. Juiz de Fora, MG, 2022. 71 páginas.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (Iphan). **Bens Tombados**. 2025. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/126>. Acesso em: 27 abr. 2025.

JFLEGIS. **Prefeitura de Juiz de Fora**. Juiz de Fora, MG, 2025. Disponível em: <https://jflegis.pjf.mg.gov.br/norma.php?chave=0000013687>. Acesso em: 27 abr. 2025.

KROEF, Renata Fischer da Silveira; GAVILLON, Póti Quartiero; RAMM, Laís Vargas. **Diário de Campo e a Relação do(a) Pesquisador(a) com o Campo-Tema na Pesquisa-Intervenção**. Estud. pesqui. Psicol. Rio de Janeiro, v. 20, n. 2, p. 464-480, ago. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/epp.2020.52579>. Acesso em: 08 mar. 2025.

LEITE, J. C. **Controvérsias na climatologia: o IPCC e o aquecimento global antropogênico**. Scientiae Studia, v. 13, n. 3, p. 643–677, jul. 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1678-31662015000300008>. Acesso em: 28 ago. 2025.

LIBÂNEO, J. C. **Diretrizes curriculares da pedagogia**: imprecisões teóricas e concepção estreita da formação profissional de educadores. *Educação & Sociedade*, v. 27, n. 96, p. 843–876, out. 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302006000300011>. Acesso em: 22 mai. 2025.

LIPPARD, Lucy R.; CHANDLER, John. **A desmaterialização da arte**. In: *Revista do ppgav/eba/UFRJ*, v.25, n.25, 151-165, 2013. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/article/view/49826/27116>. Acesso em: 26 ago. 2025.

LOTTA, Gabriela S. **O papel das burocracias do nível de rua na implementação de políticas públicas**: entre o controle e a discricionariedade. In: FARIA, Carlos Aurélio P. (Org.). *Implementação de Políticas Públicas: Teoria e Prática*. Belo Horizonte: Editora PUCMINAS, 2012.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Livro I: O processo de produção do capital. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013. Disponível em: <https://www.gepec.ufscar.br/publicacoes/livros-e-colecoes/marx-e-engels/o-capital-livro-1.pdf>. Acesso em: 02 set. 2025.

MÉSZÁROS, István. **O século XXI: socialismo ou barbárie?** Tradução de Paulo Cezar Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2003.

MINAS GERAIS. **Currículo Referência de Minas Gerais**. Minas Gerais, 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/novo-ensino-medio-descontinuado/pdfs/RCSEEMG.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2025.

MINAS GERAIS. **Secretaria de Estado de Educação**. Resolução SEE nº 5.222, de 4 de dezembro de 2025. Disponível em: <https://www.educacao.mg.gov.br/documentos-legislacao/resolucao-see-n-o-5222-2025/>. Acesso em: 22 fev. 2026.

MORGADO, J. C. **Democratizar a escola através do currículo**: em busca de uma nova utopia... Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação, v. 21, n. 80, p. 433–448, jul. 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-40362013000300003>. Acesso em: 07 mar. 2025.

NEXO JORNAL. **Como aliar arte, cultura e educação pode impulsionar políticas públicas**. 21 de agosto de 2025. Disponível em: [https://pp.nexojornal.com.br/topico/2025/08/21/como-aliar-arte-cultura-e-educacao-pode-impulsionar-politicas-publicas?utm\\_medium=email&utm\\_campaign=Seleo%20da%20semana%20256&utm\\_content=Seleo%20da%20semana%20256+CID\\_463e532e648ada4712a5c5fe0527c93a&utm\\_source=Email%20CM](https://pp.nexojornal.com.br/topico/2025/08/21/como-aliar-arte-cultura-e-educacao-pode-impulsionar-politicas-publicas?utm_medium=email&utm_campaign=Seleo%20da%20semana%20256&utm_content=Seleo%20da%20semana%20256+CID_463e532e648ada4712a5c5fe0527c93a&utm_source=Email%20CM). Acesso em: 27 set. 2025.

OLIVEIRA, D. G. **Memórias e representações acerca da Escola Normal de Juiz de Fora**. *Cadernos de História da Educação* - nº. 3 - Jan./dez. 2004. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/277136217\\_](https://www.researchgate.net/publication/277136217_). Acesso em: 04 out. 2024.

PACHECO, J. A. **Estudos curriculares: desafios teóricos e metodológicos.** Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação, v. 21, n. 80, p. 449–471, jul. 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-40362013000300004>. Acesso em: 25 mai. 2025.

PASQUALINI, J. C.; LAVOURA, T. N. **A transmissão do conhecimento em debate: estaria a pedagogia histórico-crítica reabilitando o ensino tradicional?** Educação em Revista, v. 36, p. e221954, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-4698221954>. Acesso em: 17 mai. 2025.

PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (2025-2035) – Projeto de Lei – Disponível em: [https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=2443432&filename=PL%202614/2024](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2443432&filename=PL%202614/2024). Acesso em: 18 abr. 2025.

PLETSCH, M. D., & MENDES, G. M. L. (2024). **Cartografias da Educação Inclusiva na Educação Especial: Produção Científica, Políticas e Práticas.** Revista Brasileira De Educação Especial, 30, e143p. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-54702024v30e143p>. Acesso em: 29 abr. 2025.

PORTAL TEATRO NA ESCOLA. 2016. Disponível em: <https://www.teatronaescola.com/index.php/noticias/item/139-agora-e-lei-teatro-e-linguagem-obrigatoria-na-educacao-basica-brasileira>. Acesso em: 12 mai. 2025.

PRETTO, Flavio Luiz; ZITKOSKI, Jaime José. **Por uma educação humanizadora: Um diálogo Entre Paulo Freire e Erich Fromm.** Revista de Ciências Humanas, [S. l.], v. 17, n. 29, p. 47–65, 2017. Disponível em: <https://revistas.fw.uri.br/revistadech/article/view/2225/2183>. Acesso em: 7 fev. 2025.

PRIGOL, E. L.; BEHRENS, M. A. **Teoria Fundamentada: metodologia aplicada na pesquisa em educação.** Educação & Realidade, v. 44, n. 3, p. e84611, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2175-623684611>. Acesso em: 19 out. 2024.

QEDU. **Resultados do Censo Escolar 2024.** Disponível em: <https://qedu.org.br/escola/31068535-instituto-estadual-de-educacao-de-juiz-de-fora/censo-escolar/infraestrutura>. Acesso em: 26 abr. 2025.

QEDU. **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) 2023.** Disponível em: <https://qedu.org.br/escola/31068535-instituto-estadual-de-educacao-de-juiz-de-fora/ideb>. Acesso em: 10 mai. 2025.

RAMOS, C. A. **Aristóteles e o sentido político da comunidade ante o liberalismo.** Kriterion: Revista de Filosofia, v. 55, n. 129, p. 61–77, jan. 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0100-512X2014000100004>. Acesso em: 20 abr. 2025.

RANSON, Stewart. A mudança na governança da educação. In: **Marcos históricos na reforma da educação.** Belo Horizonte: Fino Traço, 2012, p. 306-311.

RIBEIRO, Fernando da Costa. **Gestão democrática e regimento escolar: uma conexão necessária.** Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e

Educação, [S. l.], v. 7, n. 7, p. 1169–1187, 2021. DOI: 10.51891/rease.v7i7.1765. Disponível em: <https://doi.org/10.51891/rease.v7i7.1765>. Acesso em: 28 abr. 2025.

RECIMA21. **Refletindo sobre o ensino tradicional:** uma revisão narrativa. Revista Científica Multidisciplinar - ISSN 2675-6218, [S. l.], v. 5, n. 3, p. e535088, 2024. Disponível em: <https://recima21.com.br/index.php/recima21/article/view/5088>. Acesso em: 3 mai. 2025.

ROCHA, Tião. **A cultura popular no currículo pedagógico** - Tião Rocha - Entrevista - Canal Futura. Youtube, 03/04/2013. 14min43s. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=DlbwXQTgSL0>. Acesso em: 04 out. 2024.

RODRIGUES, N. **Educação:** da formação humana à construção do sujeito ético. Educação & Sociedade, v. 22, n. 76, p. 232–257, out. 2001. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302001000300013>. Acesso em: 18 out. 2024.

RODRIGUES, Sandra Regina de Moraes C.; SALES, Luis Carlos. **Valorização do magistério da educação básica:** análise sobre aplicação do piso salarial nacional na remuneração dos professores. #Tear: Revista de Educação, Ciência e Tecnologia, Canoas, v. 12, n. 2, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ifrs.edu.br/index.php/tear/article/view/6701/3467>. Acesso em: 30 ago. 2025.

ROLDÃO, M. C.; ALMEIDA, S. **Gestão curricular para a autonomia das escolas e professores:** Direção geral da Educação 2018. Disponível em: [https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Curriculo/AFC/livro\\_gestao\\_curricular.pdf](https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Curriculo/AFC/livro_gestao_curricular.pdf). Acesso em: 20 mar. 2025.

SACRISTÁN, José Gimeno. **Saberes e incertezas sobre o currículo.** Penso Editora, 2013.

SANT'ANA, I. M.; GUZZO, R. S. L. **Psicologia escolar e projeto político-pedagógico:** análise de uma experiência. Psicologia & Sociedade, v. 28, n. 1, p. 194–204, jan. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1807-03102015aop004>. Acesso em: 03 mai. 2025.

SANTOS, L. L. **Administrando o currículo ou os efeitos da gestão no desenvolvimento curricular.** Educação em Revista, v. 33, p. e166063, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-4698166>. Acesso em: 02 nov. 2024.

SANTOS, R. S. *et al.* **A crise, o Estado e os equívocos da administração política do capitalismo contemporâneo.** Cadernos EBAPE.BR, v. 14, n. 4, p. 1011–1034, out. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1679-395130795>. Acesso em: 03 ago. 2025.

SAVIANI, Demerval. **Escola e Democracia:** edição comemorativa\*. Campinas: Autores Associados, 2008. Disponível em: [https://grupos.moodle.ufsc.br/pluginfile.php/1674332/mod\\_resource/content/1/Escola%20e%20Democracia%20%28edi%C3%A7%C3%A3o%20comemorativa%29.pdf](https://grupos.moodle.ufsc.br/pluginfile.php/1674332/mod_resource/content/1/Escola%20e%20Democracia%20%28edi%C3%A7%C3%A3o%20comemorativa%29.pdf). Acesso em: 17 mai. 2025.

SCIENCE, Chico; NAÇÃO ZUMBI. **Computadores Fazem Arte**. In: \_\_\_\_\_. Da Lama ao Caos. [S.l.]: Sony Music, 1994. Faixa 12. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=KZg\\_m0z4NLI](https://www.youtube.com/watch?v=KZg_m0z4NLI) Acesso em: 26 abr. 2025.

SILVA, M. S.; BUSSOLOTI, J. M.; MARTINS, M. C. F. D.; SILVEIRA, I. O. **Artes Integradas**: reflexões iniciais de uma tese acerca das percepções do fazer docente em Arte no Brasil. Revista Digital do LAV, [S. l.], v. 17, n. 1, p. e1/1–17, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.5902/1983734886302>. Acesso em: 16 mai. 2024.

SILVA, Marcio José; MUZZETI, Luci Regina. **Educação brasileira**: projeto de uma crise. Trama Interdisciplinar, São Paulo, v. 8, n. 2, p. 223-243, maio/ago. 2017. Disponível em: <http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/tint/article/view/10140/7101>. Acesso em: 03 mai. 2025.

SILVA, S. A. DA. **Autoritarismo e crise da democracia no Brasil**: entre o passado e o presente. Revista Katálysis, v. 24, n. 1, p. 119–126, jan. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-0259.2021.e75120>. Acesso em: 03 mai. 2025.

Sind-UTE/MG. **Campanha Salarial 2025 -Sind-UTE defende piso de R\$ 4.867,77 como mínimo para o Magistério**. 2025. Disponível em: <https://sindutemg.org.br/noticias/piso-e-o-minimo/>. Acesso em: 03 mai. 2025.

STEINKE, Valdir Adilson; REIS JÚNIOR, Dante Flávio; COSTA, Everaldo Batista (Org.). **Geografia e Fotografia**: apontamentos teóricos e metodológicos. 1. ed. Jaguariúna, SP: Editora Lagim, 2014. 222 p. ISBN 978-85-6843-701-8.

SURDI, Aguinaldo Cesar et al. **O Brincar e o “Se-Movimentar” da Criança como Manifestação Artística**. LICERE - Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer, Belo Horizonte, v. 19, n. 3, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/licere/article/view/1293/900>. Acesso em: 28 ago. 2025.

TENÓRIO, Fernando Guilherme. **(Re)Visitando o Conceito de Gestão Social**. Desenvolvimento em Questão, [S. l.], v. 3, n. 5, p. 101–124, 2005. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=75230506> Acesso em: 22 mai. 2025.

THIESEN, J. DA S. **A interdisciplinaridade como um movimento articulador no processo ensino-aprendizagem**. Revista Brasileira de Educação, v. 13, n. 39, p. 545–554, set. 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782008000300010>. Acesso em: 01 set. 2025.

TRIBUNA DE MINAS. **“Juiz de Fora em dois tempos”**. 1996. Esdeva Empresa Gráfica Ltda. 128 págs. – Arquivo pessoal.

VALLE, P. R. D.; FERREIRA, J. D. L. **Análise de conteúdo na perspectiva de Bardin**: Contribuições e limitações para a pesquisa qualitativa em educação. Educação em Revista, v. 41, p. e49377, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-469849377>. Acesso em: 05 mar. 2024.

VICTORIO FILHO, A.; BULCÃO, H. L.; BATISTA, L. M. **O Espaço na/da Arte e na/da Educação como (Re)Existência**. Educação & Realidade, v. 44, n. 3, p. e84913, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2175-623684913>. Acesso em: 05 out. 2024.

ŽIŽEK, Slavoj. **Primeiro como tragédia, depois como farsa**. Tradução de Maria Beatriz de Medina. São Paulo: Boitempo, 2011.

**APÊNDICE A – Entrevista com o corpo gestor da instituição (direção, vice direção e coordenação pedagógica)**

- 1- Na sua visão, estando como gestor/coordenação de uma instituição educacional, como está o processo de construção e atualização do Projeto Político Pedagógico (PPP), relacionado às manifestações artísticas da escola?
- 2- Na posição de gestor/coordenação educacional, como tem sido o percurso da presença artística na escola? Qual a sua memória da presença dessas manifestações nessa instituição?
- 3- Como a diversidade cultural e artística pode ser um instrumento de inclusão e participação na escola? Gostaria de acrescentar algum apontamento?
- 4- Você acredita na construção coletiva de um projeto envolvendo as Artes Integradas, que possa estar presente no processo de ensino e aprendizagem desta escola? De que forma a Gestão pode contribuir nesse processo?
- 5- Quais seriam os principais desafios da implementação de um projeto dinâmico e permanente, relacionado às mais diversas manifestações artísticas na instituição educacional? Alguma lembrança do histórico de dificuldades encontradas?

**APÊNDICE B – Questionário com o corpo docente do turno da tarde**

1- Você concorda sobre a presença das manifestações artísticas como mecanismo de contribuição curricular da escola?

- a) Sim, concordo plenamente.
- b) Sim, concordo parcialmente.
- c) Não concordo.
- d) Considero irrelevante essa contribuição curricular.
- e) Não tenho opinião a respeito.

2- Você a partir da disciplina que leciona, está satisfeito(a) com a sua metodologia de ensino e aprendizagem em sala de aula de modo geral?

- a) Sim, muito satisfeito(a).
- b) Sim, parcialmente satisfeito(a).
- c) Não, insatisfeito(a).
- d) Não, muito insatisfeito (a).
- e) Nem satisfeito(a), nem insatisfeito(a).

3- Você sabe o que são as Artes Integradas instituídas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

- a) Sim, sei totalmente.
- b) Sim, sei parcialmente.
- c) Apenas já ouvi falar.
- d) Não, nunca ouvi falar.
- e) Tenho pouca ou nenhuma familiaridade com a BNCC.

4- Você estaria disposto(a) a debater a flexibilização curricular da escola, com o objetivo de propor a frequência de Artes Integradas no cotidiano da instituição?

- a) Sim, estou disposto(a) a participar desse debate.
- b) Sim, estou disposto(a) a participar, com ressalvas.

- c) Não quero participar desse debate.
- d) Talvez.
- e) Sou contrário(a) à flexibilização curricular da instituição.

5- Em uma escala de zero a dez (0-10), quanto importante você considera o uso de Arte e Cultura como apoio no processo de Ensino e Aprendizagem do IEE/JF?

- a) 0-2.
- b) 3-4.
- c) 5-6.
- d) 7-8.
- e) 9-10.

**APÊNDICE C – Perguntas norteadoras da entrevista com o corpo docente de  
Artes – Turno da Tarde**

- 1- Nessa instituição educacional em que atuamos, como ela exerce práticas relacionadas às mais diversas manifestações artísticas conforme preconizado no Projeto Político Pedagógico? Como você observa essa questão?
- 2- O que podemos fazer para construirmos coletivamente um projeto relacionado às Artes Integradas nessa escola?
- 3- Quais são as experiências de prática nas aulas de Artes?
- 4- Quais disciplinas poderiam interagir com as Artes e quais projetos estas poderiam imaginar para a escola?
- 5- Como podemos promover as Artes Integradas ao processo de ensino/aprendizagem convergente ao currículo escolar?
- 6- Quais experiências já efetivadas como Prof.(a) de Artes podem ser relatadas como exemplo? O potencial para trazê-las à nossa realidade e quais foram os obstáculos a essa experiência?

**APÊNDICE D – Roteiro das rodas de conversas realizadas com os  
representantes dos estudantes**

- 1- Os colegas estudantes da turma estão interessados em participar de atividades artísticas na escola? Qual o é entendimento de vocês, os representantes das turmas, a respeito das Artes?
- 2- Como tem sido a comunicação entre os representantes das turmas e os demais colegas de classe em relação às atividades artísticas na escola?
- 3- Como vocês gostariam de contribuir para a realização dessas atividades?
- 4- Na opinião de vocês e dos colegas estudantes, qual ou quais as dificuldades encontradas para realizar a presença das Artes na escola?
- 5- Vocês representantes de turma e os demais colegas, consideram que podem aprender com a participação de atividades artísticas? De qual forma?